



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIO**

AMANDA CRISTINA GABAN FILIPPI

**A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS
CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS**

TESE DE DOUTORADO

**Goiânia/GO
Julho/2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Amanda Cristina Gaban Filippi

3. Título do trabalho

A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Cleyzer Adrian Da Cunha, Professor do Magistério Superior**, em 22/07/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA CRISTINA GABAN FILIPPI, Discente**, em 22/07/2020, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1451289** e o código CRC **AC3BE695**.

AMANDA CRISTINA GABAN FILIPPI

**A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS
CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Agronegócio, da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Agronegócios.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais

Orientador: Prof. Dr. Cleyzer Adrian da Cunha

Co-orientadora: Profa. Dra. Patricia Guarnieri

**Goiânia/GO
Julho/2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Filippi, Amanda Cristina Gaban
A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS CONDOMÍNIOS DE
ARMAZÉNS RURAIS [manuscrito] / Amanda Cristina Gaban Filippi. -
2020.
CXLVI, 146 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Cleyzer Adrian da Cunha; co-orientador Dr.
Patricia Guarnieri.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de
Agronomia (EA), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia,
2020.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ações Coletivas Rurais. 2. Teoria da Lógica da Ação Coletiva. 3.
Condomínio de Armazém Rural. I. da Cunha, Cleyzer Adrian, orient.
II. Título.

CDU 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ESCOLA DE AGRONOMIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 1 da sessão de Defesa de Tese de **Amanda Cristina Gaban Filippi** que confere o título de Doutora em **Agronegócio**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais**.

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte, a partir das 09h, por videoconferência (plataforma Meet do Google), realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Cleyzer Adrian da Cunha (PPAGRO/EA/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Cleonice Borges de Souza (PPAGRO/EA/UFG); Professor Doutor José Márcio Carvalho (UnB); Professor Doutor Alcido Elenor Wander (PPAGRO/EA/UFG); e Professor Doutor Bento Alves da Costa Filho (FGV/Ibmec/UNIALFA). Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Cleyzer Adrian da Cunha, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Alcido Elenor Wander, Usuário Externo**, em 21/07/2020, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleyzer Adrian Da Cunha, Professor do Magistério Superior**, em 21/07/2020, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleonice Borges De Souza, Professor do Magistério Superior**, em 21/07/2020, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BENTO ALVES DA COSTA FILHO, Usuário Externo**, em 21/07/2020, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MÁRCIO CARVALHO, Usuário Externo**, em 21/07/2020, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1427443** e o código CRC **9CDAAC7A**.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido esposo Douglas, por seu amor incondicional, carinho, amizade, companheirismo, ensinamentos, compreensão e apoio comigo nessa jornada.

Aos meus pais, Paulo e Eunice, minha irmã Ana Carolina e meu cunhado Leo, por sempre me apoiarem e me dedicarem muito amor, carinho e risadas.

Aos meus orientadores, prof. Dr. Cleyzer e profa. Dra. Patricia, por estarem junto comigo nessa jornada! Agradeço pela orientação, dicas, ensinamentos, oportunidades, conquistas, confiança e amizade. Muito Obrigada por tudo.

À Universidade Federal de Goiás pela oportunidade de estudo e pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa durante todo meu doutorado.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) pelo financiamento da minha pesquisa e de todos os alunos que se beneficiaram dela.

À Universidade de Brasília, em especial ao Departamento de Administração (ADM/UnB) e de Gestão do Agronegócio (FUP/UnB), professores José Márcio, profa. Olinda, prof. Jean e profa. Susan, pela oportunidade em me desenvolver como professora e pesquisadora.

Aos Condomínios de Armazéns Rurais, pelo compartilhamento de informações e participação desse estudo e pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa em Operações, Logística e Métodos de Apoio à Decisão (GO META) e Grupo de Estudos e Pesquisas Avançadas em Logística e *Supply Chain Management* (GEALOGS) que me trouxeram importantes ensinamentos, trocas de experiências e amadurecimento na área de Operações.

Ao PPAGRO, à secretária Lindinalva e demais colegas do doutorado, pelos conhecimentos transmitidos.

“Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”. (CORA CORALINA).

RESUMO

Essa tese analisou os Condomínios de Armazéns Rurais como novo modelo de Ação Coletiva Rural sob a luz da teoria da Lógica da Ação Coletiva. Para isso, foi realizada uma pesquisa aplicada, descritiva, exploratória e qualitativa-quantitativa por meio de entrevistas semiestruturadas e *survey*, cujos dados foram analisados através de Análise de Conteúdo, Análise Estatística e Análise de Correspondência Múltipla. Os resultados revelam aproximação do modelo rural Condomínios de Armazéns Rurais com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva, principalmente para pequenos grupos, visto que os objetivos individuais sob a ação coletiva são mais facilmente alcançados e mais eficientes, promovendo vantagens para o indivíduo, para o negócio e para a cadeia produtiva. Tal fato explica-se já que em pequenos grupos os objetivos econômicos, a coesão e eficiência, o controle e agilidade das ações, o benefício coletivo, os incentivos sociais, os resultados e a promoção do interesse individual são mais satisfatórios e não há presença de *freeriders*. Além disso, destacam-se a viabilização da estrutura de armazenagem de forma coletiva, fortalecimento e maior eficácia do negócio rural e dos produtores, inserção e integração em ambiente competitivo de mercado, benefícios econômicos e benefícios sociais, redução de custos, e, aumento do lucro. Quanto aos determinantes econômicos, sociais e logísticos evidenciam a comercialização do produto, ganhos logísticos, e, a união dos produtores no tocante ao desenvolvimento e crescimento da ação coletiva rural. Por fim, a análise quantitativa indica os principais fatores motivadores para o modelo Condomínio de Armazém Rural por meio de variáveis Sociais, Logísticas, Políticas, Econômicas, Gestão e da Lógica da Ação Coletiva. A variável Lógica da Ação Coletiva resultou em maior carga para as dimensões e maior número de variáveis determinantes, sendo decisórias: (i) Ações Coletivas menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo; (ii) os produtores rurais agem em comum para promover interesses; (iii) num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados; e, (iv) quanto menor o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos. Já as correlações evidenciam relações mais fortes entre redução de custo com frete e redução de custo com transporte (0,833); e, entre a falta de linhas de financiamento para pequenos e médios produtores e falta de linhas de financiamento para a armazenagem agrícola (0,741). Como contribuições dessa tese, exemplificam-se a disseminação do modelo de ação coletiva rural Condomínio de Armazém Rural, integração da pesquisa com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva, insumos para tomada de decisão, e, contribuição com a literatura.

Palavras-chave: Ações Coletivas Rurais. Teoria da Lógica da Ação Coletiva. Condomínio de Armazém Rural.

ABSTRACT

This thesis analyzed the Rural Warehouse Condominiums as a new model of Rural Collective Action in the light of the Collective Action Logic theory. For this purpose, it was carried out an applied, descriptive, exploratory and qualitative-quantitative research through semi-structured interviews and survey. The data analysis was performed through Content Analysis, Statistical Analysis and Multiple Correspondence Analysis. The results show an approximation of the rural model Condominiums of Rural Warehouses with the Theory of Logic of Collective Action, mainly for small groups. This fact occurs since individual objectives under collective action are more easily achieved and more efficient, promoting advantages for the individual, for the business and the production chain. In small groups, economic objectives, cohesion and efficiency, control and agility of actions, collective benefit, social incentives, results and the promotion of individual interest are more satisfactory and, there is no presence of freeriders. Also, we highlight the viability of the warehouse structure managed collectively, strengthening and greater efficiency of rural business and producers, insertion and integration in a competitive market environment, economic and social benefits, cost reduction, and, increase in profit. Related to the economic, social and logistical determinants, it can be pointed out the commercialization of the product, logistical gains, and the union of the producers regarding the development and growth of rural collective action. Finally, the quantitative analysis indicates the main motivating factors for the Rural Warehouse Condominium model through Social, Logistic, Political, Economic, Management and Collective Action Logic variables. The variable of Collective Action Logic resulted in a higher load for the dimensions and a greater number of determining variables, being decisive: (i) Smaller Collective Actions are easier to promote collective interest; (ii) rural producers act in common to promote interests; (iii) in a small collective group, individual efforts will influence results more; and, (iv) the smaller the collective group, the closer the individual, easier will be the achievement of collective benefits. The correlations show stronger relationships between cost reduction with freight and cost reduction with transport (0,833); and, between the lack of financing lines for small and medium producers and the lack of financing lines for agricultural warehouse (0,741). As contributions to this thesis, the dissemination of the rural collective action model Rural Warehouse Condominium is exemplified, integration of research with the Theory of Logic of Collective Action, inputs for decision making, and contribution to the literature.

Keywords: *Rural Collective Actions. Theory of Logic of Collective Action. Rural Warehouse Condominium.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos Específicos e Aspectos Metodológicos da Pesquisa.....	20
Figura 2 – Número de documentos excluídos com o procedimento de filtragem na revisão sistemática.....	30
Figura 3 – Número de documentos excluídos com o procedimento de filtragem na revisão sistemática de literatura.....	32
Figura 4 – Tipos de Condomínios Rurais.....	64
Figura 5 – Análise de Conteúdo Aplicada.....	67
Figura 6 – Diferenças entre Grupos Pequenos e Grupos Grandes.....	85
Figura 7 – Principais Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais....	86
Figura 8 – Mapa Perceptual das percepções significativas dos Condomínios de Armazéns Rurais.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desenvolvimento do protocolo de revisão sistemática de literatura internacional sobre Condomínios Rurais.....	29
Quadro 2 – Desenvolvimento do protocolo de revisão sistemática de literatura internacional sobre Condomínios Rurais.....	31
Quadro 3 – Artigos da revisão sistemática nacional sobre Condomínios Rurais.....	33
Quadro 4 – Artigos da revisão sistemática internacional sobre Condomínios Rurais.....	39
Quadro 5 – Ficha Técnica e procedimentos de coleta de dados dos Condomínios de Armazéns Rurais entrevistados.....	66
Quadro 6 – Categorias da Análise de Conteúdo de Fatores Determinantes para o Estabelecimento de Condomínios de Armazéns Rurais.....	68
Quadro 7 – Falas dos entrevistados sobre o modelo Condomínio de Armazém Rural.....	69
Quadro 8 – Característica Técnicas dos Condomínios de Armazéns Rurais....	71
Quadro 9 – Falas dos entrevistados sobre as vantagens do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural em relação a outros tipos.....	75
Quadro 10 – Falas dos entrevistados sobre os Incentivos Econômicos do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural.....	77
Quadro 11 – Falas dos entrevistados sobre os Incentivos Sociais do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural.....	79
Quadro 12 – Falas dos entrevistados sobre as perspectivas do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural no Brasil.....	81
Quadro 13 – Fatores Motivadores para os Condomínios de Armazéns Rurais.	87
Quadro 14 – Falas dos entrevistados sobre as perspectivas do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural no Brasil.....	89
Quadro 15 – Bloco Social do Questionário.....	106
Quadro 16 – Ficha Técnica e amostragem dos Condomínios de Armazéns Rurais.....	107
Quadro 17 – Frequência das respostas dos condôminos bloco social.....	110
Quadro 18 – Frequência das respostas dos condôminos bloco logística e	111

infraestrutura.....	
Quadro 19 – Frequência das respostas dos condôminos bloco político.....	112
Quadro 20 – Frequência das respostas dos condôminos bloco econômico.....	113
Quadro 21 – Frequência das respostas dos condôminos bloco gestão e qualidade.....	114
Quadro 22 – Frequência das respostas dos condôminos Teoria da Lógica da Ação Coletiva.....	115
Quadro 23 – Medidas de Discriminação com dados completos.....	118
Quadro 24 – Variáveis representativas para determinação do modelo de Condomínios de Armazéns Rurais.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sumarização do modelo completo.....	118
Tabela 2 – Sumarização do modelo após selecionadas as variáveis significativas.....	121
Tabela 3 – Coeficiente de Correlação Intraclasse.....	125
Tabela 4 – Matriz de Correlação para os Fatores Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais.....	125

SUMÁRIO

RESUMO	05
ABSTRACT	06
INTRODUÇÃO À TESE	13
1.1 Contextualização	13
1.2 Problemática e Justificativa	15
1.3 Objetivos	19
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	19
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	19
1.4 Aspectos Metodológicos	19
1.5 Estruturação do Trabalho	23
ARTIGO 1: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE CONDOMÍNIOS RURAIS	24
1 Introdução	24
2 Metodologia	28
2.1 Estado da Arte nacional sobre os Condomínios Rurais.....	29
2.2 Estado da Arte internacional sobre os Condomínios Rurais.....	31
3. Resultados e Discussões	32
3.1 Estado da Arte Nacional sobre Condomínios Rurais.....	32
3.2 Estado da Arte Internacional sobre Condomínios Rurais.....	39
4. Considerações Finais da Tese	45
5. Referências	46
ARTIGO 2: A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA E OS CONDOMÍNIOS RURAIS	53
1. A Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson e os Condomínios de Armazéns Rurais	54
2. As Ações Coletivas Rurais	58
3. Metodologia	65
4. Resultados	68
4.1 A Teoria da Lógica da Ação Coletiva e os Condomínios de Armazéns Rurais: uma Análise de Conteúdo.....	68
4.1.1 Modelo de Ação Coletiva Condomínio de Armazém Rural.....	69

4.1.2 Ações Coletivas Rurais.....	72
4.1.3 Incentivos Econômicos e Incentivos Sociais dos Condomínios de Armazéns Rurais.....	76
4.1.4 Grupos Pequenos e Grupos Grandes.....	81
4.1.5 Fatores Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais.....	85
4.1.6 Perspectivas dos Condomínios de Armazéns Rurais.....	88
4.2 Os Condomínios de Armazéns Rurais sob a ótica da Teoria da Lógica da Ação Coletiva: uma reflexão a partir da Análise de Conteúdo.....	91
5. Considerações Finais.....	93
6. Referências.....	96
ARTIGO 3: FATORES DETERMINANTES DO MODELO DE AÇÃO COLETIVA CONDOMÍNIO DE ARMAZÉM RURAL.....	103
1. Teoria da Lógica da Ação Coletiva e Condomínios de Armazéns Rurais: quais fatores são determinantes?.....	104
2. Metodologia.....	105
4. Resultados	110
4.1 Estatística Descritiva.....	110
4.2 Análise de Correspondência Múltipla.....	118
4.3 Correlação.....	125
5. Considerações Finais.....	127
6. Referências	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE.....	132
BIBLIOGRAFIA.....	137
APÊNDICES.....	142
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturado.....	142
APÊNDICE B – Roteiro Questionário.....	144
APÊNDICE C – Termo documento de solicitação de visitas técnicas e termo de consentimento livre e esclarecido.....	146

INTRODUÇÃO À TESE

1.1 Contextualização

A agricultura sofre a cada dia com constantes transformações que se baseiam em mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas. Muitas delas surgem para solucionar problemas no campo, aumentar a lucratividade do sistema e sua competitividade, como também, uma busca constante para a redução de custos.

Nesse sentido, a agricultura passa a ser percebida numa visão sistêmica junto ao negócio agrícola, a qual é compreendida através de relações entrelaçadas num sistema complexo de atividades e participantes, denominada Agronegócio (DAVIS; GOLDBERG, 1957; ARAÚJO, 2003).

No caso brasileiro, o Agronegócio tem grande representatividade e importância para o país. Em torno de 43,2% das exportações totais do país são representados por produtos agrícolas, como soja, açúcar de cana, carne de frango, farelo e resíduos da extração de óleo de soja, celulose, carne bovina, café cru em grão e milho. Esses produtos proporcionam a geração de crescimento e desenvolvimento para o país, como também saldo positivo na balança comercial brasileira e competitividade para o país (MDIC, 2019).

Mesmo com grande representatividade e importância, o Agronegócio brasileiro, contudo, enfrenta algumas dificuldades e problemas que impedem seu crescimento e desenvolvimento, como também alguns riscos da própria atividade rural (GARRIDO; SEHNEM, 2006). Entre esses obstáculos e particularidades estão os gargalos causados pela logística de distribuição ineficiente e inadequada, e, problemas de infraestrutura (GABAN; GUARNIERI, 2015; OLIVEIRA, 2011); exclusão e conflitos sociais (PORTO, 2014); produtores rurais numerosos, pequenos, pouco organizados, distribuídos e distanciados por todo território (ARAÚJO, 2003); sazonalidade da produção (ARAÚJO, 2003; ABITANTE, 2008); perecibilidade dos produtos agrícolas (ARAÚJO, 2003); intempéries climáticas, pragas e doenças; variações na oferta e demanda; e, difícil previsibilidade de preço e de produção (ABITANTE, 2008).

Especificamente, entre as principais dificuldades e desafios do Agronegócio, destaca-se a logística de distribuição, em sua atividade de armazenagem, e a comercialização dos produtos agrícolas. Apesar dos aumentos de produção e

produtividade que ocorrem a cada nova safra brasileira de grãos, como soja e milho, o setor de infraestrutura não acompanha o mesmo ritmo de crescimento. Existe um déficit considerável na capacidade estática de armazenagem brasileira (CONAB, 2018), estruturas de armazenagem em estado precário (OLIVEIRA, 2011) e armazéns distantes do local de produção agrícola, sendo que armazéns no próprio local de origem da produção proporcionam vantagens, como a comercialização estratégica (NOGUEIRA JUNIOR; TSUNECHIRO, 2005), flutuações de preço, comercialização da produção num melhor momento (FREDERICO, 2010), e beneficia a cadeia produtiva como um todo (GENTIL; MARTIN, 2014). Aliado a isso, os produtores rurais sofrem com a incerteza da comercialização do produto, desorganização (ARAÚJO, 2003; SHIMOYAMA, 2003) e variações de preços no mercado internacional (MENDONÇA et al., 2011).

De acordo com Cunha, Wander e Silva Neto (2016) a não integração dos mercados agrícolas devido aos elevados custos de transação e de transporte, bem como, diferenças estruturais de oferta e demanda são elementos que interferem na precificação do produto agrícola. Assim, os produtores rurais necessitam de ferramentas de modelos de gestão eficientes e eficazes para driblar e se prevenir diante desse cenário (BUAINAIN, 2014; BREITENBACH, 2014).

Buainain (2014) relata que a gestão rural é a capacidade estratégica do produtor rural em obter e manter bons resultados no Agronegócio. Nesse sentido, a Agronegócio exige dos agricultores o desenvolvimento da capacidade de gestão para lidar com decisões de mercado e a gestão dos riscos (BREITENBACH, 2014). Assim, o conjunto de riscos da atividade agrícola, que exigem gestão, compreende na visão do sistema agrícola: (i) gestão de produção quanto a mudanças climáticas, defesa sanitária, segurança dos alimentos e novas tecnologias; (ii) gestão de mercado para financeirização, concentração dos mercados, barreiras tarifárias e não-tarifárias, direitos do consumidor; e, (iii) gestão institucional no que tange a representação política, contratos, legislação ambiental e social, e, seguro rural (BUAINAIN, 2014).

Diante disso, as Ações Coletivas Rurais apresentam-se com o intuito de enfrentar e driblar essas dificuldades e particularidades do negócio agrícola, como também obter ganhos e vantagens. Dentre algumas de suas características, elas promovem o desenvolvimento social, tecnológico e inovativo; agregam valor e criam riqueza (ALMEIDA, 1999; SILVA; DIAS; SILVA, 2014; CEFAÏ, 2009; RIBEIRO;

ANDION; BURIGO, 2014; MEDAETS; CECHIN, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; IGLÉCIAS, 2007; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016); promovem a tomada de decisão; buscam maximizar o lucro dos associados e provisão de bens ou serviços (SAES, 2005); são mais eficientes do que ações individuais desorganizadas (OLSON, 1965); e, geram a diluição dos custos da atividade (FRANKE, 1982; FILIPPI, 2017; FILIPPI; GUARNIERI, 2018).

Assim, considerando a atividade rural como de maior risco e dificuldades enfrentadas em toda cadeia produtiva, como também, em sua comercialização e logística, e vantagens que ela pode proporcionar, a competitividade, eficiência e rentabilidade pode ser atingida de forma concreta através de empreendimentos coletivos efetivos na forma de Ações Coletivas (ALMEIDA, 1999; GARRIDO; SEHNEM, 2006; CEFAÏ, 2009; RIBEIRO; ANDION; BURIGO, 2014).

Nesse sentido diferentes modelos de Ações Coletivas Rurais emergem (FILIPPI; GUARNIERI, 2019). Cada tipo específico de modelo apresenta características e especificidades próprias, sendo que algumas podem ser mais vantajosas do que outras de acordo com um dado momento, perfil do produtor rural e objetivos que se quer alcançar. Olson (1965) e Saes (2005) relatam que essa variação pode ser também em função das formas de vinculação, tamanho e incentivos adotados. Zylbersztajn (2005) questiona o fato para compreender os motivos de existir variabilidade entre as diferentes formas de Ações Coletivas.

Diante do exposto e no contexto das Ações Coletivas Rurais, juntamente a logística de distribuição deficiente atrelada ao déficit de armazenagem que existe no país, torna-se objeto de pesquisa, investigar a forma emergente de Ação Coletiva Condomínio de Armazém Rural sob a luz da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965).

1.2 Problemática e Justificativa

No âmbito das Ações Coletivas, diferentes são os modelos que podem existir. Cada uma com características próprias e específicas, eles seguem padrões de acordo com um dado momento, perfil do produtor rural e objetivos que se quer alcançar. Olson (1965) e Saes (2000) relatam que essa variação pode ocorrer também em função das formas de vinculação, tamanho e incentivos adotados. Para

Zylbersztajn (2005) existe a necessidade de compreender os motivos da variabilidade entre as diferentes formas de organizações rurais.

Nesse trabalho, as Ações Coletivas são tratadas como atores sociais ou de grupos que se constituem enquanto sujeitos coletivos (ALMEIDA, 1999; CEFAÏ, 2009), produzindo critérios de experiência para orientação, compreensão, e, regras a seus atores (CEFAÏ, 2009) a partir de objetivos comuns (OLSON, 1965).

Além disso, Cefai (2009) descreve que a Ação Coletiva é uma tentativa para constituir um bem coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, por meio de pessoas que objetivam alcançar objetivos comuns através da cooperação e competição com outros coletivos.

Assim, diante das constantes transformações, que se baseiam em mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, como também, as dificuldades e particularidades do negócio agrícola, os gargalos logísticos de distribuição, como o déficit em armazenagem, estruturas obsoletas e distantes dos locais de produção, os desafios na comercialização agrícola, e a importância e vantagens que as Ações Coletivas Rurais, mais especificamente os Condomínios de Armazéns Rurais representam para o Agronegócio Brasileiro, considera-se importante investigar a Ação Coletiva do tipo Condomínio de Armazém Rural.

Notadamente, pretende-se analisar os Condomínios de Armazéns Rurais como novo modelo de Ação Coletiva Rural sob a teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965).

Os Condomínios de Armazéns Rurais são uma Ação Coletiva Rural empreendedora Associativista formados por agricultores rurais vizinhos que viabilizam e compartilham a mesma estrutura de armazenagem, através da divisão em cotas de armazenamento. Além de driblar o déficit com a armazenagem entre outros gargalos logísticos, os produtores condôminos reduzem custos desnecessários, comercializam a produção sem intermediários e obtêm vantagens do sistema condominial e da armazenagem (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019).

No contexto de emergência de novas Ações Coletivas Rurais, e dos gargalos logísticos, principalmente os problemas atrelados a armazenagem, como déficit de espaço para guardar os produtos, estruturas obsoletas, filas em Cooperativas e Cerealistas, e, filas em terminais portuários, os Condomínios de Armazéns Rurais, relativamente novos e recentes, estão se estruturando em algumas regiões do país

(FILIPPI; GUARNIERI, 2019). O Estado que mais possui iniciativas de Condomínios de Armazéns Rurais é o Paraná, com três empreendimentos já formados na região de Palotina (FILIPPI, 2017), e mais três construídos recentemente, totalizando 6 Condomínios de Armazéns Rurais em 2019. O Estado do Paraná foi pioneiro no cultivo de grãos no Brasil, principalmente de soja na década de 1950, devido às características edafoclimáticas, econômicas e políticas favoráveis da época, como também o surgimento de formas de Associação de produtores rurais (EMBRAPA, 2018). Hoje, ele é um dos principais estados brasileiros que produzem e exportam soja (MDIC, 2019). Araújo (2003) relata ainda que os Condomínios Rurais são mais comuns na região Sul.

Tal modelo de ação coletiva rural está inserido no âmbito das Associações rurais e visa solucionar problemas do meio rural e fortalecer a atividade, através de objetivos comuns.

Em relação a literatura sobre o tema, a mesma ainda é escassa (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019), com o primeiro trabalho publicado por Filippi (2017), caracterizando os Condomínios de Armazéns Rurais e analisando a viabilidade econômico-financeira do mesmo. Outros trabalhos subsequentes realizaram uma análise SWOT do modelo ao passo que identificou de forma objetiva as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dos Condomínios de Armazéns Rurais (FILIPPI et al., 2018); análise da viabilidade econômico-financeira do modelo (FILIPPI; GUARNIERI, 2018); caracterização dos Condomínios de Armazéns Rurais como nova forma de Ação Coletiva Rural Brasileira (FILIPPI; GUARNIERI, 2019); e, análise dos Condomínios de Armazéns Rurais como nova configuração no Agronegócio Brasileiro (FILIPPI et al., 2019).

Considerando o cenário descrito, bem como, os riscos da atividade rural que busca por desenvolvimento de Ações Coletivas Rurais mais eficientes e competitivas, e a importância e vantagens delas para o Agronegócio Brasileiro, existe a necessidade de investigar os Condomínios de Armazéns Rurais como novo modelo rural sob a Teoria da Lógica da Ação Coletiva.

O tema é pertinente para o Agronegócio e para as Ações Coletivas Rurais considerando o cenário atual que sofre a cada dia com constantes transformações que se baseiam em mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas. Assim, dificuldades e particularidades do negócio agrícola podem surgir e serem

evidenciadas, e as Ações Coletivas Rurais apresentam vantagens e unem esforços coletivos para enfrentar esses desafios e limitações.

Para Zylbersztajn (2017), estudos sobre ações coletivas de agricultores está entre um dos temas de pesquisas relevantes para o desenvolvimento de estudos futuros no Agronegócio. Wenningkamp e Schmidt (2016b) relatam que estudos sobre ações coletivas no Agronegócio ainda são escassos e que essa temática é pertinente para o crescimento e desenvolvimento do setor no país. Garrido e Sehnem (2006) analisam que empreendimentos coletivos são mais eficientes, competitivos e rentáveis do que pequenos empreendimentos individuais.

Além do mais, as Ações Coletivas promovem o desenvolvimento social, tecnológico e inovativo; agregam valor e criam riqueza (ALMEIDA, 1999; SILVA; DIAS; SILVA, 2014; CEFAÏ, 2009; RIBEIRO; ANDION; BURIGO, 2014; MEDAETS; CECHIN, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; IGLÉCIAS, 2007; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016b); promovem a tomada de decisão; buscam maximizar o lucro dos associados e provisão de bens ou serviços (SAES, 2005); são mais eficientes do que ações individuais desorganizadas (OLSON, 1965); e, geram a diluição dos custos da atividade (FRANKE, 1982; FILIPPI, 2017; FILIPPI; GUARNIERI, 2018).

Nota-se que a atividade rural é mais efetiva, apresenta mais força e se beneficia de vantagens, como também consegue enfrentar melhor os riscos e dificuldades do negócio agrícola através de Ações Coletivas Rurais.

No caso dos Condomínios Rurais, o tema também é pertinente e importante para o Agronegócio Brasileiro, para os produtores rurais e para o produto agrícola.

Nesse sentido, foi realizado um levantamento do estado da arte sobre o assunto na literatura nacional e internacional, com o intuito de apontar sistematicamente a importância do tema e o que já existe realizado até o momento. Verificou-se escassa literatura a respeito do tema de Condomínios Rurais, principalmente em relação ao tipo Condomínios de Armazéns Rurais, tema relativamente novo e oportuno para o Agronegócio (artigo 1).

Além disso, dentre os trabalhos desenvolvidos sobre Condomínios Rurais, nenhum investigou o que se propõe pesquisar nesse presente estudo, o que caracteriza a presente pesquisa como original e relevante. Portanto, esse trabalho de pesquisa investigará um problema de pesquisa original e pertinente, o qual contribuirá com o avanço nessa área do conhecimento.

Por fim, vale frisar que não é foco desse estudo confrontar os Condomínios de Armazéns Rurais com outros tipos de ações coletivas, como por exemplo, Cooperativas, Associações, dentre outras.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é analisar os Condomínios de Armazéns Rurais como novo modelo de Ação Coletiva Rural através da teoria da Lógica da Ação Coletiva.

1.3.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- (a) Levantar o estado da arte sobre Condomínios Rurais, nacional e internacional, com base em uma revisão sistemática de literatura;
- (b) Identificar os aspectos de ações coletivas nos Condomínios de Armazéns Rurais sob a perspectiva da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965);
- (c) Investigar os motivos que determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural, do tipo Condomínio de Armazém Rural.

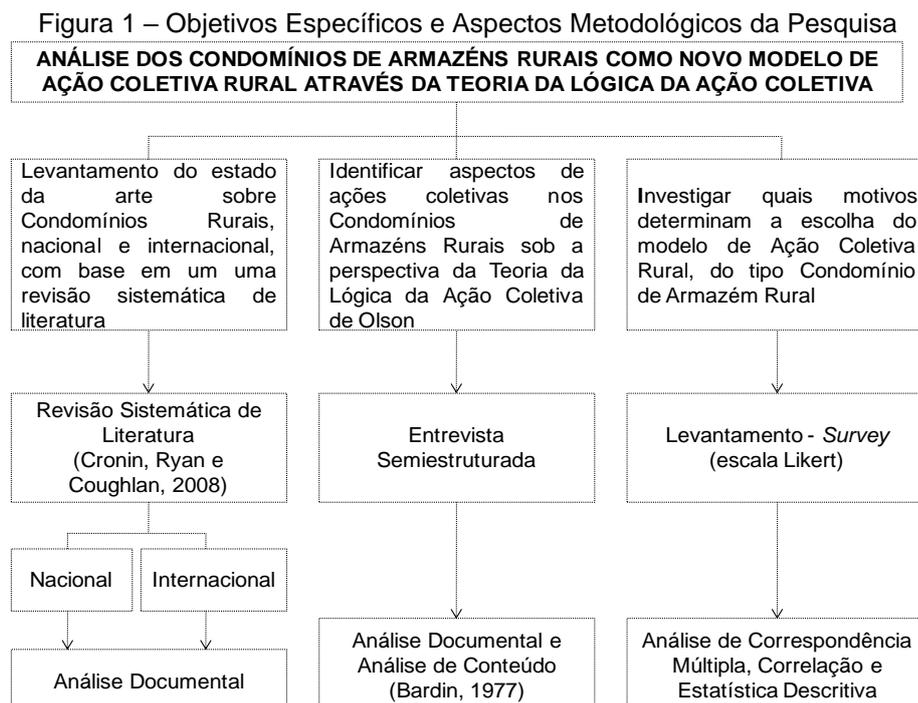
1.4 Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa é classificada conforme o proposto por Silva e Menezes (2001) como aplicada, descritiva, exploratória e qualitativa-quantitativa. Do ponto de vista de sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, que gera conhecimentos com aplicação prática para solucionar problemas. Do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa descritiva e exploratória, sendo que a primeira descreve as características de um fenômeno por meio de levantamento (*survey*) e observação e a segunda objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema a fim de torná-

lo explícito. E por fim, do ponto de vista da forma, a abordagem é qualitativa e quantitativa, em que, haverá interpretação dos fenômenos e atribuição de significados e emprego de técnicas descritivas e matemáticas para quantificar opiniões e informações em números.

Nessa pesquisa adotou-se também a técnica de Triangulação de dados, isto é, a combinação de vários métodos de pesquisa com o intuito de testar validade e dar maior confiabilidade aos resultados. Entre as vantagens da Triangulação de dados está o estabelecimento da verdade, aperfeiçoamento de teorias, confiança, rigor, qualidade e eliminação de vieses (GOLAFSHANI, 2003), e contribuições mais robustas (CAPPELLARI et al., 2019). Assim, adotou-se a pesquisa quali-quantitativa através de entrevistas, levantamento (*survey*), observações, fotos e pesquisa documental.

Quanto aos procedimentos técnicos e instrumentos de pesquisa a serem utilizados foram aplicados os seguintes: i) revisão sistemática de literatura nacional e internacional baseada no protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008); ii) análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e entrevista semiestruturada com os gerentes dos Condomínios Rurais; e, iii) levantamento (*survey*) com os produtores rurais dos Condomínios, investigação de correspondências múltiplas e análise estatística a fim de descobrir os motivos que levam a escolher o modelo de Ação Coletiva Rural do tipo Condomínio de Armazém Rural (Figura 1).



Para atingir o primeiro objetivo específico (a) levantamento do estado da arte sobre Condomínios Rurais foi utilizado o procedimento técnico da revisão sistemática de literatura seguindo o protocolo Cronin, Ryan e Coughlan (2008). Esse levantamento foi abordado na literatura nacional e internacional com o intuito de identificar o maior número possível de trabalhos que tratassem da temática e entender o que já foi estudado a respeito, bem como, os segmentos de atividades agrícolas, pecuárias ou florestais, que são organizadas na forma de Condomínios Rurais. Esse objetivo específico servirá de base para compreender melhor a temática dos Condomínios Rurais e alcançar os objetivos específicos 2 e 3. O Artigo 1 “REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE CONDOMÍNIOS RURAIS” trata sobre o assunto.

O atingimento do segundo objetivo específico (b) Identificar aspectos de ações coletivas nos Condomínios de Armazéns Rurais sob a perspectiva da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Olson, cujo procedimento técnico é a entrevista semiestruturada, foi elaborado e aplicado questionário estruturado (Apêndice A) com os gerentes que fazem parte dos Condomínios de Armazéns Rurais, na cidade de Palotina, Mercedes e Francisco Alves, estado do Paraná, e na cidade de Ipiranga do Sul, estado do Rio Grande do Sul, locais onde abrigam maior concentração desse tipo de formação. Além disso, a análise documental com base na Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson foi complementar juntamente a análise de conteúdo. Esse objetivo específico é abordado no Artigo 2 “A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA E OS CONDOMÍNIOS RURAIS”.

Já no terceiro objetivo específico (c) Investigou-se quais motivos determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural, do tipo Condomínio de Armazém Rural, cujo procedimento técnico é o questionário (Apêndice B), e analisado através de estatística e Análise de Correspondência Múltipla, para identificar quais os principais fatores socioeconômicos que são determinantes para a escolha de um Condomínio de Armazém Rural. Os dados foram analisados através do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. O Artigo 3 “FATORES DETERMINANTES DO MODELO DE AÇÃO COLETIVA CONDOMÍNIO DE ARMAZÉM RURAL” apresenta o assunto.

Vale ressaltar que ainda não existe um cadastro nacional de Condomínios, dessa forma, a amostragem ocorreu por acessibilidade e conveniência (TRIOLA, 2017). No Brasil existe um cadastro nacional que evidencia as unidades

armazenadoras no território. Tal cadastro é realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do governo brasileiro. Contudo, o cadastro da CONAB difere as unidades de armazenagem quanto à Cooperativa, Privada ou Oficial. Ainda não existe um levantamento ou classificação específico quanto aos Condomínios de Armazéns Rurais.

Quanto a outras entidades, produtores ou Associações terem conhecimento sobre o modelo, foi constatado através de outras pesquisas paralelas a essa tese como o “*Projeto financiado pela FAP-DF demanda espontânea 2016*” realizado entre 2017 a 2019 no Distrito Federal e entorno, que ainda é mínimo o conhecimento da ação coletiva rural Condomínio de Armazém Rural no país. O modelo é mais conhecido na região Sul do país, e mais especificamente na cidade de Palotina, interior do estado do Paraná, na região Sul. A partir de reportagens televisivas ou contato informal alguns agricultores ou entidades buscam a informação na região de Palotina ou artigos científicos publicados.

No caso da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade representativa dos produtores rurais no país, foi estabelecida reunião de apresentação do modelo Condomínios de Armazéns Rurais aos 27 representantes de Federações de Agricultores no 1º semestre de 2019. Os representantes se mostraram otimistas com o modelo e tomaram conhecimento do novo modelo de Ação Coletiva Rural Brasileira.

Além disso, em contato com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER sede, localizada em Brasília/Distrito Federal), estes não tinham conhecimento do tema.

Nota-se que o modelo de Condomínios de Armazéns Rurais é relativamente novo e há pouco conhecimento sobre ele, visto a extensão territorial do país e difusão de informações entre produtores, entidades, pesquisadores e governo. Dessa forma o modelo acaba sendo mais conhecido na região Sul do país, sendo que de 2016 a 2019, na região de Palotina/PR foram construídos mais 3 Condomínios de Armazéns Rurais, totalizando até o ano 2019, 6 Condomínios de Armazéns Rurais no Paraná. Assim, essa tese trabalhou com 7 Condomínios de Armazéns Rurais os quais se sabiam no país: (a) Condomínio de Armazém “A” na cidade de Ipiranga do Sul, RS; (b) Condomínio de Armazém “B” na cidade de

Mercedes, PR; (c) Condomínio de Armazém “C”, “E”, “F” e “G” na cidade de Palotina, PR; e, (d) Condomínio de Armazém “D” na cidade de Francisco Alves, PR.

Por fim, os recursos para realização das visitas de campo e pesquisa foram concedidos pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), Edital nº 03/2016 – Demanda Espontânea: Projetos de Pesquisa Científica, Tecnologia e Inovação.

Nas próximas sessões são detalhados e aprofundados os materiais e métodos de acordo com cada objetivo específico.

1.5 Estruturação da Tese

Essa tese foi estruturada e dividida na forma de artigos. A primeira parte apresenta a Introdução, dividida em contextualização, problematização e justificativa, delimitação, e, objetivos geral e específicos. O primeiro artigo “REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE CONDOMÍNIOS RURAIS” apresenta e discute a revisão sistemática de literatura nacional e internacional sobre os Condomínios Rurais. A revisão sistemática internacional foi publicada no periódico Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)¹. O segundo artigo “A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA E OS CONDOMÍNIOS RURAIS” fundamenta a presente pesquisa através da teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson e discute o novo modelo de ação coletiva rural Condomínios de Armazéns Rurais no Agronegócio Brasileiro. O terceiro artigo “FATORES DETERMINANTES DO MODELO DE AÇÃO COLETIVA CONDOMÍNIO DE ARMAZÉM RURAL” investiga quais motivos determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural Condomínios de Armazéns Rurais. A última seção apresenta as conclusões e recomendações, bem como limitações da pesquisa, sugestões de estudos futuros e contribuições da tese. Por fim, essa tese apresenta as Referências Bibliográficas e os Apêndices.

¹ FILIPPI, A. C. G.; GUARNIERI, P.; CUNHA, C. A. Condomínios Rurais: revisão sistemática da literatura internacional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, p. 525-546, 2019. https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-3_04_condominios_rurais

ARTIGO 1: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE CONDOMÍNIOS RURAIS

Resumo: O objetivo desse artigo foi levantar o estado da arte sobre os Condomínios Rurais, na literatura nacional e internacional, com base em uma revisão sistemática de literatura. Foi apontado sistematicamente a importância do tema e o que já existe realizado até o momento. Verificou-se escassa literatura a respeito do tema de Condomínios Rurais, principalmente em relação ao tipo Condomínios de Armazéns Rurais, tema relativamente novo e pertinente para o Agronegócio e para as ações coletivas rurais. Além disso, dentre os trabalhos desenvolvidos sobre Condomínios Rurais, nenhum investigou o que se propõe pesquisar nesse presente estudo, o que caracteriza a presente pesquisa como original e relevante para seu estudo. Portanto, esse trabalho de pesquisa investiga um problema de pesquisa original e relevante, o qual contribuirá com o avanço nessa área do conhecimento.

Palavras-chave: Revisão Sistemática de Literatura. Estado da Arte. Condomínio Rural.

Abstract: *The purpose of this article was to survey the state of the art on Rural Condominiums, in national and international literature, based on a systematic literature review. The importance of the theme was systematically pointed out and what has been accomplished so far. There was little literature on the topic of Rural Condominiums, mainly in relation to the Rural Warehouse Condominiums type, a relatively new and pertinent theme for Agribusiness and rural collective actions. In addition, among the works developed on Rural Condominiums, none investigated what is proposed to be researched in this study, which characterizes this research as original and relevant to its study. Therefore, this research work investigates an original and relevant research problem, which will contribute to the advancement in this area of knowledge.*

Keywords: *Systematic Literature Review. State of art. Rural Condominium.*

1. Introdução

Os Condomínios Rurais são Ações Coletivas Rurais empreendedoras formados por agricultores vizinhos que visam obter ganhos e vantagens com a

atividade agrícola e/ou pecuária, enfrentar dificuldades do campo e proporcionar aumento de competitividade no Agronegócio (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019). Além disso, os Condomínios Rurais contemplam características do Associativismo, como aumento na produção e produtividade, resolução de problemas, viabilidade social dos produtores, superação de dificuldades sociais, fortalecimento da atividade e melhor integração (FILIPPI, 2017; FILIPPI; GUARNIERI; DINIZ, 2018).

Para Araújo (2003), os Condomínios Rurais são uma forma de Ação Coletiva de produção, formada por um grupo de produtores rurais, que visam produzir, adquirir ou construir algum bem compartilhado, que podem ser, por exemplo: uma unidade de produção de suínos, a compra de máquinas agrícolas ou a construção de um armazém. Além disso, os Condomínios Rurais são mais comuns na região Sul do país e veem assumindo importância no que se refere à verticalização da produção em elevadas escalas fora do Brasil (ARAÚJO, 2003).

O tema é relativamente novo, com pouca literatura sobre o assunto e pertinente para o Agronegócio. Dentre os trabalhos já desenvolvidos, existem pesquisas realizadas com Condomínios Leiteiros (OLIVO, 2000; OLIVO; POSSAMAI, 2000; GULLO, 2001; TESCHE, 2007; KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012); Condomínios Suínos (MOYANO-ESTRADA; ANJOS, 2001; GULLO, 2001); Condomínios de Cafeicultores (ORTEGA; JESUS, 2012); história dos Condomínios Rurais em Santa Catarina, com foco na agricultura familiar e cooperação econômica (ANJOS; MOYANO ESTRADA; CALDAS, 2011; MOYANO-ESTRADA; ANJOS, 2001); e, mais recentemente, os Condomínios de Armazéns Rurais (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019) e os Condomínios de Agroenergia (DE PAULA et al., 2011; BARICHELLO, 2015; ALMEIDA et al., 2017).

Olivo (2000) propôs um modelo de gestão sustentável para a formação de novas associações e aperfeiçoamento das já existentes na agricultura familiar, com base na propriedade condominial. Entre os resultados da pesquisa, o autor identificou elevada dependência do desenvolvimento de pequenos produtores familiares e os processos organizacionais, fato que ocorre devido aos mercados globalizados, concentração de capital e concorrência. Nesse cenário, os Condomínios Leiteiros amenizariam esses problemas, auxiliando com o

desenvolvimento dos produtores, como também apresentam menor risco comparado a outros empreendimentos e custo relativamente baixo (OLIVO, 2000).

Olivo e Possamai (2000) investigaram a sustentabilidade do sistema condominial leiteiro no Rio Grande do Sul. Identificaram que o modelo apresentava baixo grau de sustentabilidade e que os condomínios leiteiros do estudo não tiveram preparação e instruções necessárias para sua implantação por parte do governo da época, num programa governamental de 1988 que visava fomentar Condomínios Rurais para agricultores familiares (OLIVO; POSSAMAI, 2000). Tal característica mostra a necessidade de preparação dos produtores rurais para implantar esse modelo e bom relacionamento interpessoal, bem como, conhecimento e troca de ideias entre os futuros membros para garantir o sucesso do empreendimento e bom andamento das atividades (FILIPPI, 2017).

Gullo (2001) estudou a inadimplência dos Condomínios Leiteiros e Suínos do estado do Rio Grande do Sul, com vistas ao crédito rural, política pública da época e análise do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais (FEAPER). Entre os achados, verificaram-se erros governamentais no planejamento e gerenciamento dos recursos disponíveis para o crédito rural, falta de aptidão e treinamento dos produtores rurais para trabalhar com Associativismo, e carência na análise econômico-financeira desses Condomínios.

Tesche (2007) analisou as relações sociais de reciprocidade entre agricultores familiares em Condomínio Leiteiro e verificou que os Condomínios, visto por redes de cooperação, produz valores humanos de confiança e solidariedade, o que gera o fortalecimento das relações entre os produtores.

Kiyota, Perondi e Vieira (2012) pesquisaram sobre as estratégias de sucessão geracional na agricultura familiar num Condomínio Leiteiro localizado no estado do Paraná. O Condomínio é acompanhado pelo Projeto Redes de Referências para a Agricultura Familiar, do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR), desde 1998, e objetiva apoiar o desenvolvimento sustentável dos sistemas de produção na agricultura familiar no estado do Paraná.

Moyano-Estrada e Anjos (2001) e Anjos, Moyano-Estrada e Caldas (2011), investigaram os Condomínios na esfera da Cooperação Econômica para agricultura familiar no estado de Santa Catarina. Os autores discutem que o modelo é positivo aos pequenos produtores e uma alternativa às grandes Cooperativas Agrícolas, já

que são mais flexíveis do que outros modelos e respondem melhor a demandas sociais e econômicas desses grupos, bem como, reduzem custos de produção e auxiliam a agricultura familiar a se adaptar às exigências do capitalismo (MOYANO-ESTRADA; ANJOS, 2001; ANJOS; MOYANO-ESTRADA; CALDAS, 2011). Outro ponto interessante identificado pelos autores é o fato de que o modelo tem se expandido para outras atividades do Agronegócio, como na armazenagem (MOYANO-ESTRADA; ANJOS, 2001). Fato esse, apresentado por Filippi (2017) numa pesquisa sobre os Condomínios de Armazéns Rurais.

Ortega e Jesus (2012) analisaram um arranjo produtivo local de cafeicultores localizado no oeste de Minas de Gerais. Os produtores trabalham num sistema de Condomínio, com divisão em “quotas-partes”, de armazém, maquinário de benefício e padronização eletrônica. O modelo trouxe inúmeros benefícios aos cafeicultores, como maior competitividade do produto, sucesso da cafeicultura regional, melhor capacidade organizativa dos produtores, inovações tecnológicas e melhor qualidade do café (ORTEGA; JESUS, 2012).

Já Filippi (2017) caracterizou e analisou a viabilidade econômico-financeira de Condomínios de Armazéns Rurais. Dentre os resultados, o modelo apresenta inúmeras vantagens e benefícios, como a redução de custos e aumento do lucro dos produtores, diminuição de gargalos logísticos e proporciona a comercialização estratégica da produção. Adicionalmente, o modelo é viável (FILIPPI; GUARNIERI, 2018), em expansão e competitivo para o Agronegócio Brasileiro (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2019).

Por fim, com os Condomínios de Agroenergia, De Paula et al. (2011) estudaram a suinocultura de Marechal Cândido Rondon/PR, com o intuito de estabelecer um Condomínio de Agroenergia. Entre os pontos positivos do modelo, está a gestão mais eficiente na produção de suínos, maior geração de renda, emprego, amenização do impacto ambiental, avanço no desenvolvimento sustentável local e fonte energética renovável na agropecuária (DE PAULA et al., 2011).

Por sua vez, Barichello (2015) analisou os modelos de Condomínio de Agroenergia para o desenvolvimento sustentável a partir da competitividade sistêmica. Entre os principais resultados, o autor identifica que o modelo concilia escala de produção com escala de consumo, promovem o desenvolvimento econômico e sustentável, e reduzem gases poluentes (BARICHELLO, 2015).

E, Almeida et al. (2017) analisaram a viabilidade socioeconômica da implantação de um Condomínio de Agroenergia, localizado no oeste do Paraná. Como resultados, os autores verificaram sua viabilidade e discutiram que o modelo condominial produz bioenergia em larga escala, reduz impacto ambiental, melhora a qualidade de vida dos vizinhos e latifundiários. Também apontaram que os estudos são escassos e há necessidade de novas pesquisas sobre o assunto (ALMEIDA et al., 2017). Nas pesquisas de Olivo (2000) e Filippi (2017), os autores também verificaram a necessidade de novas pesquisas com os Condomínios Rurais e que a literatura acadêmica sobre o assunto é escassa.

Nota-se boa diversidade e peculiaridades próprias entre os diferentes tipos de Condomínios Rurais. Todas as formações proporcionam ganhos para a atividade agrícola, para o produtor rural e para o Agronegócio brasileiro.

Wenningkamp e Schmidt (2016b) relatam que estudos sobre ações coletivas no Agronegócio ainda são escassos e que essa temática é pertinente para o crescimento e desenvolvimento do setor no país. Para um dos maiores pesquisadores do Agronegócio no Brasil, Zylbersztajn (2017) recentemente elencou algumas perspectivas de pesquisas futuras pertinentes ao tema, sendo que uma delas é sobre estudos de ações coletivas de agricultores.

Portanto, evidencia-se assim, importância e diversidade para o desenvolvimento de novas pesquisas com a temática dos Condomínios Rurais, sendo que se torna necessário conhecer os trabalhos já realizados até o momento e até que ponto a literatura nacional e internacional aborda a questão.

2. Metodologia

Diferentemente de uma revisão de literatura tradicional ou narrativa, as revisões sistemáticas de literatura apresentam uma abordagem com buscas mais rigorosas e bem definidas ao revisar a literatura de um determinado tema a ser pesquisado (CRONIN; RYAN; COUGHLAN, 2008; ROUTROY; BEHERA, 2017). Segundo Filippi, Guarnieri e Farias (2017), a revisão sistemática gera resultados com materiais críticos e de qualidade, como também, ganha importância atual em trabalhos científicos de diferentes áreas pesquisadas (FILIPPI; GUARNIERI; FARIAS, 2017; ROUTROY; BEHERA, 2017; PILBEAM; ALVAREZ; WILSON, 2012;

GUARNIERI, 2015; GUARNIERI et al., 2015; CAMPOS et al., 2017; NOROOZI; WIKNER, 2017).

Muñoz et al. (2002) ressaltam que a revisão sistemática de literatura é uma importante ferramenta aceita na academia, a qual possibilita na pesquisa científica analisar um conjunto de dados simultâneos e integrar descobertas de pesquisas individuais que já foram realizadas objetivamente.

Com esse intuito, bem como o de analisar a relevância da pesquisa e identificar os trabalhos que já foram realizados até o momento para o tema dos Condomínios Rurais foi levantado o estado da arte sobre os Condomínios Rurais na literatura nacional e internacional. Para tanto, foram realizadas duas revisões sistemáticas de literaturas baseada no protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008) para selecionar os artigos, um levantamento em bases de pesquisas nacionais e outro levantamento em bases de pesquisas internacionais.

Adicionalmente, o protocolo utilizado é composto pelas seguintes etapas: (i) formulação da questão de pesquisa; (ii) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (iii) seleção e acesso à literatura; (iv) avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão; e, (v) análise, síntese e disseminação dos resultados (CRONIN; RYAN; COUGHLAN, 2008).

O detalhamento das etapas seguidas no protocolo é mostrado nas seções 2.1 Estado da Arte nacional sobre os Condomínios Rurais e 2.2. Estado da Arte internacional sobre os Condomínios Rurais.

2.1 Estado da Arte nacional sobre os Condomínios Rurais

Nesse primeiro levantamento sobre o estado da arte, foram identificados na literatura nacional os trabalhos já publicados sobre os Condomínios Rurais por meio de uma revisão sistemática de literatura.

A **Quadro 1** descreve o desenvolvimento das etapas do protocolo da revisão sistemática de literatura nacional, realizado em bases de pesquisas nacionais.

Quadro 1 – Desenvolvimento do protocolo de revisão sistemática de literatura internacional sobre Condomínios Rurais.

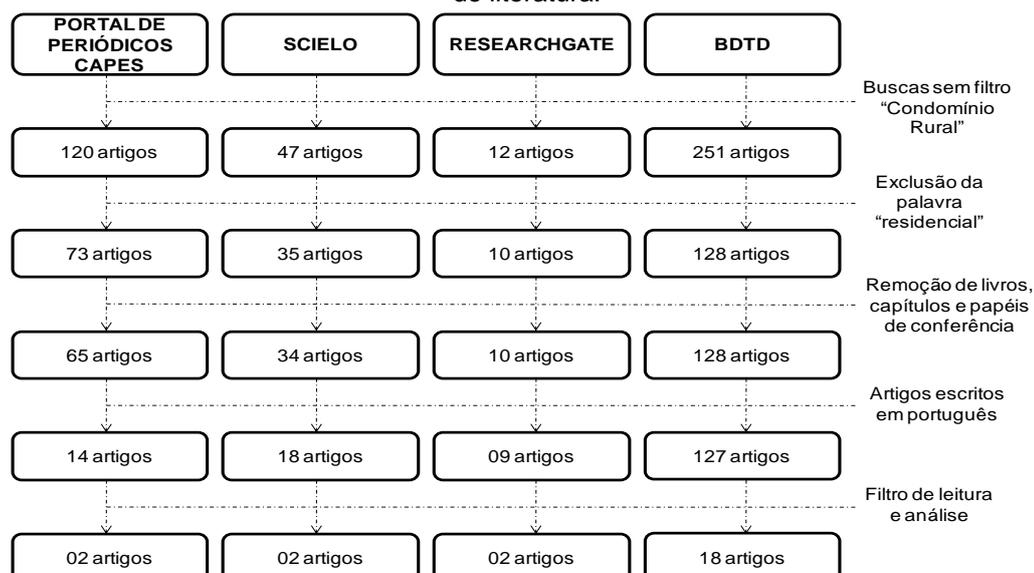
Etapas do protocolo	Desenvolvimento
(i) Formulação da questão de pesquisa	Quais os trabalhos já publicados nacionalmente sobre os Condomínios Rurais?

(ii) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão	Os critérios de inclusão e exclusão utilizados nas buscas da literatura existente obedeceram as seguintes delimitações para obter materiais mais críticos e de qualidade: (a) palavra-chave em português “Condomínio Rural”; (b) operadores booleanos: uso do <i>AND NOT</i> (exclusão da palavra RESIDENCIAL – <i>and not</i> residencial) com o intuito de excluir trabalhos de Condomínios Residenciais, os quais, não tem relação com o tema; (c) apenas artigos completos em periódicos (exclusão de resumos, capítulos de livros, anais de eventos e etc), dissertações e teses; (d) período de publicação: 20 anos; e, (e) base de dados nacionais: Portal de Periódicos da Capes, Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileiras (BDTD) e ResearchGate.
(iii) Seleção e acesso à literatura	Artigos completos publicados em periódicos nacionais, dissertações e teses, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.
(iv) Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão	Com as buscas e critérios estabelecidos do protocolo foram encontrados apenas 24 documentos. Para tanto, avaliou-se previamente através de uma leitura dos resumos e trabalhos. Dos 168 documentos que ficaram na penúltima etapa, apenas 24 tratavam do tema objeto de pesquisa dessa revisão (Figura 2).
(v) Análise, síntese e disseminação dos resultados	Os 24 documentos selecionados foram analisados rigorosamente. Optou-se em elaborar tabelas, quadros e fluxos para melhor visualização e análise dos resultados.

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Por fim, a **Figura 2** exemplifica o número de documentos que foram encontrados e excluídos, conforme se aplicava os critérios e procedimentos da revisão sistemática de literatura, com o objetivo de responder a pergunta de pesquisa e identificar trabalhos que tratassem da temática Condomínios Rurais na literatura nacional.

Figura 2 – Número de documentos excluídos com o procedimento de filtragem na revisão sistemática de literatura.



Fonte: Resultados da Pesquisa.

De toda literatura buscada nacionalmente, apenas 24 documentos tinham relação com o tema. Os trabalhos selecionados para apresentação e discussão são mostrados no **item 3.1** dos resultados desse artigo.

2.2 Estado da Arte internacional sobre os Condomínios Rurais

Nesse segundo levantamento sobre o estado da arte, foram identificados na literatura internacional os trabalhos já publicados sobre os Condomínios Rurais por meio de uma revisão sistemática de literatura.

A **Quadro 2** descreve o desenvolvimento das etapas do protocolo da revisão sistemática de literatura internacional, realizado em bases de pesquisas internacionais.

Quadro 2 – Desenvolvimento do protocolo de revisão sistemática de literatura internacional sobre Condomínios Rurais.

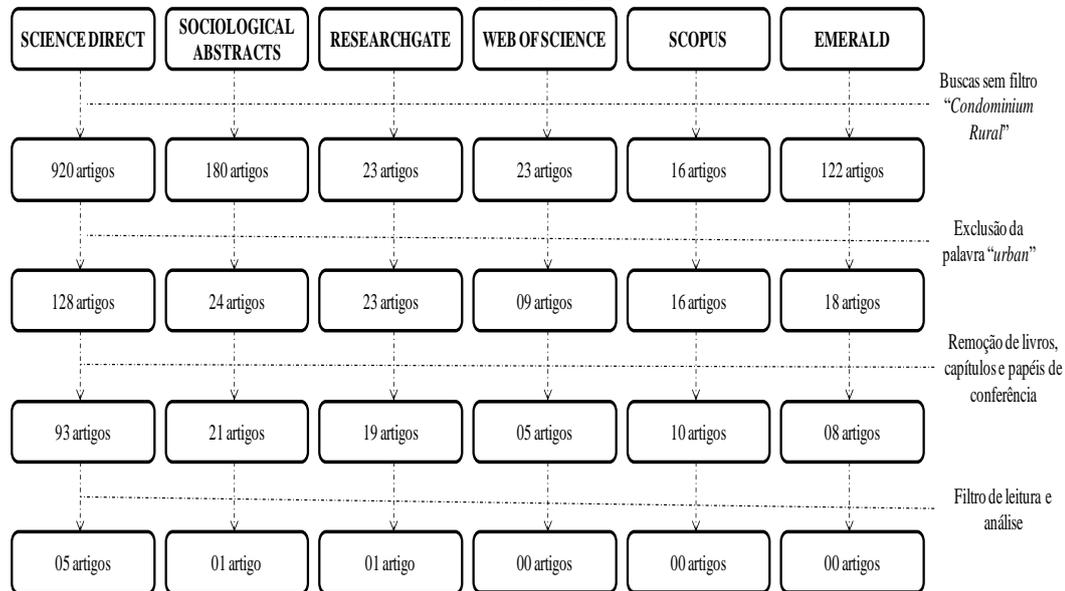
Etapas do protocolo	Desenvolvimento
(i) Formulação da questão de pesquisa	Quais os trabalhos já publicados internacionalmente sobre os Condomínios Rurais?
(ii) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão	Os critérios de inclusão e exclusão utilizados nas buscas da literatura existente obedeceram as seguintes delimitações para obter materiais mais críticos e de qualidade: (a) palavra-chave em inglês “ <i>Condominium Rural</i> ”; (b) operadores booleanos: uso do <i>AND NOT</i> (exclusão da palavra <i>URBAN – and not urban</i>) com o intuito de excluir trabalhos de Condomínios Urbanos, os quais, não tem relação com o tema; (c) apenas artigos completos em periódicos (exclusão de resumos, capítulos de livros, anais de eventos e etc); e, (d) período de publicação: sem delimitação, pois a literatura é muito escassa sobre o assunto e recente; e, (e) base de dados internacionais: <i>Science Direct, Sociological Abstracts, ResearchGate, Web of Science, Emerald Insight e Scopus</i> .
(iii) Seleção e acesso à literatura	Artigos completos publicados em periódicos internacionais, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.
(iv) Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão	Com as buscas e critérios estabelecidos do protocolo foram encontrados apenas 07 artigos. Para tanto, avaliou-se previamente através de uma leitura dos resumos e documentos. Dos 156 documentos que ficaram na penúltima etapa, apenas 07 tratavam do tema objeto de pesquisa dessa revisão (Figura 3).
(v) Análise, síntese e disseminação dos resultados	Os 07 artigos selecionados foram analisados rigorosamente. Optou-se em elaborar tabelas, quadros e fluxos para melhor visualização e análise dos resultados.

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Por fim, a **Figura 3** exemplifica o número de documentos que foram encontrados e excluídos, conforme se aplicava os critérios e procedimentos da revisão sistemática de literatura, com o objetivo de responder a pergunta de

pesquisa e identificar trabalhos que tratassem da temática Condomínios Rurais internacionalmente.

Figura 3 – Número de documentos excluídos com o procedimento de filtragem na revisão sistemática de literatura.



Fonte: Resultados da Pesquisa.

De toda literatura buscada internacionalmente, apenas 07 artigos tinham relação com o tema. Os trabalhos selecionados para apresentação e discussão serão mostrados no **item 3.2** dos resultados dessa tese.

3. Resultados e Discussões

3.1 Estado da Arte Nacional sobre Condomínios Rurais

Com base no objetivo específico 1 dessa tese e procedimento metodológico proposto de uma revisão sistemática de literatura foi identificado e analisado quais os trabalhos já publicados nacionalmente sobre os Condomínios Rurais. O Quadro 3 apresenta os documentos selecionados, bem como, as informações relativas dos mesmos quanto a base de dados pesquisada, o título, os autores, o ano de publicação, o periódico onde o artigo foi submetido ou instituição de origem, o assunto principal do trabalho, e o segmento do Agronegócio o qual o Condomínio Rural se insere (tipo de Condomínio).

Quadro 3 – Artigos da revisão sistemática nacional sobre Condomínios Rurais.

Base	Título	Autor/ Ano	Periódico/ Origem	Objetivo	Tipo de Condomínio Rural
Portal de Periódicos CAPES	Potencial de uso da biomassa florestal da caatinga, sob manejo sustentável, para geração de energia	Brand (2017)	Ciência Florestal	Análise do plano de manejo sustentável de uma área de Caatinga, de forma a sugerir as melhores estratégias de tratamento da biomassa para geração de energia.	Condomínio Florestal
	Colaboração interorganizacional e o desenvolvimento socioeconômico regional	Lima et al. (2017)	HOLOS	Analisar se as relações interorganizacionais podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico na região noroeste do Estado de Mato Grosso.	Assentamento dividido em lotes (uma parte é reserva legal em Condomínio)
ResearchGate	Análise econômica e avaliação financeira da cultura da manga no Condomínio rural Tasso Ribeiro Jereissati no município de Mauriti-CE	Almeida, Gomes (2016)	Conexões Ciência e Tecnologia	Análise econômica-financeira a cultura da manga no Condomínio Rural Tasso Ribeiro Jereissati (Mauriti/CE).	Condomínio de Fruticultura (manga)
	Caracterização e análise da viabilidade de Condomínios de Armazéns Rurais: um estudo multicaso	Filippi (2017)	Mestrado UnB	Analisar as características, perspectivas e viabilidade para a estruturação de Condomínios de Armazéns Rurais de grãos no Brasil.	Condomínio de Armazém Rural
Scielo	Características químicas de solo sob aplicação de esterco líquido de suínos em pastagem natural	Ceretta et al. (2003)	PAB	Avaliar alterações em características químicas de um solo sob pastagem natural com o uso de esterco líquido de suínos e implicações agrônomicas e ambientais.	Condomínio de Suínos
	Produção de forragem em pastagem natural com o uso de esterco líquido de suínos	Durigon et al. (2002)	Revista Brasileira de Ciência do Solo	Avaliar a eficiência e a frequência de utilização de esterco líquido de suínos na produção de matéria seca e acúmulo de nutrientes em pastagem natural.	Condomínio de Suínos
BDTD	O desenvolvimento rural sustentável no contexto do Programa Cultivando Água Boa: o caso do Condomínio de Agroenergia da Linha Ajuricaba	Celestino Gabriel (2014)	Mestrado UNIOESTE	Caracterizar as ações e as metodologias, utilizadas pelo programa Cultivando Água Boa e, analisar produtores participantes do Condomínio de Agroenergia, no sentido de traçar uma trajetória de suas ações na busca de atingir parâmetros de sustentabilidade na atividade leiteira.	Condomínio de Agroenergia (leiteiro)
	Concepção de Condomínios de Agroenergia: análise e proposta de metodologia para aplicação em áreas de concentração da suinocultura	Barichello (2015)	Doutorado UFSC	Analisar modelos de Condomínios de Agroenergia voltados para o desenvolvimento rural sustentável a partir dos pressupostos da competitividade sistêmica, propondo uma metodologia aplicável em áreas de concentração da suinocultura brasileira.	Condomínio de Agroenergia (suínos)
	Reserva legal em Condomínio como alternativa à recomposição da vegetação nativa no estado de Minas Gerais	Lima (2008)	Mestrado UFU	Compreender controvérsias jurídicas, ambientais e econômicas que cercam o instituto da reserva legal para as propriedades rurais desprovidas de vegetação nativa, principalmente daquela instituída em Condomínio, com instituição de RPPN, nos termos previstos pela legislação estadual mineira.	Reserva legal sob a forma Condomínio Rural

Condomínio de Agroenergia: potencial de disseminação na atividade agropecuária	Schuch (2012)	Mestrado UNIOESTE	Destacar a oportunidade de negócio e renda, representada pela utilização da biomassa residual animal, para geração e comercialização do biogás, de forma econômica e ambientalmente sustentável.	Condomínio de Agroenergia (suínos)
Contribuição ao estudo da qualidade do leite pasteurizado por processo lento em Condomínios Leiteiros Rurais	Amabile (1999)	Mestrado UFSC	Comparar a qualidade higiênico-sanitária entre o leite, embalado em sacos plásticos e pasteurizado pelo processo lento, realizado num Condomínio leiteiro rural e o leite tipo C, obtido por pasteurização rápida numa usina de beneficiamento.	Condomínio de Leite
Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural.	Cella (2002)	Mestrado USP	Investigar quais os principais fatores que contribuem para a caracterização de um produtor rural de sucesso, com ênfase em sua capacidade administrativa.	Condomínios Rurais
Modelo dinâmico para a gestão integrada da agricultura familiar	Lourenzani (2005)	Doutorado UFSCAR	Desenvolver um modelo de gestão integrada para a agricultura familiar, que integra diferentes módulos de gestão em um único modelo compartilhado.	Citam o modelo de Condomínios Rurais
Eficientização e gerenciamento do uso de energia elétrica em perímetros irrigados	Ribeiro (2008)	Doutorado UFV	Estudo das diferentes soluções de efficientização e gerenciamento do uso de água e energia em perímetros irrigados da agricultura familiar, tendo como estudo de caso o Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado de Mirorós, Ibipeba/BA.	Condomínios Rurais de Irrigação
Determinantes para a adoção de práticas ambientais responsáveis: estudo de caso em um empreendimento agrícola	Tittoto (2014)	Mestrado USP	Identificar quais são os fatores determinantes para a adoção de práticas ambientais responsáveis em um empreendimento agrícola (Condomínio Agrícola Santa Izabel (Jaboticabal-SP))	Condomínio Rural (cana de açúcar, soja e milho)
Biomassa de resíduos de hortifruticultura em Colombo-PR e prospecção preliminar para geração de biogás	Christo (2016)	Mestrado UFPR	Análise do potencial de aproveitamento dos resíduos de hortifruticultura no município de Colombo, e prospectar sua utilização para geração de biogás.	Citam Condomínio de Agroenergia
Coordenação das transações de cana-de-açúcar das usinas sucroalcooleiras no oeste paulista: complementos contratuais e pluralidade	Feltre (2013)	Doutorado UFSCAR	Identificar os fatores que influenciam a escolha pelas estruturas de governança presentes no suprimento de cana-de-açúcar em um grupo de usinas da região Oeste paulista.	Condomínio de Cana de Açúcar
Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais-FEAPER: uma análise dos 10 anos, com ênfase no problema da inadimplência	Gullo (2001)	Mestrado UFRGS	Abordar a situação do crédito rural como instrumento de política pública no Estado do Rio Grande do Sul, voltado para a agricultura familiar.	Condomínios Rurais (suíno e leite)
As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de	Tesche (2007)	Mestrado UFRGS	Compreender como as relações sociais de reciprocidade entre os agricultores familiares podem contribuir com a melhoria econômica e social das unidades de produção familiares	Condomínio de Leite

Sete de Setembro/RS				
Agricultura de grupo em Santa Catarina: o caso específico de Condomínios e Associações leiteiras no Oeste.	Stedile (2005)	Mestrado UFSC	Avaliar os fatores que contribuem para a desagregação de Condomínios e Associações de agricultores, especificamente envolvidos com a produção leiteira.	Condomínio de Leite
A viabilidade econômico-financeira do uso do biogás para implantação de um Condomínio de Agroenergia no município de Toledo-PR	Gomes (2014)	Mestrado UNIOESTE	Analisar a viabilidade econômica da implantação de projetos para geração de energia elétrica, térmica e veicular a partir de dejetos animais na região da microbacia do Lajeado Grande (Toledo/PR), verificando a alternativa que possibilite o maior ganho econômico.	Condomínio de Agroenergia (suíno, bovino e aves)
Estudo de viabilidade técnica e econômica para o aproveitamento energético do biogás no município de entre rios do oeste PR: produção centralizada versus produção descentralizada de biogás.	Lucio (2015)	Mestrado UNIOESTE	Identificar qual o melhor cenário para a implantação de um Condomínio de Agroenergia no município de Entre Rios do Oeste/PR, por meio da análise comparativa entre produção descentralizada e produção centralizada de biogás.	Condomínio de Agroenergia
Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos - Tocantins	Cifuentes (2013)	Doutorado UNB	Quais foram as mudanças precipitadas na estrutura agrária e nas condições de vida da população espoliada de Campos Lindos, decorrentes da irrupção do agronegócio? E, qual foi a intensidade dessas mudanças?	Cita Reserva legal sob a forma Condomínio Rural
Caracterização das propriedades leiteiras: um estudo na cadeia produtiva da bovinocultura de leite no município de Toledo - PR	Bieger (2010)	Mestrado UNIOESTE	Analisar o comportamento da cadeia produtiva do leite, no seu elo produtor de matéria-prima, buscando identificar o perfil desse segmento por meio do levantamento das características das unidades produtoras que o compõem, localizadas em Toledo/PR.	Condomínios de Inseminação Artificial Bovinos Leiteiros

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Os trabalhos selecionados evidenciam que a literatura nacional é restrita e escassa em relação à temática dos Condomínios Rurais. Após as buscas, apenas 24 documentos foram identificados nas quatro bases nacionais de dados que foram selecionadas no levantamento do estado da arte do protocolo de revisão sistemática de literatura utilizado.

Três desses documentos, apenas citam o tipo de formação Condomínio Rural, o de Cella (2002), Lourenzani (2005) e Cifuentes (2013). O trabalho de pesquisa desses autores não teve como foco de pesquisa o objeto Condomínios Rurais, mas compreendiam alguma informação sobre a organização. Cella (2002) investigou fatores de sucesso de um empreendedor rural em duas Cooperativas do RS, e cita a formação do tipo Condomínio como sendo associativistas de produção, organização estratégica para reduzir custos de produção e riscos da atividade

agropecuária e empreendedora rural de sucesso. Lourenzani (2005) desenvolveu um modelo dinâmico para a gestão integrada na agricultura familiar, sendo citado a formação do tipo Condomínio Rural quanto a uma nova forma de organização que fortalece e capacita produtores da agricultura familiar (LOURENZANI, 2001, apud LOURENZANI, 2005). Cifuentes (2013) investigou as mudanças da estrutura agrária e condições de vida da população em Campos Lindos, devido ao Agronegócio. Em sua tese, cita a Reserva Legal em Condomínio Rural, a qual foi criada pela Portaria nº 19 de 2002 e delimita que dois ou mais propriedades podem ter sua reserva legal em um único imóvel (CIFUENTES, 2013).

Ademais, o período de publicação dos documentos identificados varia entre 1999 a 2017, sendo que 13 trabalhos foram publicados nos últimos 6 anos (BRAND, 2017; FILIPPI, 2017; LIMA et al., 2017; ALMEIDA; GOMES, 2016; CHRISTO, 2016; BARICHELLO, 2015; LUCIO, 2015; GABRIEL, 2014; GOMES, 2014; TITTOTO, 2014; CIFUENTES, 2013; FELTRE, 2013; SCHUCH, 2012), com maior concentração de publicações oriundos de dissertações e teses. Isso evidencia a atualidade do tema, como também mostra singularidade dos estudos sobre Condomínios Rurais entre pesquisadores brasileiros, principalmente regionais do Sul do país, bem como, trabalhos publicados em outras regiões do país, mas que tiveram como foco do estudo essa região.

Essa característica exemplifica uma maior concentração de Condomínios Rurais na região Sul do país, como no estado do: Paraná (FILIPPI, 2017; GABRIEL, 2014; BARICHELLO, 2015; SCHUCH, 2012; CHRISTO, 2016; GOMES, 2014; LUCIO, 2015; BIEGER, 2010); Rio Grande do Sul (FILIPPI, 2017; DURIGON et al., 2002; CERETTA et al., 2003; GULLO, 2001; e, TESCHE, 2007); e, Santa Catarina (STEDILE, 2005). Conforme identificado por Filippi (2017), a região Sul do país apresenta tamanho de propriedades rurais menores que do restante do país, bem como, características marcantes do Associativismo na região, o que gera uma maior concentração e desenvolvimento de Ações Coletivas Rurais, como exemplo os Condomínios Rurais.

Araújo (2003) corrobora com esse achado. Segundo o autor, os Condomínios Rurais são mais comuns na região Sul do Brasil. Contudo, o mesmo autor relata que essa formação é desconhecida nas regiões Norte e Nordeste. Nesse levantamento do estado da arte nacional sobre a temática, isso não é confirmado, pois se encontrou literatura que investigou Condomínios Rurais na região Sudeste

(Ibipeba/SP, Jaboticabal/SP, oeste paulista e Uberlândia/MG), Centro-Oeste (Juruena/MT) e Nordeste (sul do Piauí e Mauriti/CE).

Especificamente, as pesquisas realizadas com Condomínios Rurais de outras regiões do país, foram: Ibipeba/BA – Condomínio Rural de Irrigação (RIBEIRO, 2008); em Jaboticabal/SP – Condomínio Rural com maior ênfase no produto cana-de-açúcar (TITTOTO, 2014); na região do Oeste Paulista – Condomínio de Cana-de-Açúcar (FELTRE, 2013); sul do Piauí – Condomínios Florestais (BRAND, 2017); Juruena/MT – reserva legal em Condomínio Rural (LIMA et al., 2017); Mauriti/CE – Condomínio de Fruticultura/Manga (ALMEIDA; GOMES, 2016); Uberlândia/MG – reserva legal em Condomínio Rural (LIMA, 2008); e, Oeste Paulista/SP – Condomínio de Cana-de-Açúcar (FELTRE, 2013). Tal fato mostra que os Condomínios Rurais existem em diferentes regiões do país e não são formações exclusiva apenas na região Sul do país, o que indica que os Condomínios Rurais podem ser implantados e encontrados em todo Brasil e sob diferentes atividades no Agronegócio.

Além disso, os Condomínios Rurais variam em função da atividade exercida, podendo ser agrícola, pecuária, florestal ou outras. Assim, os Condomínios Rurais dividem-se em tipos, como: (i) Condomínio de Armazém Rural (FILIPPI, 2017); (ii) Condomínio de Agroenergia (GABRIEL, 2014; BARICHELLO, 2015; SCHUCH, 2012; GOMES, 2014; LUCIO, 2015; CRISTO, 2016); (iii) Condomínio Rural Leiteiro (AMABILE, 1999; TESCHE, 2007; STEDILE, 2005; GULLO, 2001); (iv) Condomínio Rural de Suínos (CERETTA et al., 2003; DURIGON et al., 2002; GULLO, 2001); (v) Condomínio Florestal (BRAND, 2017); (vi) Condomínio de Fruticultura (ALMEIDA; GOMES, 2016); (vii) Condomínio Rural de Irrigação (RIBEIRO, 2008); (viii) Condomínio Rural de Cana-de-Açúcar (FELTRE, 2013; TITTOTO, 2014); (ix) Condomínio de Inseminação Artificial (BIEGER, 2010); e, (x) Condomínio de Reserva Legal (LIMA et al., 2017; LIMA, 2008).

Quanto aos documentos levantados sobre os Condomínios de Agroenergia, o foco deles foi investigar a geração de bioenergia a partir de dejetos animais (bovinos, suínos ou aves), juntamente a pesquisas que contemplaram: aspectos sobre o desenvolvimento rural sustentável (GABRIEL, 2014; BARICHELLO, 2015), oportunidade de negócio e comercialização de biogás (SCHUCH, 2012); aproveitamento de resíduos da hortifruticultura e geração de biogás (CRISTO, 2016); viabilidade econômico-financeira de projetos de geração de energia elétrica,

térmica e veicular com o uso de biogás rural (GOMES, 2014); e, análise de viabilidade técnica e econômica comparativa entre produção descentralizada e produção centralizada de biogás (LUCIO, 2015).

Dos trabalhos desenvolvidos com Condomínios Leiteiros foram estudados: pesquisas sobre qualidade do leite (AMABILE, 1999); crédito rural e política pública (GULLO, 2001); relações de reciprocidade e redes de cooperação socioeconômicos na agricultura familiar (TESCHE, 2007); e, avaliação de fatores que possam levar a desagregação de Condomínios e Associações (STEDILE, 2005).

Para os Condomínios Suínos, as investigações concentraram-se em: estudos agrônômicos químicos de solo e de qualidade de forragem em pastagens (CERETTA et al., 2003; DURIGON et al., 2002); e, crédito rural e política pública (GULLO, 2001).

Nos Condomínios de Cana-de-Açúcar, as pesquisas investigaram: fatores sobre práticas ambientais responsáveis em empreendimento agrícola (TITTOTO, 2014); e, fatores que influenciam a escolha por estruturas de governança/transações em cana-de-açúcar (FELTRE, 2013).

Já nos Condomínios sob a forma de uso em Reserva Legal, foram estudados aspectos jurídicos, ambientais e econômicos de Reserva Legal em propriedades rurais dos condôminos (LIMA, 2008; LIMA et al., 2017).

Por fim, nos Condomínios de Armazéns Rurais foi realizada uma caracterização dessa Ação Coletiva Rural e feito um estudo de viabilidade econômico-financeiro (FILIPPI, 2017); no Condomínio Florestal foi investigada o potencial do uso de biomassa florestal para geração de energia (BRAND, 2017); no Condomínio de Fruticultura foi feito um estudo sobre análise econômico-financeiro para a cultura da manga (ALMEIDA; GOMES, 2016); no Condomínio de Irrigação foi analisado o aumento da eficiência no gerenciamento do uso da água e energia elétrica em propriedades de agricultores familiares (RIBEIRO, 2008); no Condomínio de Inseminação Artificial de Bovino Leiteiros, foi caracterizada as propriedades no âmbito da cadeia produtiva do leite (BIEGER, 2010); e, o trabalho de Cella (2002) caracterizou os fatores para o sucesso de um empreendedor rural.

Adicionalmente, percebe-se uma concentração desses trabalhos em mesmas instituições de ensino brasileiras, como é o caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) no estado do Paraná, que abriga cinco desses trabalhos publicados (GABRIEL, 2014; SCHUCH, 2012; GOMES, 2014; LUCIO, 2015;

BIEGER, 2010); e, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no estado de Santa Catarina, com três trabalhos (BARICHELLO, 2015; AMABILE, 1999; STEDILE, 2005). Tal fato explica-se pela proximidade dessas Instituições com os Condomínios Rurais presentes em toda região Sul do país e o tipo de programa de pós-graduação a qual elas pertencem, sendo nas áreas do Agronegócio, Desenvolvimento Rural e afins.

Percebe-se nesses trabalhos identificados diversificação e expansão dos Condomínios Rurais entre diferentes segmentos no Agronegócio com o intuito de melhorar o negócio e aumentar sua competitividade, obter vantagens e benefícios provenientes da forma de Associação, e solucionar problemas decorrentes do campo, numa esfera coletiva entre os produtores rurais associados.

3.2 Estado da Arte Internacional sobre Condomínios Rurais

Com base no objetivo específico 1 dessa tese e procedimento metodológico proposto de uma revisão sistemática de literatura foi identificado e analisado quais os trabalhos já publicados internacionalmente sobre os Condomínios Rurais. O Quadro 4 apresenta os artigos selecionados, bem como, as informações relativas destes quanto à base de dados pesquisada, o título, os autores, o ano de publicação, o periódico onde o artigo foi submetido, o assunto principal do trabalho, e o segmento do Agronegócio o qual o Condomínio Rural se insere (tipo de Condomínio).

Quadro 4 – Artigos da revisão sistemática internacional sobre Condomínios Rurais.

Base	Título	Autor/Ano	Periódico	Assunto	Tipo de Condomínio Rural
Science Direct	<i>Analysis of the socio-economic feasibility of the implementation of an Agroenergy condominium in western Paraná – Brazil</i>	Almeida et al. (2017)	<i>Renewable and Sustainable Energy Reviews</i>	Análise da viabilidade socioeconômica da implantação de um Condomínio de Agroenergia no oeste do Paraná (Brasil). Condomínios Agroenergéticos = união de fazendas vizinhas com o objetivo de acumular biogás e gerar energia de a partir de suíno ou gado.	Condomínio Rural de Agroenergia (suínos e gado)
	<i>Geographical Indications and “Origin” Products in Brazil – The Interplay of Institutions and</i>	Wilkinson, Cerdan, Dorigon (2017)	<i>World Development</i>	Análise dos fatores institucionais e organizacionais que influenciaram o desenvolvimento de políticas e mobilizações em torno de produtos agrícolas "originários"	Condomínio Rural Suíno (SC/Brasil)

	<i>Networks</i>			no Brasil, com foco no papel das redes. Os autores citam, o caso dos Condomínios de suínos em Santa Catarina (associação de pequenos produtores familiares).	
	<i>Potentialities of energy generation from waste and feedstock produced by the agricultural sector in Brazil: The case of the State of Paraná</i>	Ribeiro, Raiher (2013)	<i>Energy Policy</i>	Apresentação e avaliação da geração de energia a partir do setor agropecuário (Paraná/Brasil), na forma de Condomínios de Agroenergia.	Condomínio Rural de Agroenergia (suínos)
	<i>Forest property rights in the frame of public policies and societal change</i>	Irimie, Essmann (2009)	<i>Forest Policy and Economics</i>	Análise da relação recíproca entre a evolução dos direitos de propriedade florestal e a condução de agentes políticos e econômicos, em conexão com seus resultados. Citam como exemplo, Condomínios Florestais do séc.XX., e que os mesmos podem enfrentar graves problemas devido a conjuntura sócio-política (comunismo).	Condomínios Florestais (Alemanha/Romênia)
	<i>Development and socioeconomic environment of cooperatives in Slovenia</i>	Avsec, Štromajer (2015)	<i>Journal of Co-operative Organization and Management</i>	Estudo sobre o desenvolvimento e ambiente socioeconômico de Cooperativas na Eslovênia.	Cooperativismo Rural e Condomínios Comerciais
Sociological Abstract	<i>Family farming and economic cooperation: the emergence and decline of Agrarian Condomínios in Southern Brazil</i>	Anjos, Moyano-Estrada, Caldas (2011)	<i>Journal of Rural Social Sciences</i>	Análise e discussão dos Condomínios Rurais sob os seguintes aspectos: Cooperação Econômica, surgimento dos Condomínios Rurais no Sul do Brasil/SC, modernização da agricultura, agricultura familiar, campesinato e Chayanov.	Condomínios Suínos e Histórico dos Condomínios em SC
ResearchGate	<i>Generational succession strategy of family farming: the case of condominium Pizzolatto</i>	Kiyota, Perondi, Vieira (2012)	Informe Gepec	Estudo sobre estratégias de sucessão geracional na agricultura familiar num Condomínio Rural (Saudades do Iguaçu/PR/Brasil)	Condomínio Leiteiro

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Os trabalhos selecionados evidenciam que a literatura internacional é restrita e escassa em relação a temática dos Condomínios Rurais, sendo que após as buscas, apenas 07 trabalhos foram identificados em seis bases internacionais de dados.

Desses trabalhos, o período de publicação concentra-se entre 2009 a 2017, e 05 tratam sobre Condomínios Rurais no Brasil (ALMEIDA et al., 2017; WILKINSON; CERDAN; DORIGON, 2017; RIBEIRO; RAIHER, 2013; ANJOS; MOYANO-ESTRADA; CALDAS, 2011; KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012). Isso evidencia a

atualidade do tema e aponta para uma singularidade dessa formação e desenvolvimento deles no país.

Dos 02 artigos que não tratam sobre Condomínios Rurais no Brasil, o de Irimie e Essmann (2009) analisam a relação de reciprocidade entre a evolução dos direitos de propriedade florestal e a condução de agentes políticos e econômicos. Nesse caso, o objeto Condomínio Rural não é foco do trabalho, apenas um exemplo que foi citado pelos autores, sendo a atividade florestal estudada. Assim, os autores exemplificam a formação de Condomínios Florestais no século XX, e que eles podem sofrer com graves problemas de ordem sócio-política.

Esse resultado também foi identificado por Filippi, Guarnieri, Diniz (2018) num trabalho sobre as principais motivações e características para a estruturação de Condomínios Rurais no setor de armazenagem; por Filippi (2017) numa caracterização e análise de viabilidade econômico-financeiro de Condomínios de Armazéns Rurais; e, por Gullo (2001) na análise dos Condomínios Suínos e Leiteiros sob a ótica do crédito rural e inadimplência. Todos os trabalhos desenvolvidos no Brasil.

Tal fato mostra que a conjuntura sócio-política de cada época pode influenciar o desenvolvimento dos Condomínios Rurais, de forma negativa ou positiva. No caso do trabalho desenvolvido por Irimie e Essmann (2009), o tipo de governo da época, regido pelo comunismo na Romênia, trouxe a desintegração de muitos Condomínios Florestais, com influência da reforma agrária local e extrativismo de madeira. Tais fatos influenciaram negativamente o desenvolvimento desses Condomínios, principalmente com o extrativismo da madeira e geração de dinheiro das florestas, como também, fatores como falhas no gerenciamento, pouco conhecimento das pessoas locais e falta de confiança foram decisivos para isso.

Contudo, se o tipo de governo estabelecido incentivar essa formação, através de programas agrários, crédito rural e a própria conjuntura político-econômico favorável ao desenvolvimento e crescimento, os Condomínios podem ser beneficiados.

Posteriormente, o outro trabalho que não trata de Condomínios Rurais no Brasil é o de Avsec e Štromajer (2015). Especificamente os autores focam o trabalho num estudo sobre o desenvolvimento e ambiente socioeconômico de Cooperativas Rurais na Eslovênia. Contudo, citam um caso particular como exemplo de Condomínios Comerciais (Condomínios de Habitações), mas não no ambiente rural.

Talvez, a relação seria a busca de aproximação do modelo de Cooperativas ao de Condomínios, como num Condomínio Rural.

Dos outros 5 trabalhos, que são desenvolvidos no Brasil, os Condomínios Rurais tratam das seguintes atividades: (i) Condomínio Rural de Agroenergia (ALMEIDA et al., 2017; RIBEIRO; RAIHER, 2013); (ii) citação exemplificada de um Condomínio Rural Suíno (WILKINSON; CERDAN; DORIGON, 2017); (iii) Condomínios Suínos e histórico dos Condomínios no estado brasileiro de Santa Catarina (ANJOS; MOYANO-ESTRADA; CALDAS, 2011); e (iv) Condomínio Rural Leiteiro (KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012).

Percebe-se, que de acordo com a literatura internacional, majoritariamente, a formação do tipo Condomínios Rurais prevalece no Brasil, sendo que avança no desenvolvimento de diferentes atividades agropecuárias, como suinícola e leiteira, e mais recentemente, na produção de agroenergia e logística (atividade de armazenagem).

Nesse sentido, Moyano-Estrada e Anjos (2011) ao analisarem as formas de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina, identificaram que existe expansão dos Condomínios Rurais para outras esferas da Agroindústria Brasileira. Da mesma forma, Filippi (2017) também relatou a expansão dos Condomínios Rurais, principalmente para o setor de armazenagem brasileiro.

Posteriormente, quanto aos Condomínios Suínos, o trabalho de Anjos, Moyano-Estrada e Caldas (2011) analisa e discute os Condomínios Rurais sob a ótica da Cooperação Econômica, modernização da agricultura, campesinato, teoria de Chayanov, e, como se deu o surgimento dos Condomínios Suínos, especificamente no estado de Santa Catarina. Já o trabalho de Wilkinson, Cerdan e Dorigon (2017), apenas exemplifica o caso dos Condomínios Suínos em Santa Catarina, como uma associação de pequenos produtores familiares. Contudo, o foco principal desse último trabalho é um estudo sobre os fatores institucionais e organizacionais que influenciaram o desenvolvimento de políticas e mobilizações em torno de produtos agrícolas "originários" no Brasil, com ênfase no papel das redes.

Por sua vez, na atividade leiteira, os Condomínios Rurais, são pesquisados num estudo sobre estratégias de sucessão geracional na agricultura familiar em Saudades do Iguaçu, estado do Paraná, Brasil (Condomínio Rural Pizzolatto) (KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012). O estudo aborda aspectos da Reprodução

Social e Sucessão na Agricultura Familiar, e mais especificamente, apresenta a história, funcionamento e características do Condomínio Leiteiro.

Dentre os pontos que mais chamam a atenção da pesquisa, Kiyota, Perondi e Vieira (2012) apresentam que o objetivo de constituir o Condomínio era melhorar a qualidade de vida dos agricultores. Todavia, o modelo proporcionou mais que isso, como a viabilização e economia nos custos dos investimentos com a instalação, equipamentos, máquinas e implementos, produção em maior escala para os agricultores, barganha nos preços e quantidades compradas de produtos por família e otimização da força de trabalho (menor penosidade e maior satisfação) (KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012).

Além disso, a constituição do Condomínio Leiteiro teve o apoio do Projeto Redes de Referências na Agricultura Familiar. Esse projeto governamental do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER/PR) tem o objetivo de apoiar a agricultura familiar paranaense no desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, com base na experiência do *Institut de l'Élevage* da França, que conta com um método de quatro etapas no projeto: caracterização regional, tipificação, escolhas dos sistemas e seleção das propriedades (IAPAR, 2018). Dessa forma, outra especificidade dos Condomínios Rurais é seu caráter sustentável nas atividades agropecuárias.

Essa mesma característica sustentável também é notada nos Condomínios de Agroenergia. Formação mais atual encontrada na literatura internacional dentre os tipos de Condomínios, os Condomínios de Agroenergia objetivam gerar bioenergia a partir da união de propriedades rurais vizinhas, que usam do acúmulo do biogás de suínos ou gado (ALMEIDA et al., 2017; RIBEIRO; RAIHER, 2013). Ambos os trabalhos foram estudos desenvolvidos no estado do Paraná, Brasil.

Adicionalmente, é identificada a origem das instituições de pesquisa desses artigos publicados sobre Condomínios Rurais. Do trabalho de Almeida et al. (2017), os pesquisadores são do Programa de Pós-Graduação em Energia na Agricultura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e do Centro Internacional de Energias Renováveis de Itaipu (CIBIOGÁS). Do trabalho de Ribeiro e Raiher (2013), os pesquisadores são do IAPAR e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E do trabalho de

Kiyota, Perondi e Vieira (2012), os pesquisadores são do IAPAR, UTFPR e EMATER/PR. Percebe-se que todos os pesquisadores são do estado do Paraná, Brasil.

Dos trabalhos desenvolvidos em parceria com instituições internacionais ou apenas fora do Brasil existe o de Wilkinson, Cerdan e Dorigon (2017), em que os pesquisadores são da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), CIRAD UMR *Innovation* (Montpellier/França) e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Do trabalho de Irimie e Essmann (2009), os pesquisadores são do Instituto de Política Florestal e Ambiental, Universidade de Freiburg “Albert-Ludwigs”, Alemanha. Do trabalho de Anjos, Moyano-Estrada e Caldas (2011), os pesquisadores são da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/Rio Grande do Sul) e Instituto de Estudos Avançados (IESA) de Córdoba (Espanha). E por fim, o trabalho de Avsec e Štromajer (2015), os pesquisadores são da União Cooperativa da Eslovênia e Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de *Ljubljana* (Eslovênia).

Visualiza-se que a maior parte do desenvolvimento das pesquisas publicadas internacionalmente se concentra no estado do Paraná, Brasil. Contudo, é importante notar que não se esgota o tema apenas nesses centros de pesquisas, pois essa revisão sistemática de literatura é internacional, o que exclui publicações nacionais do Brasil, conforme se verificam em trabalhos publicados no Brasil, como de Filippi, Guarnieri e Diniz (2018), Filippi (2017), Olivo (2000), Olivo e Possamai (2000), Gullo (2001), Tesche (2007), De Paula et al. (2011) e Barichello (2015), os quais, localizam-se em instituições de pesquisas públicas e em diferentes estados, como na UnB, UFG, UFMS, UFSC, UFRGS, UNIOESTE e UNESP.

Por fim, cabe discutir que existe uma maior concentração de trabalhos e pesquisas provenientes no estado do Paraná. Tal fato pode evidenciar uma relação entre a maior existência de Condomínios Rurais presentes na região e centros de pesquisas próximos a esses Condomínios, que trabalham com Agronegócio e Desenvolvimento Rural. Como também, características culturais agrárias na região, o perfil dos agricultores, e traços marcantes do Associativismo, os quais são encontrados na formação dos Condomínios também.

Araújo (2003) coloca que a prática dos Condomínios Rurais é mais comum na região Sul do Brasil e que os Condomínios assumiram importância também em outros países. Contudo, nesse levantamento de literatura internacional sobre o assunto,

não houve indícios sobre essa formação em diversos países. Apenas identificou uma maior concentração de estudos sobre o assunto no Brasil e foi citado um caso de Condomínios Florestais por Irimie e Essmann (2009) na Alemanha/Romênia. Tal fato não exclui que haja Condomínios Rurais em outros países.

4. Considerações Finais

O primeiro objetivo específico dessa tese, o qual foi fazer um levantamento do estado da arte sobre os Condomínios Rurais, foi publicado² e atingido com base nas revisões sistemáticas de literatura nacional e internacional. Verificou-se que os Condomínios de Armazéns Rurais são uma ação coletiva rural empreendedora, organizacional e recente no Agronegócio Brasileiro, com inúmeras vantagens procedentes do sistema de armazenagem e condominial. Além disso, os resultados demonstram que a literatura, tanto nacional como internacional, sobre Condomínios Rurais é restrita e escassa, o que evidencia lacunas de pesquisa, possibilidade de trabalhos futuros e contribui com o mapeamento de práticas inovadoras de armazenagem e de ações coletivas rurais no país.

Percebeu-se que esse tipo de Ação Coletiva Rural reduz o déficit de armazenagem e outros gargalos logísticos, como também, proporciona vantagens na comercialização da produção, redução de custos de armazenagem e logísticos, e, aumento do lucro.

O modelo exhibe diversificação e expansão dos Condomínios Rurais entre diferentes segmentos no Agronegócio proporcionando aumento da competitividade do negócio rural, vantagens e benefícios, e resolução de problemas decorrentes do campo. Dentre os subtemas identificados na literatura nacional e internacional, os Condomínios Rurais mostram diversidade entre as atividades agropecuárias, caráter sustentável, economia com custos, produção em maior escala, barganha de preços e otimização do trabalho, como também, avanço para outras atividades rurais e estudos sobre redes e governança, e, Agroenergia. Além disso, existe uma maior concentração de Condomínios Rurais no Paraná/Brasil, e que, a conjuntura político-econômica de cada região pode auxiliar com o desenvolvimento de novos

² FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P.; CUNHA, C.A. Condomínios Rurais: revisão sistemática da literatura internacional. **ESTUDOS SOCIEDADE E AGRICULTURA (UFRRJ)**, v. 27, p. 525-546, 2019.

Condomínios, os quais são pertinentes para o crescimento e competitividade no Agronegócio.

Conclui-se que os Condomínios são um modelo em expansão, viáveis financeiramente e competitivos para o Agronegócio Brasileiro. Tal modelo ainda gera crescimento e desenvolvimento para a agricultura brasileira e pode ser mapeado e aplicado a outros países.

5. Referências

ALMEIDA, C. et al. Analysis of the socio-economic feasibility of the implementation of an agroenergy condominium in western Paraná – Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, 75, p. 601–608, 2017.

ALMEIDA, R.D.; GOMES, O.G.P. Análise econômica e avaliação financeira da cultura da manga no Condomínio Rural Tasso Ribeiro Jereissati no município de MAURITI-CE. **Conexões Ciência e Tecnologia**. Fortaleza/CE, v. 10, n. 3, p. 44-50, nov. 2016.

AMABILE, J.M. **Contribuição ao estudo da qualidade do leite pasteurizado por processo lento em condomínios leiteiros rurais**. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, 1999.

ANJOS, F.S.; MOYANO ESTRADA, E.; CALDAS, N.V. Family farming and economic cooperation: the emergence and decline of agrarian condominiums in Southern Brazil. **Journal of Rural Social Sciences**, v. 26, n. 2, p. 30–51, 2011.

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos do Agronegócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

AVSEC, F.; ŠTROMAJER, J. Development and socioeconomic environment of cooperatives in Slovenia. **Journal of Co-operative Organization and Management**, 3, p. 40-48, 2015.

BARICHELLO, R. **Concepção de condomínios de agroenergia: análise e proposta de metodologia para aplicação em áreas de concentração da**

suinocultura. 2015. 231 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2015.

BIEGER, A. **Caracterização das propriedades leiteiras: um estudo na cadeia produtiva da bovinocultura de leite no município de Toledo - PR**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

BRAND, M.A. Potencial de uso da biomassa florestal da caatinga, sob manejo sustentável, para geração de energia. **Ciência Florestal**, v. 27, n.1, p.117-127, 2017.

CAMPOS, E. A. R. DE PAULA, I. C.; PAGANI, R. N.; GUARNIERI, P. Reverse logistics for the end-of-life of and end-of-use products in the pharmaceutical industry: a systematic literature review. **Supply Chain Management-An International Journal**, v. 22, p. 1-45, 2017.

CELESTINO, G. **O desenvolvimento rural sustentável no contexto do Programa Cultivando Água Boa: o caso do Condomínio de Agroenergia da Linha Ajuricaba**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

CELLA, D. **Caracterização do relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. Piracicaba, 2002, 147 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

CERETTA, C.A. et al. Características químicas de solo sob aplicação de esterco líquido de suínos em pastagem natural. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 38, n. 6, p. 729-735, Junho/2003.

CHRISTO, G.L. **Biomassa de resíduos de hortifruticultura em Colombo-PR e prospecção preliminar para geração de biogás**. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Bioenergia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CIFUENTES, J.E.M. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos - Tocantins**. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

DURIGON, R. et al. Produção de forragem em pastagem natural com o uso de esterco líquido de suínos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 26, n. 4, p. 983-992, Dec. 2002.

FELTRE, C. **Coordenação das transações de cana-de-açúcar das usinas sucroalcooleiras no oeste paulista: complementos contratuais e pluralidade**. 2013. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, 2013.

FILIPPI, A.C.G. **Caracterização e análise da viabilidade de Condomínios de Armazéns Rurais: um estudo Multicaso**. 2017, 204 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P.; FARIAS, J.S. Logística agroindustrial: uma revisão sistemática nos anais de Congresso da Sober. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, n. 4, p. 1077-1112, out./dez. 2017.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P.; DINIZ, J.D.A.S. Motivações para a estruturação de Condomínios Rurais para o setor de armazenagem: revisão sistemática de literatura. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 11, n. 4, out./dez. 2018.

GOMES, A.C.A. **A viabilidade econômico-financeira do uso do biogás para implantação de um Condomínio de Agroenergia no município de Toledo-PR**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

GUARNIERI, P. Síntese dos Principais Critérios, Métodos e Subproblemas da Seleção de Fornecedores Multicritério. **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 1-25, jan./fev.2015.

GUARNIERI, P.; SOBREIRO, V. A.; NAGANO, M. S.; SERRANO, A. L. M. The challenge of selecting and evaluating third-party reverse logistics providers in a multicriteria perspective: A Brazilian case. **Journal of Cleaner Production**, v. 96, p. 209-219, 2015.

GULLO, M.C.R. **Fundo estadual de apoio ao desenvolvimento dos pequenos estabelecimentos rurais-FEAPER: uma análise dos 10 anos, com ênfase no problema da inadimplência**. 2001. 147p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná. **Redes de Referências para a Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.iapar.br/pagina-532.html>>. Acesso em janeiro de 2018.

IRIMIE, D.L.; ESSMANN, H.F. Forest property rights in the frame of public policies and societal change. **Forest Policy and Economics**, 11, p. 95-101, 2009.

KIYOTA, N.; PERONDI, M.A.; VIEIRA, J.A.N. Generational succession strategy of family farming: the case of condominium Pizzolatto. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 1, p. 192-211, 2012.

LIMA, A.M.; BAGGENSTOSS, S.; FROEHLICH, A. G.; SILVA, J.J. Colaboração interorganizacional e o desenvolvimento socioeconômico regional. **HOLOS**, Ano 33, v. 2, 2017.

LIMA, E.C.R. **Reserva Legal em condomínio como alternativa à recomposição da vegetação nativa no Estado de Minas Gerais**. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

LOURENZANI, W.L. **Modelo dinâmico para a gestão integrada da agricultura familiar**. 2005. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LUCIO, L.T. **Estudo de viabilidade técnica e econômica para o aproveitamento energético do biogás no município de entre rios do oeste PR: produção centralizada versus produção descentralizada de biogás**. 2015. 78 f. Dissertação (Mestrado em Agroenergia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

MOYANO-ESTRADA, E.; dos ANJOS, F. S. New forms of economic cooperation in family agriculture: the case of condomínios in Santa Catarina, Brazil. **Journal of Rural Cooperation**, v. 29, n. 1, 2001.

MUÑOZ, S.I.S.; TAKAYANAGUI, A.M.M.; SANTOS, C.B.; SANCHEZSWEATMAN, O. **Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO EM ENFERMAGEM, 8, 2002, SIBRACEN, Ribeirão Preto (SP). **Anais...** Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP.

NOROOZI, S.; WIKNER, J. Sales and operations planning in the process industry: A literature review. **International Journal of Production Economics**, v. 188, p. 139-155, 2017.

OLIVO, C.J. **Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão**. 2000. 269 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

OLIVO, C.J.; POSSAMAI, O. Análise da sustentabilidade de Condomínios Rurais formados por agricultores familiares. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, ano VIII, jan/dez 2000.

ORTEGA, A.C.; JESUS, C.M. Território, certificação de procedência e a busca da singularidade: o caso do Café do Cerrado. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, outubro de 2011.

DE PAULA, G. et al. Suinocultores da agricultura familiar do município de Marechal Cândido Rondon (PR). **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p.19-26, 2011.

PILBEAM, C; ALVAREZ, G.; WILSON, H. The governance of supply networks: a systematic literature review. **Supply Chain Management: An International Journal**, Vol. 17 Issue: 4, p. 358-376, 2012.

RIBEIRO, M.C. **Eficientização e gerenciamento do uso de energia elétrica em perímetros irrigados**. 2008. 178 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

RIBEIRO, M.F.S.; RAIHER, A.P. Potentialities of energy generation from waste and feedstock produced by the agricultural sector in Brazil: The case of the State of Paraná. **Energy Policy**, 60, p. 208-216, 2013.

ROUTROY, S.; BEHERA, A. Agriculture supply chain: A systematic review of literature and implications for future research, **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, Vol. 7, Issue: 3, p. 275-302, 2017.

SCHUCH, S. L. **Condomínio de Agroenergia: potencial de disseminação na atividade agropecuária**. 2012. 51 f. Dissertação (Mestrado em Agroenergia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

STEDILE, S. **Agricultura de grupo em Santa Catarina: o caso específico de Condomínios e Associações leiteiras no Oeste**. 2005. 121 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 2005.

TESCHE, R.W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS.** 2008, p. 147. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TITTOTO, J.C. **Determinantes para a adoção de práticas ambientais responsáveis: estudo de caso em um empreendimento agrícola.** 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

WILKINSON, J.; CERDAN, C.; DORIGON, C. Geographical Indications and “Origin” Products in Brazil – The Interplay of Institutions and Networks, **World Development**, v. 98, p. 82–92, 2017.

ARTIGO 2: A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA E OS CONDOMÍNIOS RURAIS

Resumo: A partir da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965/1971)³ esse artigo objetivou discutir e analisar aspectos das ações coletivas sob o enfoque dos Condomínios Rurais no contexto do Agronegócio Brasileiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, através da Teoria da Lógica da Ação Coletiva e de materiais publicados sobre Condomínios de Armazéns Rurais. Juntamente, foi realizada entrevista semiestruturada com os gerentes dos Condomínios de Armazéns Rurais e analisado através da Análise de Conteúdo. Os principais resultados evidenciam aproximação do modelo rural Condomínios de Armazéns Rurais com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva, principalmente para pequenos grupos. Tal fato explica-se já que em pequenos grupos os objetivos econômicos, a coesão e eficiência, o controle e agilidade das ações, o benefício coletivo, os incentivos sociais, os resultados e a promoção do interesse individual são mais satisfatórios e não há presença de *freeriders*. Destacam-se ainda a viabilização da estrutura de armazenagem de forma coletiva, fortalecimento e maior eficácia do negócio rural e dos produtores, inserção e integração em ambiente competitivo de mercado, benefícios econômicos e benefícios sociais, redução de custos, e, aumento do lucro. Quanto aos determinantes econômicos, sociais e logísticos evidenciam a comercialização do produto, ganhos logísticos, e, a união dos produtores no tocante ao desenvolvimento e crescimento da ação coletiva rural. Por fim, o modelo Condomínio de Armazém é um grupo pequeno, restrito e fechado, com conhecimento e/ou experiência prévia de outros modelos de ações coletivas, e que, compartilham relações de confiança, ideias e objetivos comuns entre si.

Palavras-chave: Teoria da Lógica da Ação Coletiva. Ações Coletivas. Condomínios de Armazéns Rurais.

Abstract: *Based on the Theory of Logic of Collective Action by Mancur Olson (1965/1971), this article aimed to discuss and analyze aspects of collective actions under the focus of Rural Condominiums in the context of Brazilian Agribusiness. To*

³ OLSON, M. *The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965/1971.

this end, an exploratory and bibliographic research was carried out, through the Theory of Logic of Collective Action and of published materials on Rural Warehouse Condominiums. Together, a semi-structured interview was conducted with the managers of the Rural Warehouse Condominiums and analyzed through Content Analysis. The main results show an approximation of the rural model of Rural Warehouse Condominiums with the Theory of Logic of Collective Action, mainly for small groups. This fact can already be explained that, in small groups, economic objectives, cohesion and efficiency, control and agility of actions, collective benefit, social incentives, results and the promotion of individual interest are more satisfactory and there is no presence of freeriders We also highlight the viability of the storage structure collectively, strengthening and greater efficiency of the rural business and producers, insertion and integration in a competitive market environment, economic and social benefits, cost reduction, and increased profit . As for the economic, social and logistical determinants, they show the commercialization of the product, logistical gains, and the union of the producers regarding the development and growth of rural collective action. Finally, the Warehouse Condominiums model is a small, restricted and closed group, with previous knowledge and / or experience of other collective action models, and who share relationships of trust, ideas and common goals with each other.

Keywords: *Collective Action Theory of Logic. Collective Actions. Rural Warehouse Condominiums.*

1. A Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson e os Condomínios de Armazéns Rurais

Mancur Olson foi um economista e cientista social norte-americano que estudou fenômenos sociais e políticos a partir de modelos econômicos. Dentre suas famosas obras, destaca-se “*The Logic of Collective Action – Public Goods and the Theory of Groups*” de 1965/1971. Para Olson a lógica da ação coletiva se fundamenta na ideia de que “*ao menos quando há objetivos econômicos envolvidos, grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tentam promover esses interesses comuns*” (OLSON, 2011, p. 13). Isso significa que interesses econômicos

comuns de indivíduos são objetivos fortalecedores para que se formem grupos coletivos a fim de alcançar um mesmo propósito.

Nesse contexto, Olson (2011) indica estudos sistemáticos sobre Ações Coletivas devem ser iniciados pelo seu propósito. É o que se evidencia aqui com os Condomínios de Armazéns Rurais, ao propósito comum e principal de ter a estrutura de armazém coletiva própria (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019), à medida que a Ação Coletiva Rural também envolve objetivos econômicos.

Os Condomínios de Armazéns Rurais como forma de Ação Coletiva Rural, empreendedora e recente na conjuntura do Agronegócio Brasileiro, se apresentam com o intuito de driblar o déficit de armazenagem brasileiro, os gargalos da armazenagem e logísticos, reduzir custos logísticos, e obter consequentemente vantagens do sistema condominial, em sua forma de Associação Rural Coletiva, e benefícios da armazenagem (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019).

Tal formação coletiva apresenta algumas características peculiares. Geralmente são pequenos grupos de agricultores vizinhos, entre 8 a 26 condôminos e que buscavam como objetivo básico ter a própria estrutura de armazenagem, mas que sozinhos seriam incapazes da viabilização. Junto a esse objetivo principal, os produtores rurais dos Condomínios acabam sendo beneficiados com outras vantagens também, o fortalecimento da atividade, o aumento da competitividade e superação de dificuldades do campo (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019).

Diversas são as explicações que Olson (1965) dá para explicar a lógica da ação coletiva. Uma delas está no fato de que os objetivos econômicos comuns se materializam com maior força e eficácia através da ação coletiva. Outra característica econômica é a promoção dos interesses dos membros da Ação Coletiva, caso contrário, poderá facilmente não sobreviver, sendo este um fator para Olson que reduz severamente o número de organizações.

Maeda e Saes (2009) discutem que a lógica da ação coletiva se dá quando agentes econômicos, sob cooperação, buscam a maximização da própria satisfação pessoal, de forma que, o ganho com a ação coletiva deva ser superior aquele que ocorria numa ação individual. Além disso, as autoras descrevem que o sucesso da ação coletiva apresenta outros fatores, como o tamanho do grupo. Segundo Maeda

e Saes (2009), grupos pequenos apresentam resultados mais satisfatórios para os membros, graças a facilidade de controle e agilidade das ações.

Wenningkamp e Schmidt (2016a) explicam que os interesses que a Ação Coletiva irá promover devem ser atrativos para todos os membros, isto é, interesses comuns. As ações coletivas objetivam unir esforços através da atuação conjunta de indivíduos para alcançar objetivos comuns (WENNINGKAMP; SCHMIDT (2016a).

De forma pioneira, Olson (1965/1971) também descreveu essa característica. Grupos menores tendem a atingir mais facilmente o benefício coletivo, bem como, a promoção do interesse individual sob a forma coletiva.

Quanto maior for o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo e menos provável será que ele aja para obter até mesmo uma quantidade mínima desse benefício. Em síntese, quanto maior for o grupo, menos ele promoverá seus interesses comuns (OLSON, 2011, p. 48).

Olson complementa que grupos menores têm mais vantagens que grupos grandes. De acordo com o autor, isso se explica pela coesão e maior eficiência dos grupos pequenos, e pelos incentivos sociais e comportamento racional destes.

Grupos menores apresentam maior força de coesão e eficiência, pois os esforços individuais influenciarão mais nos resultados finais, de forma, que os indivíduos contribuirão mais para obterem ou melhorarem os benefícios. Caso o grupo seja maior, a força de coesão e eficiência de cada participante individual diminuirá, o esforço individual ou contribuição não surtirá muito efeito no grupo maior (OLSON, 2011). E são por esses motivos que Olson relata que as grandes organizações buscam com bastante frequência a subdivisões dentro da mesma organização grande, criando pequenos grupos de liderança sob a forma de comitês e subcomitês.

Quanto aos incentivos sociais e comportamento racional, Olson descreve que os incentivos econômicos não são os únicos motivadores para a ação coletiva, sendo que as pessoas são movidas também pelo “*desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológicos*” (OLSON, 2011, p. 72). Tais aspectos funcionam melhor em grupos pequenos, pois as pessoas facilmente se conhecem e tal característica induz ao indivíduo a cumprir com sua obrigação ou função naquela Ação Coletiva a fim de zelar pelo seu “colega/amigo”, *status* social, prestígio pessoal e autoestima. Assim, Olson relata que os grupos pequenos são

favorecidos duplamente, primeiro pelo incentivo econômico, e, segundo pelo incentivo social. Caso seja um grupo grande, os indivíduos serão favorecidos pelo incentivo social, desde que este seja subdividido em grupos menores.

Quanto a esses aspectos apresentados por Olson (1965), Maeda e Saes (2009) num estudo sobre uma Ação Coletiva Rural brasileira, também identificaram características semelhantes quanto a incentivos econômicos e sociais. Entre os econômicos destacaram-se vantagens de ganhos de escala, aumento do poder de barganha e diluição de riscos. Quanto aos sociais o desejo de prestígio, respeito, amizade e outros fatores sociais e psicológicos também apareceram. Vale ressaltar que os incentivos econômicos prevaleceram entre os sociais nesse estudo, sendo que o ganho econômico com a atividade é o principal fator para manter o grupo rural (MAEDA; SAES, 2009).

Olson em seus estudos sobre ação coletiva também relata sobre a famosa “carona” (“*freeriders*”), que é quando um indivíduo do grupo é favorecido sem ter tido qualquer contribuição com aquele ganho. Nesse estudo de Maeda e Saes (2009) *freerider* é inibido devido ao tamanho do grupo ser pequeno e ao incentivo social. Assim, a pressão social exercida no grupo rural pequeno leva a todos os membros a cumprirem e participarem das ações para alcançar o benefício coletivo.

Adicionalmente, Wenningkamp e Schmidt (2016b), num levantamento do estado da arte sobre ações coletivas rurais, identificaram que não apenas existem incentivos econômicos e sociais para agir coletivamente, mas também incentivos ambientais, culturais e políticos, como exemplo a gestão de resíduos e preservação do meio ambiente, poder na influência de decisões, comercialização com o modelo coletivo, e, reconhecimento e direitos em assuntos legais/políticos.

Olson (2011) relata brevemente que especificamente para Ações Coletivas Rurais elas lutam por legislações favoráveis a seus membros. É o que acontece atualmente no Brasil, com grandes organizações rurais, como exemplo da força da bancada ruralista a qual exerce poder de influenciar políticos no Congresso, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) ou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), as quais exercem poder sobre as Cooperativas e Agronegócio Brasileiro. Contudo, não é apenas por esse motivo que fazem as Ações Coletivas Rurais Brasileiras lutarem, se motivarem ou se estruturarem.

Iglécias (2007) e Ribeiro, Andion e Burigo (2015) discutem alguns aspectos históricos que influenciaram nessas mudanças. Iglécias (2007) em um estudo sobre

as formas de ações coletivas e articulação política no Agronegócio Brasileiro, relata que as ações coletiva rurais brasileiras vem se transformando desde o fim dos anos 80 e começo dos anos 90, a partir de uma integração maior da economia brasileira com a economia mundial, e devido a esse motivo, ficou mais exposta à competição internacional, sendo que, por meio dessa estratégia, o produtor rural torna-se mais forte por meio da ação coletiva. Para Ribeiro, Andion e Burigo (2015) foi a partir da década de 80 que mudanças estruturais e sociopolíticas começaram a ocorrer no Agronegócio Brasileiro, devido a redemocratização do país e promulgação da Constituição Federal de 1988. Tais mudanças passaram maior poder para os Estados e Municípios, aumento da participação da sociedade na economia e política, e, discussão de temas como desigualdades sociais e preservação do meio ambiente.

Nota-se que a teoria de Olson se aproxima do novo modelo de Ação Coletiva Rural Brasileira, os Condomínios de Armazéns Rurais. A partir dela, é discutido e analisado o modelo de Condomínios de Armazéns Rurais nas próximas seções.

2 As Ações Coletivas Rurais

A agricultura sofre a cada dia com transformações que se baseiam em constantes mudanças econômicas, sociais e tecnológicas. Muitas delas vêm para solucionar problemas no campo, aumentar a lucratividade do sistema e sua competitividade, bem como, a busca constante pela redução dos custos.

Araújo (2003) chama a atenção para o fato de que a agricultura alcançou tal nível de desenvolvimento e complexidade que deve ser considerada não apenas como setor primário, mas juntamente as atividades de serviços, máquinas e insumos, bem como, processos depois da produção, como, transporte, armazéns, agroindústrias, mercados atacadista e varejo, e, exportação. Nesse sentido, a agricultura passa a ser percebida numa visão sistêmica junto ao negócio agrícola, a qual é compreendida através de relações entrelaçadas num sistema complexo de atividades e participantes, denominada Agronegócio (DAVIS; GOLDBERG, 1957; ARAÚJO, 2003).

Além de representar as operações agrícolas e atividades ligadas a Agricultura, o Agronegócio tenta-se moldar para enfrentar dificuldades do meio rural, como os gargalos causados pela logística de distribuição e problemas de

infraestrutura internos do país (GABAN; GUARNIERI, 2015; OLIVEIRA, 2011). Ocorrem, portanto, transformações no meio rural para superar tais dificuldades, como também, obter ganhos e vantagens, os quais podem ser alcançados através das Ações Coletivas Rurais.

As Ações Coletivas podem ser definidas como manifestação de atores sociais ou de grupos que se constituem enquanto sujeitos coletivos (ALMEIDA, 1999) e que produzem critérios de experiência para orientação, compreensão, e, regras a seus atores (CEFAÏ, 2009) a partir de objetivos comuns (OLSON, 1965).

Segundo Cefaï (2009) uma Ação Coletiva é guiada pelo agenciamento do comportamento de pessoas e objetivos, ferramentas e falas, rituais e símbolos; de forma a guiar rotinas e hábitos através de divisões de trabalhos, repartições e distribuições do saber. Além disso, uma Ação Coletiva mantém unidas “as pessoas, ao que elas se prendem e o que as faz se prenderem” (CEFAÏ, 2009, p. 25).

Nesse sentido, as Ações Coletivas promovem o desenvolvimento social, tecnológico e inovativo; agregam valor e criam riqueza (ALMEIDA, 1999; SILVA; DIAS; SILVA, 2014; CEFAÏ, 2009; RIBEIRO; ANDION; BURIGO, 2014; MEDAETS; CECHIN, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; IGLÉCIAS, 2007; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016b); promovem a tomada de decisão; buscam maximizar o lucro dos associados e provisão de bens ou serviços (SAES, 2005); são mais eficientes do que ações individuais desorganizadas (OLSON, 1965); e, geram a diluição dos custos da atividade (FRANKE, 1982; FILIPPI, 2017; FILIPPI; GUARNIERI, 2018).

Saes (2005, p. 167) discute que as Ações Coletivas podem ser vistas como “*unidades de tomada de decisão*”:

[...] as ações individuais são coordenadas, a fim de que o objetivo seja alcançado. As ações de cada indivíduo passam a depender das decisões dos demais e a entidade coletiva formada pela união dos esforços individuais pode ser descrita como uma unidade autônoma de tomada de decisão (SAES, 2005, p. 167).

A autora exemplifica que os interesses individuais devem ser tomados no âmbito de interesses coletivos para um bem maior e conjunto, com o intuito de alcançar os objetivos e o bem da Ação Coletiva como um todo, como também, a existência das Ações Coletivas, em termos econômicos modernos, buscam a maximização do lucro dos associados, os interesses em comum, a provisão de bens ou serviços, a possibilidade de alteração das “regras do jogo”, a solução de conflitos,

e, podem ser fruto da existência de economias de escala e da existência de custos de transação (SAES, 2005).

Dentre esses motivos que explicam a existência das Ações Coletivas, Olson (1965/1971) de forma pioneira na obra intitulada “*The Logic of Collective Action – Public Goods and the Theory of Groups*”, relata um deles a partir de uma discussão econômica. A busca de um grupo de pessoas pelos interesses em comum, que é uma das razões para se formar um grupo, contempla que a ação coletiva é mais eficiente que uma ação individual desorganizada (OLSON, 1965).

Organizations can therefore perform a function when there are common or group interests, and though organizations often also serve purely personal, individual interests, their characteristic and primary function is to advance the common interests of groups of individuals. The assumption that organizations typically exist to further the common interests of groups of people is implicit in most of the literature about organizations [...] (OLSON, 1965, p. 7)

Olson (1965) através de uma análise econômica propõe que a partir do momento que existam interesses individuais, tais interesses se materializam com maior força e eficácia através da ação coletiva, isto é, se formarão grupos de indivíduos de interesses individuais com interesses comuns para alcançá-los, os quais se tornarão interesses coletivos.

Vale lembrar que existem interesses individuais próprios de cada membro na Ação Coletiva, e ela mesma deve tratar deles com coesão, bem como, atender alguns interesses individuais para um todo, a fim de evitar enfraquecimentos e dissoluções entre os associados (SAES, 2005).

Além disso, esses fatores citados que induzem a formação de Ações Coletivas também são correlatos as dinâmicas dos mercados como um todo. As organizações enfrentam ambiente de negócios, o qual se consagra cada vez mais acirrado e competitivo, conduzindo as empresas a definirem novas prioridades e práticas com o intuito de enfrentar esse cenário e conseguir sobreviver diante de concorrentes (FONSECA; MACHADO-DA-SILVA, 2010). Nesse sentido as Ações Coletivas buscam atingir objetivos comuns (OLSON, 1965), como também visam objetivos estratégicos, isto é, a comercialização estratégica da produção em determinados períodos do ano (MARTINS et al., 2005; FILIPPI, 2017).

Por sua vez, ao tratar dos custos e do ambiente de negócio competitivo é considerável o que Franke (1982) apud Bialoskorski Neto (1997, p. 516) relata sobre cooperação na agricultura.

Quando diversas unidades econômicas – geralmente da mesma natureza de produção – chegam à conclusão de que certa atividade se torna por demais custosa para cada uma delas isoladamente, elas se congregam, formando uma comunidade dotada de organização administrativa especial, e transferem a esta organização determinadas tarefas de modo agregado.

De acordo com o autor, a partir do momento que uma unidade produtiva apresenta custos elevados e representativos, economicamente e financeiramente, essa unidade apresenta razões para se associar a outra (FRANKE, 1982). Além de diluir os custos da unidade entre todos os participantes (FILIPPI, 2017), essa organização acaba ganhando outras vantagens devido a atividade conjunta, que são reflexo do Associativismo, como: aumento na produção/productividade; resolução de problemas; melhorias; melhoria na integração; viabilidade social; superação de dificuldades sociais; oportunidades; fortalecimento das atividades sociais; e, geração de capital social (FILIPPI; GUARNIERI; DINIZ, 2018).

Especificamente ao segmento agropecuário e a Agricultura Brasileira, existem algumas características peculiares no âmbito das Ações Coletivas Rurais e do Agronegócio Brasileiro. De acordo com Araújo (2003) os produtores rurais são numerosos, predominantemente pequenos, pouco organizados, distribuídos e distanciados por todo território em grandes espaços; os produtos agropecuários são predominantemente perecíveis, o que exige maiores cuidados e logística mais eficiente; e, existe sazonalidade dos produtos, em que a maior parte dos produtos agrícolas não são ofertados o ano todo.

Abitante (2008) relata que a atividade agropecuária ainda sofre com alguns riscos inerentes a ela, como intempéries climáticas, pragas e doenças, variações na oferta e demanda, e, difícil previsibilidade de preço e de produção (ABITANTE, 2008). No caso das Ações Coletivas Rurais, principalmente a especificidade do perfil dos produtores rurais, fazem com que eles não tenham força para participar na formação dos preços de mercado e de seus próprios produtos (ARAÚJO, 2003). Além disso, o autor explica que essa é uma realidade dos produtores e demonstra fragilidade do segmento, devido a desorganização, falta de informação dos

produtores, fragilidade de algumas Ações Coletivas e da coordenação de cadeias produtivas.

Tais fatores exibem duvidosidades e riscos para a atividade rural e para o produtor, o que gera necessidade de proteções. Segundo Garrido e Sehnem (2006), a atividade rural quando comparada a outras, mostra-se de maior risco, e sua competitividade, eficiência e rentabilidade torna-se mais concreta e alcançada através de empreendimentos coletivos rurais efetivos:

[...] o atual cenário econômico, dinâmico e globalizado, requer organizações rurais eficientes e competitivas. [...] É importante e necessário reunir pequenos empreendimentos individuais em empreendimentos coletivos, considerados mais competitivos, eficientes e rentáveis (GARRIDO; SEHNEM, 2006, p. 85-86).

Dessa forma, as autoras analisam a atividade coletiva como uma maneira de driblar e vencer esses riscos, como também, uma melhor forma de consolidação do negócio agrícola:

[...] o empreender coletivo, a soma de forças e recursos gera um empreendimento mais consistente e consolidado, capaz de barganhar preços, influenciar a economia agronegocial nos momentos da comercialização em escala, bem como na compra de máquinas e insumos, permitirá um ganho significativo no valor unitário do produto e será capaz de influenciar o desenvolvimento econômico regional (GARRIDO; SEHNEM, 2006, p. 85-86).

Wenningkamp e Schmidt (2016b) discutem que as diferentes formas de ações coletivas rurais brasileiras ganharam destaque a partir da década de 90 no Agronegócio. Além da geração de inúmeras vantagens econômicas, sociais, políticas, culturais e psicológicas, devido a ação coletiva, elas auxiliam o desenvolvimento local e regional (WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016b).

Adicionalmente, a busca por objetivos comuns através de ações coletivas proporciona ganho de escala, aumento do poder de barganha e diluição de riscos (MAEDA; SAES, 2009). Segundo Maeda e Saes (2009) a ação coletiva surge para maximizar a satisfação individual a partir de interesses comuns, caso o ganho com a ação coletiva seja superior ao da ação individualizada.

Além disso, as ações coletivas podem se materializar sob formas diferentes, as quais apresentam características particulares e específicas entre elas. Para cada

realidade, necessidade e perfil de produtor rural, algumas podem ser mais vantajosas que outras.

As Ações Coletivas Rurais dividem-se em alguns modelos. Tal divisão pode variar de acordo as formas de vinculação, formas de monitoramento, o tamanho, e incentivos adotados (OLSON, 1965; SAES, 2005), e existe necessidade de compreender as razões para variabilidade dos modelos de Ações Coletivas (ZYLBERSZTAJN, 2005). Dessa forma, adotam-se as seguintes classificações, de acordo com Olson (1965) e Saes (2000): (i) adesão voluntária ou compulsória; (ii) grupos grandes ou grupos pequenos; (iii) cooperação espontânea ou induzida; e, (iv) grupos privilegiados ou intermediários ou latentes.

A adesão voluntária é a vinculação do indivíduo de forma livre a uma Ação Coletiva, como numa firma, cooperativa ou associação. A adesão compulsória é quando o indivíduo “pertence” aquele grupo de forma obrigatória, involuntariamente à sua decisão, como sua nacionalidade (o indivíduo pertencer a uma família ou país) (OLSON, 1965; SAES, 2005).

Grupos grandes e grupos pequenos diferencem em relação ao comportamento do indivíduo diante do tamanho do grupo. Grupos pequenos conseguem adquirir bens coletivos sem mecanismos coercitivos e a margem para comportamentos oportunistas é quase nula. Em grupos grandes, o surgimento de comportamentos oportunistas é maior, e a contribuição do indivíduo para aquele bem coletivo é menos perceptível (OLSON, 1965; SAES, 2005).

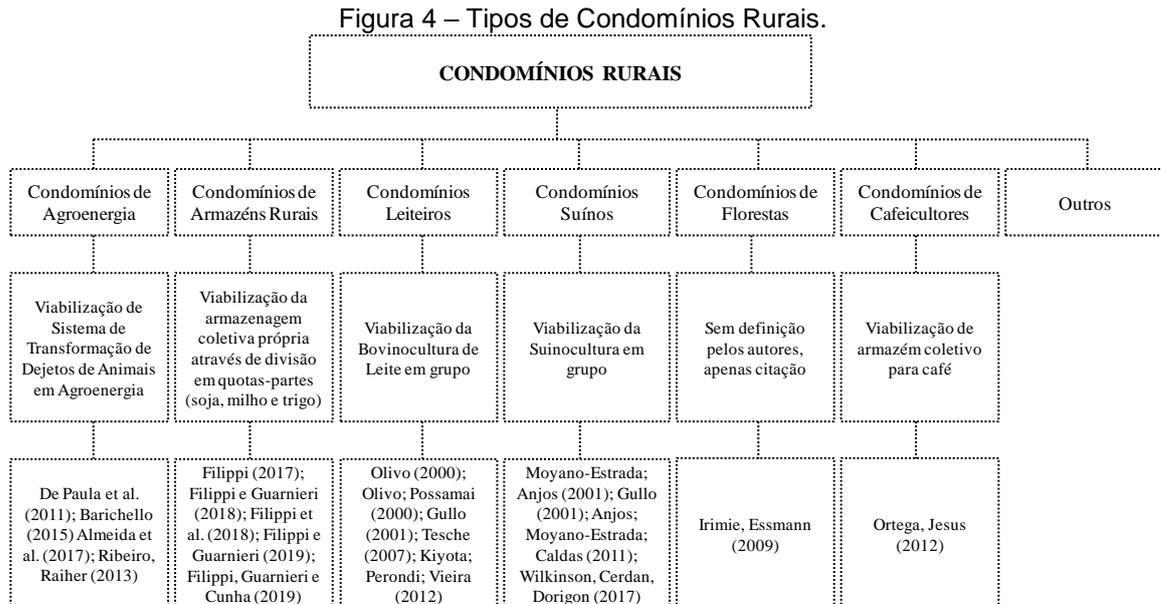
Quanto a forma de cooperação, a diferença básica entre elas é a coordenação, sendo sem coordenação na espontânea e com coordenação na induzida. Já, em grupos, os privilegiados ganham benefícios para apenas alguns indivíduos e não todos do grupo; em intermediários o benefício ganho é insuficiente para cada indivíduo; e, latente é aquele em que aparecem os “*freeriders*”, indivíduos que não contribuíram com o bem, mas recebem os benefícios de todos do grupo (OLSON, 1965; SAES, 2005).

Araújo (2003) explica que as Ações Coletivas Rurais têm expandido e crescido muito entre os produtores rurais, de forma local ou setorial. Esse crescimento se deve a alguns fatores:

- (1) as associações representam mais de perto os interesses de seus associados;
- (2) as decisões são tomadas em níveis mais próximos dos associados e mais transparentes;
- (3) os associados participam mais

ativamente das atividades desenvolvidas pelas associações; e, (4) as associações sofrem menos ingerência política externa, em relação às outras formas de organização (ARAÚJO, 2003, p. 69).

Dessa forma, no caso do Agronegócio Brasileiro, algumas formas de Ações Coletivas Rurais se destacam na forma de Condomínios Rurais (Figura 4).



Fonte: Elaboração própria.

Os Condomínios Rurais são Ações Coletivas de agricultores vizinhos e/ou próximos que visam obter ganhos e vantagens com a atividade rural através da união e viabilização de algum tipo de sistema de acordo com a atividade agropecuária.

Araújo (2003) descreve que os Condomínios Rurais objetivam produzir, adquirir ou construir um bem de uso comum, como uma unidade de produção suína, aquisição de máquinas agrícolas ou construção de armazém, e, sua prática é mais comum na região Sul do Brasil.

Dentre os tipos de Condomínios, existem atividades voltadas para Agroenergia (DE PAULA et al., 2011; BARICHELLO, 2015; ALMEIDA et al., 2017), logística (armazenagem) (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019), cafeicultura (ORTEGA; JESUS, 2012), leiteira (OLIVO, 2000; OLIVO; POSSAMAI, 2000; GULLO, 2001; TESCHE, 2007; KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012), e suinocultura (MOYANO-ESTRADA; ANJOS, 2001; GULLO, 2001; ANJOS; MOYANO ESTRADA; CALDAS, 2011).

O presente trabalho tem como foco o modelo de Ação Coletiva Rural, organizada em Condomínio Rural com ênfase na atividade logística de armazenagem, o qual é abordado em detalhes nas próximas sessões. Os Condomínios de Armazéns Rurais são Ações Coletivas de agricultores vizinhos que buscam viabilizar a armazenagem própria através da divisão em quotas de armazenagem com o intuito de obter vantagens e benefícios do sistema, enfrentar dificuldades do campo, e proporcionar aumento de competitividade (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI et al., 2019).

3. Metodologia

A partir da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965/1971) esse artigo discutiu e analisou aspectos das ações coletivas sob o enfoque dos Condomínios de Armazéns Rurais no contexto do Agronegócio Brasileiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, através da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson e dos materiais publicados sobre Condomínios de Armazéns Rurais (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019).

Juntamente, foi realizada entrevista semiestruturada in loco com os gerentes dos Condomínios de Armazéns Rurais e analisado através da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa prevê a importância do estudo como conhecimento e práticas locais, bem como, a compreensão das relações sociais limitada em termos locais, temporais e situacionais (FLICK, 2009; GOLAFSHANI, 2003).

Ademais, a entrevista pode ser estruturada, não-estruturada e semiestruturada (BAPTISTA; CUNHA, 2007; MANZINI, 2012) ou mista (MANZINI, 2012). Nessa pesquisa, foi utilizada a semiestruturada, pois esse tipo de entrevista permite a investigação de determinado assunto o qual se tem pouca literatura e conhecimento sobre o assunto, como também, a flexibilidade como vantagem a medida que novos pressupostos emergem (FLICK, 2009).

Dessa forma, foi elaborado e aplicado *survey* (Apêndice A) com os gerentes dos Condomínios de Armazéns Rurais, na cidade de Palotina, Mercedes e Francisco Alves, estado do Paraná, e de Ipiranga do Sul, estado do Rio Grande do Sul, onde

abriga uma maior concentração desse tipo de Ação Coletiva (conveniência e acessibilidade) em setembro de 2019.

Foram entrevistados sete gerentes dos Condomínios de Armazéns Rurais contatados previamente por telefone, os quais autorizaram a entrevista (Apêndice C – Termo de visita técnica e termo de consentimento livre e esclarecido). O quadro 5 detalha as datas, locais, nomes fictícios e técnicas de coleta de dados dos Condomínios que foram visitados e entrevistados. Apenas cinco Condomínios permitiram gravar as entrevistas. Os outros dois, foram realizadas anotações e fotos. As gravações variaram entre 46 minutos a 1 hora e 42 minutos e foram transcritas posteriormente.

Quadro 5 – Ficha Técnica e procedimentos de coleta de dados dos Condomínios de Armazéns Rurais entrevistados.

Data visita	Cidade/Estado	Nome do Condomínio e Entrevistado	Procedimentos Coleta de Dados	Tempo de gravação
16/09/2019	Ipiranga do Sul (RS)	A	Entrevista semiestruturada, gravação, fotos	1h27min42s
23/09/2019	Mercedes (PR)	B	Entrevista semiestruturada, gravação, fotos	1h01min10s
23/09/2019	Palotina (PR)	C	Entrevista semiestruturada, gravação, fotos	1h09min32
24/09/2019	Francisco Alves (PR)	D	Entrevista semiestruturada, gravação, fotos	1h42min46s
24/09/2019	Palotina (PR)	E	Entrevista semiestruturada, gravação, fotos	46min47s
25/09/2019	Palotina (PR)	F	Entrevista semiestruturada, anotações, fotos	-
25/09/2019	Palotina (PR)	G	Entrevista semiestruturada, anotações, fotos	-

O questionário foi elaborado a partir do trabalho de Filippi (2017) e Olson (1965). Já a análise dos dados se deu através da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), por meio das falas dos entrevistados e núcleos de sentido dos textos.

A técnica de análise de dados Análise de Conteúdo visa compreender em profundidade o significado das falas, de documentos, do núcleo de palavras ou mensagens. Em pesquisas qualitativas, e mais recentemente no campo dos estudos sociais na Administração, a técnica Análise de Conteúdo vem se destacando como abordagem analítica crítica e reflexiva, proporcionando cada vez mais legitimidade e rigor nas pesquisas (BARDIN, 1977; MOZZATO; GRZYBIVSKI, 2011).

Nesse sentido, a aplicação da técnica Análise de Conteúdo foi realizada através de três etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e, (iii) tratamento, inferência e interpretação (Figura 5) (BARDIN, 1977).

Figura 5 – Análise de Conteúdo Aplicada.

ANÁLISE DE CONTEÚDO		
PRÉ-ANÁLISE	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	TRATAMENTO DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO
Críteriosa e Organização do Material	Administração das Decisões e Operações de Codificação, Desconto ou Enumeração	Críteriosa e Organização do Material
a. Escolha de Documentos: Literatura escassa + RSL + Seleção de 7 Condomínios de Armazéns Rurais b. Formulação de Hipóteses e Objetivos: Lógica da Ação Coletiva para os Condomínios de Armazéns Rurais c. Elaboração de Indicadores: roteiro de entrevista semiestruturado	Unidades de Contexto: Condomínios de Armazéns Rurais Unidades de Registro: Documentos e Dados Primários Categorização posteriori: 1. Modelo de Ação Coletiva Condomínio de Armazém Rural 2. Ações Coletivas Rurais 3. Incentivos Econômicos e Incentivos Sociais dos Condomínios de Armazéns Rurais 4. Grupos Pequenos e Grupos Grandes 5. Fatores Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais 6. Perspectivas dos Condomínios de Armazéns Rurais	Tratamento dos Resultados: Transcrição das Entrevistas, dados primários da Pesquisa e Documentos dos Condomínios Conferência e Elaboração das Categorias: Análise e Interpretação Apoio de Quadros, Tabelas, Diagramas, Figuras ou Modelos

Fonte: Elaboração própria.

A pré-análise é a fase de organização do material. A exploração do material visa administrar sistematicamente decisões por meio de operações de codificação, desconto ou enumeração. Nessa segunda fase, o texto das entrevistas ou documentos é recortado em unidades menores, com posterior categorização. A categorização é uma operação que objetiva classificar elementos comuns em conjuntos, podendo ser *apriorística* ou *posteriori* (BARDIN, 1977).

Nessa tese, foi realizada categorização *posteriori*, as quais foram elaboradas após as entrevistas: (1) Modelo de Ação Coletiva Condomínio de Armazém Rural; (2) Ações Coletivas Rurais; (3) Incentivos Econômicos e Incentivos Sociais dos Condomínios de Armazéns Rurais; (4) Grupos Pequenos e Grupos Grandes; (5) Fatores Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais; e, (6) Perspectivas dos Condomínios de Armazéns Rurais (Quadro 6). Por fim, a última etapa foi feita o tratamento dos resultados e redigida a apresentação e discussão dos dados (BARDIN, 1977).

Quadro 6 – Categorias da Análise de Conteúdo de Fatores Determinantes para o Estabelecimento de Condomínios de Armazéns Rurais.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	Nº da Pergunta do Roteiro de Entrevista (Apêndice A)
(1) Modelo de Ação Coletiva Condomínio de Armazém Rural	Descrição do modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural.	1 e 2
(2) Ações Coletivas Rurais	Revela a percepção e características quanto às diferentes ações coletivas rurais brasileiras.	3, 4, 8, 10, 11 e 20
(3) Incentivos Econômicos e Incentivos Sociais dos Condomínios de Armazéns Rurais	Discute qual o papel dos incentivos econômicos e sociais para os Condomínios de Armazéns Rurais.	15, 16 e 17
(4) Grupos pequenos e grupos maiores	Analisa as características das ações coletivas entre grupos pequenos e grupos grandes.	9, 12, 13, 14 e 19
(5) Fatores Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais	Determina quais os determinantes para os Condomínios de Armazéns Rurais.	5 e 6
(6) Perspectivas dos Condomínios de Armazéns Rurais	Compreensão das perspectivas do modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural no Brasil.	7 e 18

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Ademais, a triangulação de dados foi utilizada, confrontando diferentes métodos de pesquisa, através de entrevistas, observação, documentos e teoria. A teoria base desse artigo é a Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965), a qual, explica o funcionamento e motivos de indivíduos se organizarem em grupos e é confrontada ao modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural. Dentre as vantagens da triangulação, está o estabelecimento da verdade, aperfeiçoamento de teorias, confiança, rigor, qualidade, eliminação de vieses (GOLAFSHANI, 2003) e contribuições mais robustas (CAPPELLARI et al., 2019). Os resultados são apresentados na próxima seção.

4. Resultados

4.1 A Teoria da Lógica da Ação Coletiva e os Condomínios de Armazéns Rurais: uma Análise de Conteúdo

Esta seção apresenta a categorização dos resultados por meio da Análise de Conteúdo, ao passo que discute o modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém através da Teoria da Lógica da Ação Coletiva.

4.1.1 Modelo de Ação Coletiva Condomínio de Armazém Rural

A primeira categoria objetiva apresentar o modelo de ação coletiva do tipo Condomínio de Armazém Rural.

Uma ação coletiva do tipo Condomínio de Armazém Rural é uma união de produtores rurais que tem em comum um mesmo objetivo, a armazenagem. No caso específico, o modelo visa em comum o armazenamento da produção de grãos, o qual é compartilhado entre todos os sócios produtores rurais e dividido em cotas de armazenagem, por meio de regimento interno e conjunto de regras (Estatuto). Além disso, os produtores rurais sócios são donos da unidade, a qual compreende não só as unidades armazenadoras (Silos Metálicos), mas também, o prédio administrativo, recepção e balança, galpões (moegas, máquinas de limpeza, secador, tombador, fôrnilha etc), e mais uma pequena área disponível. O conjunto é o Condomínio de Armazém Rural numa área de aproximadamente 6 hectares.

Inicialmente, o Condomínio parte do princípio de que sozinhos, os produtores rurais não conseguem viabilizar financeiramente o Armazém. E ao se juntarem de forma coletiva, a viabilização do Armazém torna-se possível, já que, os custos são diluídos entre todos os sócios.

Olson (1965) relata que a formação de grupos se inicia do propósito comum e principal, no caso, a estrutura de armazenagem coletiva para os Condomínios de Armazéns. Além disso, a criação do Condomínio corrobora com os objetivos econômicos que se materializam com maior força e eficácia através da ação coletiva.

Ao viabilizar a estrutura de armazenagem coletivamente, o modelo traz consigo outros objetivos comuns alcançados. A obtenção de maior lucro com a venda do produto, minimização de custos, agregação de valor no produto, a comercialização estratégica da produção, e, redução de gargalos logísticos e da própria atividade rural e comercialização, são outros incentivos para a formação do grupo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural e que vão de encontro com os objetivos econômicos da Teoria da Lógica da Ação Coletiva. O Quadro 7 exemplifica algumas dessas falas.

Quadro 7 – Falas dos entrevistados sobre o modelo Condomínio de Armazém Rural.

Condomínio	Descrição
A	<i>“...se não tem esse Condomínio Rural, se cada produtor fosse investir na sua</i>

	<i>propriedade, ele teria que investir: numa balança, num secador, numa moega, num elevador; enfim, num conjunto de obras para uma pessoa. Um maior até pode fazer isso, e assim não, como é num Condomínio, essa balança, esse elevador, essa estrutura toda que engloba o Condomínio, tá na mão de todos, cada um com sua parcela, reduzindo custos e investimento, reduz custo de pessoal...”; “...principalmente a redução de custos e aí o incremento de ganho no produto final.”</i>
B	<i>“Um Condomínio nasce de uma junção de pessoas, de necessidades, objetivos que convergem, depois disso vem uma estrutura física que atenda essas necessidades né. Necessidades que são a comercialização, você consegue agregar valor ao produto, você vende com um preço maior que do mercado, simplesmente você consegue vender numa hora mais propícia.”</i>
C	<i>“Eu acho que é uma Associação de produtores rurais com o mesmo objetivo buscando melhores condições dentro de compra, renda e de armazenagem de seus produtos.”</i>
D	<i>“Eu acho que é um modelo que é fácil de lidar com o pessoal. Mas a iniciativa foi a armazenagem de grãos para obter uma lucratividade melhor na revenda desses produtos né. Conseguir agregar um valor melhor, para diminuir os custos lá na sua lavoura, na sua propriedade.”</i>
E	<i>“É uma união de um grupo de agricultores que vão formar o Condomínio para facilitar a comercialização e ter um maior ganho na sua produção. Porque não existe atravessador nesses casos, o Condomínio vende direto para o consumidor final”, “...depende ano a ano, mas gira em torno de 20% a mais pelo Condomínio. Claro que cada ano, o spread, quando há muita produção o spread é um pouquinho menor. Mas no geral, 20%, então quem ganha isso aí é o próprio produtor.”</i>
F	<i>“Forma de agregar valor no produto final...consegue reduzir custos e aumentar o valor do produto final”</i>
G	<i>“É uma união de pessoas com finalidade definida e esses produtores precisam ter afinidade. Precisa haver dentro deles o espírito de cooperação... Dentro do Condomínio o ‘eu’ não pode existir, deve existir o ‘nós’ para funcionar... Existe a importância da afinidade entre as pessoas, os benefícios serão divididos”, “É importante ter poucos produtores no modelo, até uns 20 condôminos”.</i>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Vale ressaltar que a comercialização estratégica da produção é um dos principais fatores da criação do Condomínio de Armazém relatado pelos entrevistados. Ao comercializar seus produtos sem o Condomínio, os produtores rurais têm a margem de lucro reduzida, e são obrigados muitas vezes a vender o produto logo após a colheita, já que, não possuem locais para armazenar o produto. Dessa forma, com grande oferta do produto no mercado, geralmente em períodos de safra, o preço do produto acaba sendo menor que num período de entressafra, devido à oferta e demanda.

Juntamente a isso, o preço pago ao produtor quando ele entrega o produto em armazéns de terceiros é menor do que aquele negociado no Condomínio. O valor recebido pela saca do produto através do Condomínio é em torno de 11 a 20% superior. Somado a isso, a comercialização através do Condomínio exclui a figura do intermediário, isto é, a comercialização é realizada diretamente com o comprador ou *Trading*, e o lucro torna-se maior para o produtor.

Ademais, os entrevistados atentaram ao fato da importância do reduzido número de proprietários rurais em cada Condomínio (Quadro 8). De acordo com os dados, cada Condomínio tem em torno de 8 a 24 condôminos, uma média de 16 proprietários por Condomínio de Armazém e área produtiva em torno de 4500 hectares, para capacidades de armazenagem que giram em torno de 450.000 sacas.

Quadro 8 – Característica Técnicas dos Condomínios de Armazéns Rurais.

Condomínio	Tamanho do Condomínio (hectares)	Nº de produtores rurais	Tamanho total da área dos produtores (hectares)
A	2,5	24	3500 a 4000
B	6	19	2000
C	6	8	5500
D	6,05	16	4400
E	7,26	14	5000
F	6	15	4000
G	7	17	7000
Média	5,83	16,14	4557,14

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Grupos pequenos, como é o caso dos Condomínios de Armazéns Rurais, apresentam resultados mais satisfatórios devido a facilidade de controle, da agilidade das ações, maior coesão e maior eficiência, e, atingem mais facilmente o benefício coletivo. Outros aspectos como respeito, amizade e características de fundo social e psicológico também são incentivadores para a ação coletiva e o bom funcionamento da Ação Coletiva (OLSON, 2011).

Além disso, ser um grupo pequeno e restrito é fator determinante de sucesso para o modelo de Condomínios de Armazéns Rurais. Os produtores rurais ao decidirem montar o Condomínio já se conheciam previamente e tinham confiança entre eles, como também, apresentavam perfis e ideias semelhantes que contribuíram para o bom andamento das atividades do modelo.

Nesse contexto, o grupo pequeno deve ser bem estruturado e organizado, além de estar financeiramente estável e ter conhecimento prévio de ações coletivas para o sucesso do modelo.

Nota-se ainda outra característica importante dos Condomínios, que é o perfil do produtor rural. Prevaecem pequenos e médios produtores rurais nos Condomínios. Vale explicar, que o perfil dos produtores rurais no Brasil é diferente, principalmente ao confrontar a região Sul e a região Centro-Oeste, principais regiões produtoras de grãos no país.

O pequeno e médio produtor da região Sul pode variar entre 100 a 300 hectares. Já o grande acima de 1000 hectares. Para região Centro-Oeste, o pequeno produtor deles, já tem no mínimo uns 1000 hectares. Assim, a região Sul do país se caracteriza por produtores rurais com pequenas áreas agricultáveis. Essa característica é importante para a formação de um Condomínio de Armazém Rural, pois um grande proprietário da região Centro-Oeste, em termos econômicos, pode viabilizar facilmente a sua própria armazenagem. Em compensação na região Sul, isso não seria possível.

Tal fato reflete nos incentivos para viabilização do modelo, mas não exclui outros incentivos, como os sociais e econômicos que o modelo proporciona e serão discutidos na terceira categoria.

4.1.2 Ações Coletivas Rurais

A segunda categoria revela a percepção e características quanto às diferentes ações coletivas rurais brasileiras.

Sobre as diferentes ações coletivas rurais brasileiras, os entrevistados conhecem as Associações, as Cooperativas e os Condomínios de Armazéns Rurais. Quanto as Cerealistas, os entrevistados conhecem. Contudo não é considerada uma ação coletiva rural, pois é de apenas um proprietário que compra e vende grãos: “*A Cerealista eu não considero como ação coletiva, porque é um proprietário só, pelo menos as nossas aqui*” (entrevistado B).

Os entrevistados também relataram a prevalência de grandes Cooperativas na região de Palotina/PR e de Associações Rurais. Os Condomínios de Armazéns Rurais são em menor número, em torno de apenas seis na região de Palotina/PR e um em Ipiranga do Sul/RS. Nota-se a predominância da cultura Associativista e Cooperativista na região Sul do país, o que proporciona a criação e desenvolvimento de ações coletivas na região.

Já da diversidade de atividades agropecuárias dos Condomínios Rurais, a maioria dos entrevistados conhece apenas no segmento de armazenagem. O entrevistado A relatou sobre alguma formação de Condomínio Suíno em Salete/RS, mas que a Ação Coletiva não deu certo devido a problemas administrativos, e hoje é particular. O entrevistado B relatou sobre conhecimento de Condomínio de Agroenergia no município de Marechal Rondon/PR (Condomínio Ajuricaba) e de

outro Condomínio de Agroenergia que começou recentemente, no município de Entre Rios do Oeste/PR. Ambos transformam resíduos de suínos em bioenergia através de uma central de Biodigestores. Na literatura é possível perceber estudos recentes com Condomínios de Agroenergia (DE PAULA et al., 2011; BARICHELLO, 2015; ALMEIDA et al., 2017).

Um pouco diferente da produção de bioenergia a partir de dejetos suínos, o entrevistado C relatou sobre a ideia de construção de um Condomínio de Energia Solar devido aos custos de energia elétrica serem altos para manter o Condomínio de Armazém e para suprir também as próprias propriedades rurais.

Já se falou até dessa Agroenergia aí, mas a gente não conhece ainda...mas já se comentou de se fazer um Condomínio de Energia Solar. Para nós aí, estamos vendo até essa questão de energia solar, se tivesse uma Cooperativa seria melhor né. Tudo depende de financiamento, mas já se vê de muitos querer se associar para essa questão de energia aí. Exemplo, nós gastamos R\$ 250.000 reais de energia para manter o Condomínio por ano, então a gente faria uma instalação grande para abastecer o Condomínio, mas para abastecer os produtores das próprias casas, num único lugar faria uma central ali, que estaria no mesmo espaço, um outro setor, de energia aí. Porque vemos que é uma coisa que esta se pagando no pouco tempo, 5 ou 6 anos ta se pagando, por conta do custo de energia, que não tende a baratear né? Apenas subir. (entrevistado C).

Juntamente, o entrevistado F comentou sobre a ideia de um Condomínio de Silagem, com fins de compartilhar máquinas de Silagem, o que reduziria os custos de investimento e traria maior eficiência ao processo produtivo. Já o entrevistado E relatou apenas ter ouvido falar sobre um Condomínio de Leite em Mangueirinha/PR, que entrega para Cooperativa a produção.

Na literatura é possível notar uma diversidade de Condomínios Rurais. Destacam-se atividades de Agroenergia (DE PAULA et al., 2011; BARICHELLO, 2015; ALMEIDA et al., 2017), logística (armazenagem) (FILIPPI, 2017; FILIPPI et al., 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2018; FILIPPI; GUARNIERI, 2019), cafeicultura (ORTEGA; JESUS, 2012), leiteira (OLIVO, 2000; OLIVO; POSSAMAI, 2000; GULLO, 2001; TESCHE, 2007; KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012), e suinocultura (MOYANO-ESTRADA; ANJOS, 2001; GULLO, 2001; ANJOS; MOYANO ESTRADA; CALDAS, 2011). Contudo, ainda são recentes e poucos os estudos sobre a temática.

Ademais, dentre as diferentes ações coletivas rurais, os produtores rurais dos Condomínios de Armazéns, em torno de 80 a 90%, também participam de outros modelos, como Cooperativas de Crédito e Cooperativas Agroindustriais. Nessas

relações, há empréstimos de dinheiro (financiamentos), compra de insumos e venda de produtos.

Observa-se a importância para os produtores rurais se associarem a alguma forma de ação coletiva rural. O entrevistado C e B completam: “*Agora, não se associar a nada é uma besteira...*”, “*as ações coletivas rurais para o Agronegócio são muito importantes, deveriam existir mais*”, respectivamente. Na Teoria da Lógica da Ação Coletiva uma ação coletiva é mais eficiente que uma ação individual desorganizada. Assim, a ação rural realizada de forma coletiva trará mais eficiência aos processos e objetivos de cada indivíduo caso seja realizada de forma coletiva.

Fonseca e Machado-da-Silva (2010) e Garrido e Sehnem (2006) também corroboram sobre a importância das Ações Coletivas em ambientes de negócios competitivos e acirrados com o intuito de enfrentar tais cenários e a sobrevivência das instituições estrategicamente.

Para Saes (2005) a ação coletiva materializa os interesses individuais de cada um. Os objetivos são mais facilmente alcançados, e permitem maximizar o lucro dos associados, proverem bens ou serviços, alterar “regras do jogo” e solucionar conflitos.

Assim a importância das ações coletivas rurais para o Agronegócio e toda cadeia produtiva é unânime entre os entrevistados, devido a vantagens como: segurança, agregação de valor ao produto, geração de emprego, diluição de custos, ganho de escala, qualidade do alimento e uso de tecnologias.

Juntamente a isso, o entrevistado E comentou sobre a importância dos agricultores se manterem unidos, pois caso não haja união, não haverá ações coletivas rurais. Da mesma forma, o entrevistado G, disse que num futuro próximo ele vê a formação de uma Associação entre os Condomínios de Armazéns Rurais, para garantir maior representatividade da categoria, buscar melhores condições de financiamentos, por exemplos taxas de juros menores, como outras demandas que possam surgir.

Adicionalmente, para os produtores rurais dos Condomínios, a viabilização da estrutura de armazenagem e o lucro a mais obtido com a venda direta e com a comercialização estratégica só foram possíveis graças a união coletiva dos produtores “*eu sempre fazia muita conta e ficava inviável sozinho. Eu ia ter um custo de manutenção alto para tocar sozinho e dessa forma coletiva, eu acho que caiu bem*” (entrevistado B); “*...o que muda é para os grupos que formam isso, que*

conseguem ter um ganho final um pouquinho maior na moeda dele, que é o grão” (entrevistado A).

Nitidamente, nota-se a importância do “plus” a mais que os condôminos têm com a venda do produto diretamente no mercado, sem intermediários na transação e podendo vender o produto em qualquer época do ano, principalmente numa entressafra quando o preço do produto está melhor. Condição essa devida a armazenagem própria do Condomínio.

Além disso, os modelos de ações coletivas rurais apresentam diferenças entre eles, sendo que o Condomínio de Armazém se difere dos demais por ser um grupo menor, não empresarial, de sociedade em quotas de armazenagem, e, menos burocrático. O Quadro 9 resume as vantagens do modelo Condomínio de Armazém Rural em relação aos demais modelos rurais.

Quadro 9 – Falas dos entrevistados sobre as vantagens do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural em relação a outros tipos.

Condomínio	Descrição
A	<i>“As vantagens que eu vejo é aquilo, a segurança de você tá administrando o teu produto, que tá na extensão da tua propriedade, e você vai vender com o preço disponível, com o preço maior e conseguindo fazer vendas.”; “...no Condomínio, como sempre tivemos o grão padronizado, entregamos o grão limpo, seco, sem problema de impureza ou umidade.”; “...principalmente na parte fiscal que você não tem nenhum tipo de imposto, além do FUNRURAL. Em outras ações coletivas e Cerealistas tem Pis, Cofins e etc”.</i>
B	<i>“...o principal é esse ‘plus’ que você ganha a mais no produto e o poder de decisão que você percebe, o sócio tem poder. Eu sou empregado aqui, mas você vai numa outra ação coletiva...num banco, numa assembleias e etc, eles acabam inibindo o cara no seu canto. No condomínio o produtor tem poder de decisão...a principal vantagem é essa, financeira, poder de decisão, agilidade nas decisões.”; “...o poder de negociação ainda continua com o agricultor né. O poder de decisão de venda.... o sócio é proprietário da parte físico do grão. Mas você tem o grão no seu armazém. Eu acho que tem menos burocracia que outro sistema”.</i>
C	<i>“...como é um grupo consegue melhores preços. Consegue fechar um volume maior, mais competitivo no mercado, do que em outros grupos coletivos”; “...Eu acho que uma das melhores coisas é o preço, armazenagem, qualidade do produto, até a logística de entrega, fila de entrega. A gente sabe administrar bem isso, não tem fila aqui...aí fora tem fila de 3 dias”.</i>
D	<i>“Tem vantagens: agregar o valor no produto vendido, no produto final. Diminuição de custos para o produtor, a logística fica melhor né”; “...o que a gente é percebe é em questão de qualidade”. Então um diferencial dos Condomínios que a gente escuta falar é essa qualidade dos grãos”.</i>
E	<i>“A vantagem que tem é a facilidade na comercialização, de ganho para o produtor, com certeza tem vantagem, ganho financeiro, e, ganho financeiro na compra de insumos.”; “Aqui é diferente a agilidade na entrega, agilidade para o produtor dá propriedade até o Condomínio, que não enfrenta filas para entregar a sua produção”.</i>
F	<i>“Como é um grupo menor, ele vai trabalhar mais focado, vai estar menos ramificado e isso vai tornar mais fácil atingir os objetivos”.</i>
G	<i>“A grande diferença está na administração e no custo operacional. Os Condomínios de Armazéns Rurais são mais competitivos em relação ao custo. A margem na venda é melhor pelo Condomínio do que em outras ações coletivas. Dependendo da época do ano, no milho você consegue a mais 17% e na soja 11%” Além disso, o</i>

<i>Condomínio é mais ágil, rapidez nas respostas, decisões”.</i>
--

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Do diferencial dos Condomínios de Armazéns Rurais em relação a outras Ações Coletivas Rurais Brasileiras, exemplifica-se ainda o produtor rural que ainda é dono do seu grão, já que o armazém é seu e ele pode escolher o melhor momento para vender o seu produto, e a qualidade do produto. Aliado a isso, o produtor condômino ainda tem maior poder de decisão sobre as decisões da ação coletiva rural em reuniões, por exemplo, e sobre o seu produto, já que ele decide quando será vendido e para quem, isto é, quem pagar melhor pelo produto e não preço balcão, o qual é oferecido em outras ações coletivas rurais sem negociação.

As decisões e administração em modelos de ações coletivas menores também são mais rápidas, mais ágeis, como nos Condomínios de Armazéns, e há vantagens fiscais em relação a outros modelos, por não serem empresas, os Condomínios não recebem descontos sobre isso.

Em relação aos problemas da logística agroindustrial, como déficit em armazenagem e filas para carregamento e descarregamento, os Condomínios de Armazéns Rurais são imunes a esses problemas. Como são poucos sócios no Condomínio, o fluxo de carregamento e descarga nos Silos não gera filas de espera. Além disso, cada sócio tem sua cota de armazenagem, assim cada produtor sabe o espaço disponível para guardar sua produção nos Silos do Condomínio. Caso falte espaço dependendo dos anos safras ou aumentos de produção, ele pode usar a cota do outro sócio ou quando o Condomínio decidir e viabilizar ocorre a expansão da capacidade de armazenagem, isto é, construção de novo Silo no próprio Condomínio.

4.1.3 Incentivos Econômicos e Incentivos Sociais dos Condomínios de Armazéns Rurais

A terceira categoria discute o papel dos Incentivos Econômicos e dos Incentivos Sociais diante dos Condomínios de Armazéns Rurais, motivadores bases para a formação de grupos de acordo com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva.

Primeiramente, em relação aos Incentivos Econômicos, os entrevistados foram quase unânimes em relacioná-los as taxas de juros para financiamentos de Armazéns (Quadro 10). Quando questionados sobre o papel dos Incentivos

Econômicos para a formação de grupos, discutem-se duas relações: incentivos econômicos de ordem governamental e incentivos econômicos de ordem mercadológica.

Quadro 10 – Falas dos entrevistados sobre os Incentivos Econômicos do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural.

Condomínio	Descrição
A	<i>“Os condôminos já sabiam que teriam um lucro maior com o Condomínio. Mas não sabiam o quanto. Hoje eles sabem quanto pagam de frete, o prêmio do porto, o valor de Chicago; essas informações vieram com o Condomínio, e você acessa pela internet, os preços dados nas principais praças né. O gerente, vende no FOB sempre, eles não pagam frete.”</i>
B	<i>“Eu não vejo assim um incentivo específico, de governo para grupos viu. Não sinto isso, por exemplo, eu vou ter um lucro maior com o Condomínio, isso foi um incentivo por exemplo.”</i>
C	<i>“Hoje, os juros dobraram, ficou mais caros. Assusta um pouco sabe. Então se você for olhar, na realidade do negócio é que os juros são caríssimos para esse tipo de investimento. Tanto que a empresa KW veio aqui e disse que no último ano não fizeram nenhuma obra nova, a última foi em 2017.... Hoje é um bom negócio, mas você sabe que vai lhe custar caro hoje, com os juros. E os equipamentos subiram bastante, o preço maior pela saca é um bom incentivo, mas devido aos juros vai ficar tudo pelo caminho, e hoje você juntar capital e bancar, esquece, isso não vai. É financiamento a longo prazo. Eu ainda acho que deveria existir uma linha de crédito para esse produtor, para esse modelo. O problema são as altas taxas de juros.”</i>
D	<i>“Acho que os incentivos econômicos para esse lado ainda é pouco. Mas eu acho que o governo deveria ver para esse lado do Agronegócio essa questão da taxa de juros, uma coisa é nesse sentido aí né. Tentar uma taxa de juros diferenciada para o pequeno produtor.”</i>
E	<i>“Quando, eu não estava aqui, mas quando das ampliações, no começo, teve-se dificuldade de se adquirir dinheiro para montar o Condomínio e outras empresas simplesmente falavam “não, não vai dar certo”. Então eu acho que é claro que hoje a gente percebe que os bancos até incentivam, para poder ter um giro maior vamos dizer. Dentro do município para o próprio produtor e praticamente vai gerar mais dinheiro. Quando foi feita a construção aqui, teve uns problemas com taxa de juros, esse último financiamento nós pegamos com prazo maior para pagar, e 4 ou 4,5% ao ano. Facilitou né? Então, se tivesse incentivos desses e uma união maior dos produtores, com certeza teria mais Condomínios.”</i>
F	<i>“Redução de custos no Condomínio e aumento da rentabilidade, tendo no resultado final mais margem de lucro na venda e comercialização. Taxa de juros menor na inauguração; hoje aumentou a taxa de juros. Contudo, o país ainda tem déficit de armazenagem, e existe a necessidade do governo em incentivar o investimento em armazenagem para suprir a deficiência.”</i>
G	<i>“Os primeiros Condomínios 2012/13, a taxa de juros era baixa. Ainda hoje subiu um pouco. Contudo, ela subiu. Não tem subsídio. O principal diferencial, incentivo econômico, seria o ‘spread’, que o Condomínio ganha com a venda; o produtor rural ser ‘dono do grão’.”</i>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O incentivo econômico de ordem governamental aplica-se no fato de que o governo é restrito em contribuições com incentivos econômicos para o modelo da ação coletiva Condomínio de Armazém Rural, principalmente a programas de incentivos para construção ou ampliação de Armazéns com taxas de juros competitivas para pequenos e médios produtores rurais.

Atualmente, o principal programa governamental disponível para Armazéns é o PCA – Programa de Construção e Ampliação de Armazéns –, com taxas de juros que variam entre 6% a 7% ao ano, sendo 6% para investimentos com capacidade de armazenagem de grãos de até 6000 toneladas e 7% acima disso (BNDES, 2019). De acordo com os entrevistados as taxas de juros são altas e subiram ao longo da última década para os produtores rurais, principalmente para pequenos e médios produtores, sendo um desincentivo para a estruturação de novos Condomínios de Armazéns e novas construções de unidades armazenadoras no país.

“Hoje, os juros dobraram, ficou mais caros. Assusta um pouco sabe. Então se você for olhar, na realidade do negócio é que os juros são caríssimos para esse tipo de investimento. Tanto que a empresa KW veio aqui e disse que no último ano não fizeram nenhuma obra nova, a última foi em 2017.” (Entrevistado C).

Vale lembrar que existe déficit de armazenagem no país e unidades armazenadoras obsoletas que necessitam de modernização. A falta de armazenagem ainda implica em não usufruir das vantagens do armazenamento, como conservação do produto e comercialização em época mais propícia.

Além disso, questiona-se com essa pesquisa, o fato do desconhecimento por parte do governo do modelo rural Condomínios de Armazéns, visto contato com diversas entidades governamentais sobre a ação coletiva. Então, há necessidade de maior articulação entre os agentes econômicos e sociais governamentais com o intuito de conhecer sobre a realidade do país, e a partir disso, traçar incentivos econômicos e sociais para esse modelo emergente de ação coletiva rural brasileiro, visto contribuição do modelo com a redução do déficit de armazenagem, maior competitividade do produto, crescimento e desenvolvimento regional para o Agronegócio e municípios, e, giro do dinheiro na Economia do país.

Ademais, sobre os incentivos econômicos de ordem mercadológica foi exemplificado o lucro a mais que os produtores rurais têm ao comercializar a produção com o Condomínio de Armazém Rural: “*O principal diferencial, incentivo econômico, seria o ‘spread’, que o Condomínio ganha com a venda; o produtor rural ser dono do grão*” (Entrevistado G).

Essa característica evidencia o ganho a mais com o produto que o condômino tem ao vender sua produção através do Condomínio, sem intermediário na operação e o produto ainda sendo seu, já que, o produto fica armazenado no Condomínio, isto

é, Silo próprio e não de terceiros. Esse ganho pode variar entre 11 a 20% a mais na saca, dependendo da época do ano.

Nota-se que os incentivos econômicos governamentais são pouco atrativos e insuficientes para a formação e desenvolvimento dos Condomínios de Armazéns Rurais, como de Armazéns no país. Contudo, em relação aos incentivos econômicos mercadológicos, principalmente em relação ao ganho a mais com o produto na comercialização estratégica, há cenários positivos e favoráveis para a Ação Coletiva Rural, sendo fortes determinantes para o modelo rural.

Na Teoria da Lógica da Ação Coletiva os incentivos econômicos são de suma importância para a formação de grupos. Caso não haja incentivos econômicos, um grupo não sobrevive em longo prazo e não há motivos para a atividade se manter no mercado. Assim, o ganho a mais que os produtores têm na comercialização do produto através do Condomínio é condição para a organização sobreviver, juntamente com a promoção dos interesses de seus membros. Entretanto, torna-se empecilho do modelo rural as taxas de juros altas para o financiamento de armazéns dos Condomínios.

Maeda e Saes (2009) consideram que os Incentivos Econômicos são superiores aos Incentivos Sociais. Dessa forma, ganho econômico com a atividade rural, é condição primordial para o grupo sobreviver no mercado. Observa-se essa característica na fala do entrevistado C: *“Basicamente, você precisa ter os incentivos econômicos, porque se não tem o dinheiro ali disponível, você não faz nada. Mesmo você tendo o grupo de amigos, é mais importante a questão financeira do negócio”*. Assim, nota-se a importância da atividade rural proporcionar ganhos econômicos, ter retorno, visto ainda, manter o Condomínio de Armazém tem custos operacionais, como despesas com funcionários, energia, manutenção e etc.

Os Incentivos Econômicos não são os únicos determinantes para a formação de grupos sob a Teoria da Lógica da Ação Coletiva. Existe ainda, Incentivos Sociais, como desejo de prestígio, respeito, amizade e características sociais e psicológicas que estimulam as pessoas a se organizarem em grupos. Essas características são evidentes nas ações coletivas dos Condomínios de Armazéns Rurais. O Quadro 11 exemplifica os Incentivos Sociais.

Quadro 11 – Falas dos entrevistados sobre os Incentivos Sociais do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural.

Condomínio	Descrição
------------	-----------

A	<i>“Eu acho que seria interessante, mas falta né. A gente teve muita questão de política, é mais difícil essa. A gente notou que na formação do nosso grupo, faltou muito incentivo da parte de governo, principalmente prefeitura, que é algo mais local, incentivo municipal.”</i>
B	<i>“...depois que o Condomínio foi formado, sempre tem essas conversas, troca de ideias entre os agricultores, é conversa de grãos, é chorar de clima, mas acho que não foi o que incentivou a formação do grupo. Acontece depois, mas não foi um start, foi mais a agregação de valor, de ter a própria estrutura de armazenagem. Depois do Condomínio, alguns dos proprietários tem mais convívio entre eles; antes se viam na cidade, mas hoje tem mais convívio entre eles.”</i>
C	<i>“Contato com os produtores, troca de aprendizado, o relacionamento entre quem participa do condomínio, todo pessoal, condôminos e quem trabalha aqui, isso é muito bom. Esse ganho, essa interatividade, as conversas com as pessoas, tem mais ganho.”</i>
D	<i>“...os condôminos vem aqui sim todo mês, fazemos a prestação de contas, como tá né, os contratos, a armazenagem, se vamos fazer alguma obra nova né. São trocas de informações, entre eu e eles, planilhas de viabilização, se vão comprar ou não, dos aspectos jurídicos.”</i>
E	<i>“Nas reuniões a gente se troca bastante ideias entre gerentes, isso é muito bom.”</i>
F	<i>“Existe crescimento técnico, troca profissional em grupos. Na região de Cascavel/PR, por exemplo, tem vários armazéns de famílias, tinha uns dois produtores que tinham armazém na propriedade, mas não valia os custos”.</i>
G	<i>“Dentro do social estão os empregos, a troca de informações entre os condôminos. Eles se conversam muito, de experiência (insumo, semente...)”.</i>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Percebem-se incentivos sociais que se destacam, como maior relacionamento interpessoal; troca de conhecimentos, de informações; crescimento técnico e profissional; geração de empregos; aprendizado entre os profissionais dos Condomínios e aprendizado dos condôminos etc. Nota-se a diversidade de incentivos sociais que são gerados com os Condomínios de Armazéns Rurais, os quais proporcionam o fortalecimento da atividade rural e o ganho com a interação entre todos os membros do modelo.

Juntamente aos Incentivos Sociais, a Lógica da Ação Coletiva descreve a “pressão social” na condução de comportamentos em grupos. Nos Condomínios de Armazéns, existe o conjunto de regras, que é o Estatuto do modelo. Então, as ações dos condôminos, e do modelo são seguidas de acordo com o Estatuto. Além disso, cada produtor e/ou funcionário se dispõe a ajudar e colaborar com o que for preciso no Condomínio do qual faz parte. As demandas não são feitas por algum tipo de obrigação, mas sim, porque os produtores rurais são donos desse modelo e se conhecem entre si, e todos, auxiliam com as demandas que possam surgir.

Além disso, nas reuniões dos Condomínios, todos expressam livremente suas ideias, se respeitam e participam ativamente do modelo. O entrevistado A ainda relata que quanto as regras e obrigações, as mesmas ficam mais “*facilmente cumpríveis*” no grupo menor, que é o Condomínio

Para Olson, a “pressão social” leva a cumprir mais facilmente as obrigações individuais em grupos menores, devido a valorização da companhia dos amigos e colegas e pelo zelo ao status social, prestígio social e autoestima. O autor ainda relata que os Incentivos Sociais e a “pressão social” só funcionam em grupos pequenos, de modo que cada membro tenha “*contato face a face com todos os demais*” (OLSON, 2011, p. 74). Nesse sentido, os Incentivos Sociais favorecem os Condomínios como grupos menores.

4.1.4 Grupos Pequenos e Grupos Grandes

A quarta categoria analisa as características das ações coletivas rurais entre grupos pequenos e grupos grandes. De acordo com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva grupos menores apresentam mais vantagens em relação a grupos maiores, grupos menores são mais eficientes e eficazes, e os incentivos sociais funcionam melhor em grupos pequenos. O Quadro 12 exemplifica os principais aspectos diante do modelo de ação coletiva rural Condomínio de Armazém, notadamente grupo pequeno.

Quadro 12 – Falas dos entrevistados sobre as perspectivas do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural no Brasil.

Condomínio	Descrição
A	<p><i>“Eu acho que não pode ser muito grande e nem muito pequeno. Porque se for muito pequeno, ele não vai dar o retorno para se manter...custo, lenha, funcionários, contador, manutenção, a gente nota que a cada ano aumenta mais. Então não pode muito pequeno, e o muito grande, o produtor já coloca o Silo na propriedade, já tem a capacidade. Então um grupo intermediário. Num grupo grande, já não teria aquele social, que todo mundo é amigo. Num grupo maior, com 100, 200 associados teria filas de caminhões ali no pátio e não consegue fiscalizar toda movimentação contábil. Aqui, nós somos 20 e pouco, temos mais agilidade na descarga, mais rapidez e assim por diante. A união faz a força...o grupo pequeno fica mais unido. Além de que é uma ação individual que fica mais reconhecida num grupo pequeno.</i></p> <p><i>O grupo pequeno eu acredito que tenha mais vantagens, por ser mais controlado, o movimento geral de grãos, o movimento financeiro, todo esse movimento é mais controlado. Grupos menores atingem mais facilmente o benefício coletivo por ser mais confiável, mais organizado, mais acessível. A comunicação fica mais fácil...num grupo pequeno eu consigo transmitir melhor os acontecimentos do mercado.”</i></p>
B	<p><i>“Por ser menos pessoas, menos cabeças, menos opiniões, com certeza vai ter menos divergências, mas fácil entrar em consenso. Vantagens dos grupos pequenos agilidade nas decisões, um objetivo em comum...então fica mais homogêneo o grupo.. mais confiança. Pela agilidade das decisões, a maior vantagem é essa dos grupos pequenos. Uma desvantagem acho que falta um pouquinho de escala para nós, a área é pequena, 2000 hectares, mas é o perfil da nossa região.</i></p> <p><i>...As decisões são mais rápidas, é mais fácil chegar ao consenso no grupo. Mais fácil demonstrar na reunião os números, as vantagens, as situações... num grupo grande por exemplo, as vezes nem ia questionar por medo de parecer bobo.”</i></p>
C	<p><i>“...por ser pequeno você escolhe os caras que são mais parecidos contigo, a forma</i></p>

	<p><i>de trabalhar.... quando pega muita gente, tem muitas opiniões diferentes. Quando você vai fazer um grupo, tem que saber escolher bem as pessoas e ter os objetivos iguais, não ter muito pensamento diferente.</i></p> <p><i>...é mais afinidade um com o outro, tem o mesmo objetivo. Não diversifica tanto assim, trabalha mais focado num mesmo objetivo. Quanto mais gente, começa a divergir muito as ideias. Aí fica mais difícil de administrar. Todo mundo aqui entende, que melhorar o Condomínio, tá melhorando a situação p si próprio. Grupos menores também consegue preços bons para barganhar, juntando.”</i></p>
D	<p><i>“um Condomínio com uma sociedade mais enxuta seria melhor trabalhar do que com um Condomínio com mais número de pessoas... se tiver muita gente, cada um tem sua opinião, então a gente tem que pegar, pegar todas as opiniões e tentar achar um melhor consenso para que seja bom para todos. Mas se tiver menos pessoas, todo mundo tá indo para o mesmo caminho.</i></p> <p><i>...aqui ele trata como se fosse dele né. Vantagens têm sim, a questão de preço, buscar reduzir custos e agregar lucratividade. Mas também do capital investido aqui né....o produtor do condomínio tem que entregar 100% da sua produtividade aqui no Condomínio. Então isso eu acho que isso é um trabalho coletivo, os esforços que cada um tem que fazer,”</i></p>
E	<p><i>“Eu acho que a liberação de crédito para pequenos grupos não é mais fácil, mas depende né? Tudo tem que ter a sua garantia.</i></p> <p><i>Com certeza, as ações coletivas rurais funcionam melhor com pequenos grupos. Porque em grupos maiores, eles são “donos” entre aspas, mas quem manipula tudo é a empresa... o produtor não reza nada ali. Ele tem que fazer aquilo que a empresa propõe. Aqui no Condomínio, “eu quero um preço x do produto, dentro do mercado claro”, ele vai conseguir. Então com pequenos grupos assim, é bem mais fácil você conseguir. Os Condomínios tem ganho financeiro em prol de si, sendo que em grandes quem ganha é a empresa.</i></p> <p><i>.... a maioria faz reuniões e a maioria deles chega aí, “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, vamos ampliar”, então há uma união para que se faça, para que se construa algo a mais em prol do benefício próprio. Os grupos menores é mais fácil porque é mais fácil de se reunir, de pegar e entrar em consenso para adquirir tudo, insumos, venda de produtos”</i></p>
F	<p><i>“É mais fácil a gestão em grupos menores, a organização, a transparência. Os Condomínios têm mais vantagens em relação a grupos maiores devido a logística, qualidade de produto, agrega valor no produto final, o conforto do produtor entregar o produto; a segurança do produtor ser o dono do produto ainda (o Condomínio é uma extensão da sua propriedade). Todo mundo participa, são os esforços individuais de todos aqui no Condomínio, os próprios condôminos atuam na administração.”</i> “É mais fácil a gestão, mais transparente de grupos menores, menos burocracia.”.</p>
G	<p><i>“Pequenos grupos tem mais chance de darem certo, de funcionarem, de prosperarem. A vantagem do Condomínio é que a margem ‘spread’ fica para o produtor. Nos outros modelos, o ‘spread’ fica para o negociador. As decisões são mais rápidas, o custo operacional é menor, é um diferencial competitivo.</i></p> <p><i>Os esforços individuais são proporcional entre todos, é dividido entre todos os condôminos, então todos tem a participação.”</i></p>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Dentre os aspectos é possível notar características que distinguem grupos pequenos de grupos grandes e que se sobressaem em grupos pequenos. Os grupos pequenos são tratados nessa tese como grupos de até 25 pessoas (produção em torno de 4500 hectares, isto é, 315.000 sacas, sendo 70 sacas por hectare em média). Grupos grandes já teriam a partir de 100 e 200 associados (em torno de 2,5 milhões de sacas).

Essa distinção é considerável para o desenvolvimento dos Condomínios de Armazéns Rurais, visto que essa condição implica na eficiência do andamento de todas as atividades da Ação Coletiva, inclusive no retorno financeiro para manter o próprio modelo. De acordo com o entrevistado A, um Condomínio de Armazém não poder ser nem muito pequeno e nem muito grande, pois muito pequeno, isto é, produção baixa e o retorno para o modelo seriam inviáveis para pagar toda a estrutura do Condomínio, como gasto com energia, funcionários, manutenção etc. Já um produtor grande, poderia ter a própria estrutura de armazenagem na sua propriedade, e dessa forma, seria capaz de viabilizar os custos da estrutura sozinho. Vale lembrar que o modelo de Condomínio traz outras vantagens, e não só a viabilização da armazenagem própria.

O grupo pequeno ainda traz consigo a vantagem da característica social para todos os sócios, ponto forte este que é descrito em todos os depoimentos e vai de encontro com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva quanto aos Incentivos Sociais. Grupos menores atingem mais facilmente o benefício coletivo do que grupos maiores, como também, os Incentivos Sociais funcionam melhor em pequenos grupos, já que, quanto menor o grupo, mais fácil dele atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo, e é por esse motivo que organizações maiores formam pequenos grupos, subdivisões menores:

Quanto maior for o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo e menos provável será que ele aja para obter até mesmo uma quantidade mínima desse benefício. Em síntese, quanto maior for o grupo, menos ele promoverá seus interesses comuns (OLSON, 2011, p. 48).

De acordo com os depoimentos, um grupo com menos pessoas, uma Ação Coletiva Rural ser menor, apresenta menos opiniões diferentes. Assim, é mais fácil entrar em consenso e menos divergências surgirão.

Por ser menos pessoas, menos cabeças, menos opiniões. Com certeza vai ter menos divergências, mas fácil entrar em consenso. Vantagens dos grupos pequenos agilidade nas decisões, um objetivo em comum, então fica mais homogêneo o grupo, mais confiança. (Entrevistado B).

Além disso, os participantes de grupos pequenos partem do mesmo objetivo comum de forma mais simples. Esse aspecto é mais satisfatório em grupos

menores. Grupos menores são mais facilmente controlados, as pessoas se conhecem melhor, a organização e comunicação são mais fáceis, e o grupo pequeno é mais unido e de maior afinidade.

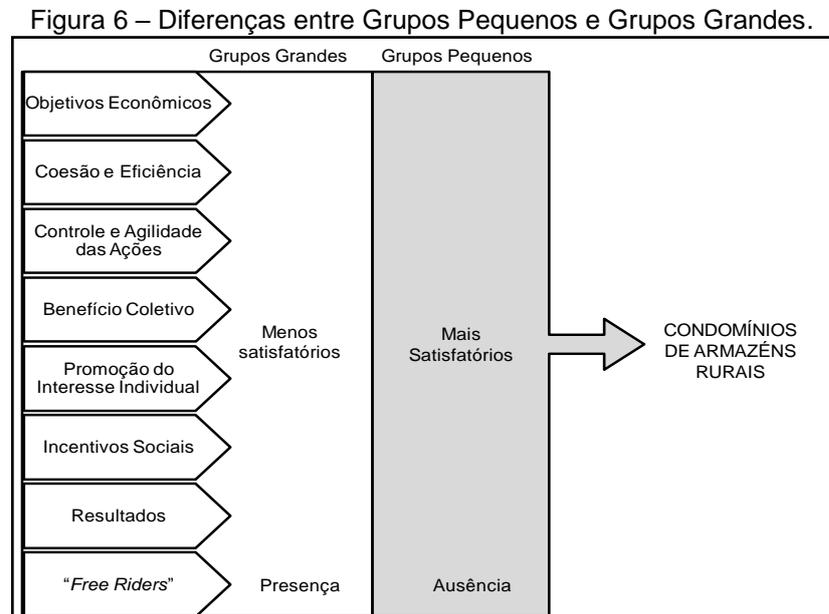
Outras vantagens também prevalecem em grupos pequenos, como nos Condomínios de Armazéns. A maior agilidade nas decisões, rapidez na descarga e ausência de filas no Silo, maior margem de lucro (qualidade do produto e venda direta), melhores preços e condições na compra de insumos, expressam suas opiniões no grupo por ser menor, proximidade logística da armazenagem com a propriedade, e ser “dono do seu produto” proporciona liberdade na comercialização, são benefícios que o modelo traz por serem menos sócios.

A ação individual também é mais reconhecida em grupos menores. Na Teoria da Lógica da Ação Coletiva isso ocorre visto que em grupos grandes o participante típico sabe que seus esforços individuais não influenciarão demasiadamente no resultado final e ele será afetado da mesma forma pelas decisões finais. Assim, o esforço individual em grupos maiores não influenciará tanto a decisão. Já em grupos menores, o esforço individual reflete mais na decisão final: “... *é uma ação individual que fica mais reconhecida num grupo pequeno.*” (Entrevistado A).

Outro fato identificado nos modelos coletivos rurais foi a competição mercadológica entre grupos pequenos e grupos grandes. Até antes da existência dos Condomínios Rurais na região, prevaleciam grandes grupos, os quais detinham 100% da comercialização e associados. Com a criação de grupos menores na região e da mesma forma competitivos ou mais, gerou-se mais competição no local entre as diferentes formas Associativistas. Fato esse que acaba sendo positivo para o cliente final, visto que em mercados mais competitivos, os grupos devem buscar sempre o seu melhor, produtos de melhor qualidade, e ser uma organização mais eficiente e eficaz. Caso contrário, o cliente ou associado buscará em outra organização essas qualidades.

Ademais, para grupos pequenos o acesso ao crédito rural e o poder de barganha podem ser mais difíceis de serem atingidos. O financiamento exige garantias dos produtores rurais, para tanto, estes devem se juntar para atingir esse critério exigido pelos bancos caso financiem a estrutura de armazenagem. Fora os juros altos para pequenos produtores. Juntamente, para conseguir mais poder de barganha e escala, os produtores menores devem se unir para alcançar esses objetivos. Em grupos maiores tais aspectos são mais facilmente atingidos.

Por fim, é possível evidenciar as principais diferenças entre grupos pequenos e grupos grandes de acordo com a Ação Coletiva Rural Condomínios de Armazéns Rurais e a Teoria da Lógica da Ação Coletiva (Figura 6).



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota-se que grupos pequenos, como é o caso dos Condomínios de Armazéns, os objetivos econômicos e sociais, o controle e agilidade das ações, a promoção dos interesses individuais, a coesão e eficiência, e, os resultados são mais satisfatórios do que em grupos grandes. Destaca-se ainda o fato de ausência de *freeriders* em grupos pequenos, já que todos participam ativamente, se conhecem e são movidos por relações de amizade; e, os Incentivos Sociais, os quais são mais facilmente atingíveis em Ações Coletivas menores.

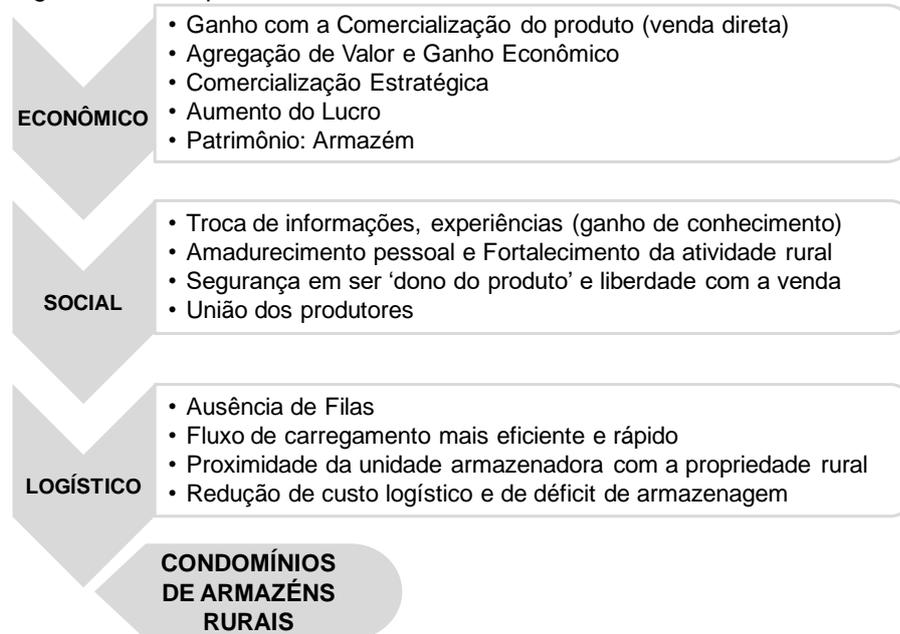
Por fim, para que um grupo pequeno tenha sucesso comparado a grupos maiores, o mesmo deve estar bem estruturado e organizado, como também, amparado financeiramente. No caso dos Condomínios de Armazéns Rurais, os produtores rurais sócios já pertenciam e/ou conheciam modelos de ações coletivas, como exemplos as Cooperativas e outros tipos de Associações. Dessa forma, já tinham conhecimento prático e prévio sobre ação coletiva para dar certo o modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural.

4.1.5 Fatores Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais

A quinta categoria discute qualitativamente os principais fatores determinantes para os Condomínios de Armazéns Rurais.

Alguns fatores se reiteraram entre os depoimentos dos Condomínios e vão de encontro principalmente com os Incentivos Econômicos e Incentivos Sociais condicionantes para a formação de grupos. O ganho a mais com a comercialização do produto – venda direta e lucratividade superior –, a agregação de valor, os ganhos logísticos – ausência de filas, fluxo menor e proximidade da unidade armazenadora com a propriedade rural –, e, os ganhos sociais provenientes do modelo da ação coletiva, são benefícios determinantes para os Condomínios de Armazéns Rurais. A Figura 7 agrega os principais determinantes Econômicos, Sociais e Logísticos para a formação do grupo Condomínio de Armazém Rural.

Figura 7 – Principais Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais



Fonte: Resultados da Pesquisa.

No grupo determinante Econômicos exemplifica-se uma das principais características motivadoras para a estruturação da ação coletiva rural, que é o ganho econômico com a atividade, característica esta que é marcante para formação de grupos segundo a Lógica da Ação Coletiva. Ter a própria estrutura de armazenagem, sinônimo compreendida como extensão de sua propriedade rural, permite que o produtor rural venda sua produção de forma direta, sem intermediários na comercialização, e num momento oportuno para ele, ocasionando aumento do seu lucro e agregando valor ao produto através do modelo coletivo, como também da melhor qualidade do grão. Vale lembrar que o armazém também é pertencente ao produtor rural, é de sua propriedade, seu patrimônio físico, característica essa

que difere os Condomínios das demais Ações Coletivas Rurais Brasileiras, e faz do produtor ainda ser dono do seu produto, garantindo a ele poder de negociação e diluição dos custos entre todos os sócios.

Notam-se essas características através dos principais fatores econômicos motivadores respondidos pelos entrevistados: “segurança de ter o seu produto no seu armazém”, “agregação de valor”, “armazenagem e venda do produto”, “ganho econômico”, “aumento da rentabilidade” e “comercialização do produto” (Quadro 13).

Quadro 13 – Fatores Motivadores para os Condomínios de Armazéns Rurais.

Condomínio	Descrição
A	<i>“O objetivo deles da época, 1º foi a segurança, de você ter o seu produto guardado, embora seja um Condomínio, é uma extensão da sua propriedade, então você tem uma segurança do grão na sua propriedade e 2º agregar valor com o produto. E o 3º hoje, que eu digo, é a facilidade na entrega, a diminuição do tempo de você sair da lavoura com o caminhão, chegar aqui e você não ter aquela fila com todo aquele pessoal que entrega, aqui é só os sócios, então diminui muitos os fluxos, diminuição muito nas filas. Ganho de tempo, ganho de dinheiro, ganho de segurança da estrutura. E o 4º item que vejo no pessoal hoje é o amadurecimento pessoal deles.”</i>
B	<i>“O principal fator é agregar valor nos grãos. Não é o principal, mas como eu coloquei antes, o fator de logística acaba melhorando, por exemplo, ficar parado em fila né. Entra junto no agregar valor. E, por exemplo, você entregando num armazém de terceiro, teu grão não é mais seu. Aqui, o condômino, a parte física se ele quiser retirar daqui uns dias ele tem esse poder entendeu. A questão de você ser o proprietário do grão ainda. Além de que a saca de soja é vendida em torno de 6 a 8% a mais que no mercado local.”</i>
C	<i>“Aaah tem muitos. Por exemplo, numa outra Organização Rural, maior que o Condomínio e de terceiros, ela te impõe as regras, você tem que seguir as regras dela, ela tem todos os setores, rh, financeiro, administrativo e etc, todo mundo que trabalha lá tem que receber né, tem um custo bem maior né? Dentro de um Condomínio, por exemplo, grande parte das pessoas que ajudam a organizar o Condomínio não recebem nada, porque são os proprietários, então a gente tem o mínimo possível de pessoas para trabalhar. Então o principal motivo motivador para o Condomínio, seria a armazenagem e venda do produto... Você tem o produto no teu poder, você consegue ter o preço diferente. Se você entregou o produto para um terceiro, é aquele preço de balcão, o produto não é mais seu. Têm também Incentivos Sociais, você vai trocando ideias com as pessoas aqui, dum problema que pode ser seu hoje, troca de conhecimento, ajuda a ter uma visão melhor do que fazer sabe. Quando você é sozinho, você pode conversar com qualquer um na rua, mas as vezes eles não têm o mesmo conhecimento das pessoas que tão aqui dentro do Condomínio.”</i>
D	<i>“Eu acho que aqui um dos principais fatores é a União das pessoas, o conhecimento entre elas. E o que cada um almeja, se cada um quer puxar para o mesmo lado, porque a gente vê que aqui e acho que igual nos outros Condomínios é que todo mundo tá sempre pensando para mesmo caminho. Se um puxar para um lado e outro para o outro, o foco não é o mesmo. Então, o 1º fator motivador a União. E aqui, outro fator que levou eles fazerem isso aqui, foi poder vender o produto deles quando eles quiserem...Então outro fator que levam é questão de você conseguir segurar esse produto né, por um período maior e vender numa melhor oportunidade. Esse é um dos fatores também que o pessoal cita aqui. E acaba tendo um lucro maior. Outros fatores também que poderiam ser, questão de logística, porque o produtor vem aqui, descarrega, é só dele; não enfrenta fila e o fluxo é menor.”</i>
E	<i>“...existe uma agilidade para entrega, melhores preços, melhores preços com certeza né. Ganho econômico para ele melhor né. E mais rápido na verdade. Claro, se você entregar num terceiro, você vai receber, mas aqui no Condomínio é direto, sem</i>

	<i>intermediários. Então o principal fator seria a parte financeira, seria esse ganho a mais que ele teria. Que eles percebem que hoje, quem leva esses 20% são os intermediários, e aqui no Condomínio não existe isso. Eu acho que se existe, por exemplo, um grupo, desde que trabalhe unido, há uma agilidade maior em todos os setores, no recebimento e na expedição desses produtos né. E uma coisa primordial, seria na compra de insumos, que daí, eles também tem um ganho na compra, que vão pegar o produto, o produto que vão adquirir a semente, o insumo, com um valor menor.”</i>
F	<i>“O principal fator o aumento da rentabilidade. Outros fatores seriam a comodidade logística (próximo da propriedade, sem fila), e o produto ainda é seu.”</i>
G	<i>“O principal fator é a comercialização do produto, o produtor que vende o produto físico, é dele, ele ainda é dono do grão. O 2º fator incentivador é a agilidade na entrega da produção. E o 3º a padronização do produto, maior qualidade.”</i>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Como determinantes Sociais para a estruturação e desenvolvimento dos Condomínios de Armazéns Rurais notam-se como principal fator a importância da união entre os produtores. Tal característica é condição para a criação e desenvolvimento dos Condomínios, pois todos os produtores serão sócios uns dos outros, e o bom relacionamento, compartilhamento de mesmas ideias, e, objetivos comuns são primordiais para que o negócio tenha pleno êxito.

Juntamente a esses aspectos sociais, os produtores rurais pertencentes ao Condomínio, ganham com a troca de informações e de experiências, gerando para eles conhecimentos. Ao longo da atividade, os produtores ainda usufruem do amadurecimento pessoal e fortalecem a atividade rural, que também geram vantagens no crescimento e desenvolvimento locais. Novamente, Olson (1965) descreve que os incentivos sociais são mais facilmente atingidos e funcionam melhor em pequenos grupos, como é o caso dos Condomínios.

Por fim, quanto aos determinantes logísticos os Condomínios de Armazéns Rurais driblaram alguns gargalos logísticos que eram enfrentados pelos produtores rurais, como as filas em unidades armazenadoras de terceiros, principalmente em picos de safra. Assim, o modelo proporciona mais eficiência no fluxo de carregamento e descarregamento, e, redução do déficit de armazenagem e logístico.

4.1.6 Perspectivas dos Condomínios de Armazéns Rurais

A sexta e última categoria compreendeu as perspectivas do modelo de ação coletiva rural Condomínio de Armazém no Brasil.

O conhecimento do modelo de Condomínios de Armazéns Rurais é restrito ao Sul do país, principalmente na região de Palotina/PR. Mesmo os gerentes dos

Condomínios desconhecem sobre outros Condomínios de Armazéns em outras cidades ou regiões do país, inclusive o Condomínio de Ipiranga e os Condomínios da região de Palotina, não se conhecem.

Contudo, existem cenários favoráveis para a implantação de novos Condomínios de Armazéns Rurais, principalmente para pequenos e médios produtores, e locais onde há gargalos logísticos e déficit de armazenagem. Como também, para produtores rurais que almejam usufruir das vantagens do modelo condominial, como da própria armazenagem.

Para tanto, os entrevistados citam algumas características importantes para a ação coletiva Condomínio de Armazém Rural ter sucesso e se desenvolver em outras regiões, como: (i) perfil do produtor rural, produtores que não consigam viabilizar sozinhos a própria estrutura de armazenagem ou que buscam estar em alguma Ação Coletiva Rural; (ii) regiões com cultura Associativista e/ou locais onde já existam Cooperativas ou ações coletivas rurais; (iii) o grupo deve ter confiança e espírito empreendedor; (iv) todos os agricultores serão responsáveis pelo bom andamento do modelo; (v) ter uma figura neutra, confiável e com conhecimento em Agronegócio e Comercialização para administrar e vender a produção dos condôminos (gerente do Condomínio); e, (vi) conhecer a quantidade de produção e necessidade de armazenagem que cada sócio precisará antes de montar o Condomínio. O quadro 14 resume alguns trechos das falas dos entrevistados sobre esses aspectos.

Quadro 14 – Falas dos entrevistados sobre as perspectivas do modelo coletivo rural Condomínio de Armazém Rural no Brasil.

Condomínio	Descrição
A	<i>“Se pegar a região Centro-Oeste é uma região de produtores maiores, então não sei se fica viável você juntar. Acho que cada um lá já tem a sua capacidade. Agora, pegar a região Sul, Santa Catarina (SC), eu até acredito que seja viável, Paraná, só depende de selecionar um grupo aonde tenha confiança, onde tenha empreendedorismo, porque não pode ser um grupo onde um só toque para frente, todo mundo tem que pegar junto.”; “É importante ter uma figura neutra no Condomínio, até essa foi a questão de eu ter sido selecionado, de não ter parentesco com nenhum dos 24 sócios e conhecerem a índole da minha família”; “Mas eu acho que cabe muito Condomínio na região Sul, em SC, principalmente do oeste de SC, lá tem mais regiões microprodutoras... Xanxeré, eu trabalhei um tempo ali, eu vejo que é bem parecido com aqui.”</i>
B	<i>“Não, não tenho conhecimento em outros locais... fora do oeste do Paraná... esse modelo a princípio achei que éramos exclusivo no Brasil. (risos) E as visitas aqui no Condomínio são locais, alguns agricultores de Toledo, vieram visitar nós aqui. Nova Santa Rosa, aqui pertinho. Conhecer o modelo”.</i>
C	<i>“Eu acho que funciona em qualquer lugar. Mas depende da cabeça das pessoas, né.”; “... o nosso aqui se adaptou a nossa região aqui. De repente se for montar lá no Mato Grosso/MT, tem que ver a quantidade de área, mas funciona em qualquer</i>

	<i>lugar.”</i>
D	<i>“a gente vê nossos vizinhos aqui, regiões iguais a nossa, e o pessoal não se junta para construir isso aqui. Então eu não sei porque esse modelo funciona aqui e lá não funciona ou a gente não vê. Porque aqui além dos nossos Condomínios, a gente vê mais, 1, 2, 3...3 a 4 Condomínios cogitando fazer aqui na nossa região.”</i>
E	<i>“Hoje a gente sabe que no país tá faltando armazenamento, e eu acho que falta um pouco talvez da União dos Agricultores. Sem a união deles, se cada um pensa para si, jamais vai montar um Condomínio. Então se existe Condomínio que tá funcionando de acordo, então as pessoas deveriam repensar isso aí, já que falta Armazéns no país.”</i>
F	<i>“Vêm dando certo aqui na região de Palotina e vem crescendo.”</i>
G	<i>“Ele seria muito viável em regiões remotas, necessidade de unir produtores, quando pode dividir o custo entre alguns produtores, os benefícios também serão divididos. Em Terra Roxa também sairá um novo. É importante ter poucos produtores no modelo, até uns 20.”</i>

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Por sua vez, o modelo de Condomínios de Armazéns Rurais é mais procurado por pessoas das regiões de origens dos Condomínios, mas também existem interessados de outras regiões do país. O público que procura geralmente são agricultores que ouviram falar do modelo e buscam visitar os Condomínios de Armazéns Rurais existentes para compreender o funcionamento e a viabilidade, com o intuito de criar um Condomínio.

O entrevistado C relatou interesse e visitas de diferentes perfis para conhecer o modelo, desde agricultores, pessoas de outros estados, e empresas que vendem Silos. O entrevistado D também relatou da divulgação dos Condomínios por empresas que vendem Silos, e citou ainda alunos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o intuito de conhecer especificidades elétricas, já que, são estudantes do curso de Engenharia Elétrica, como também, de colégios agrícolas da região que são estagiários temporários.

Complementarmente, percebeu-se expansão da ação coletiva rural em outras cidades da região Sul, do qual, os entrevistados têm conhecimento de novos Condomínios de Armazéns Rurais ou que estão em fase de construção, como nas proximidades de Marechal Cândido Rondon (PR) e Não-Me-Toque (RS), e nas cidades de Nova Santa Rosa (PR), Terra Roxa (PR) e Sapezal (MT). Contudo, já buscaram informações outros estados, como Minas Gerais (MG) e Mato Grosso do Sul (MS), mas os entrevistados não souberem dizer se realmente criaram Condomínios de Armazéns nesses locais.

Ademais, foi observada uma questão importante quanto ao sucesso do modelo para longo prazo. É importante estar definido no conjunto de regras dos Condomínios (Estatuto), a questão de saída dos membros ou sucessão

familiar/falecimento de algum sócio. Notou-se que o tema pode gerar conflito entre os sócios caso não seja administrado de forma transparente e igualitária entre todos. Dessa forma, é importante deixar regras claras se o Condomínio permite a venda da cota de armazenagem e a valoração desta, bem como, quem tem privilégio de comprar, como por exemplo, outro sócio ou membro externo da sociedade.

Por fim, os incentivos econômicos governamentais tornam-se motivadores para criação e desenvolvimento dos Condomínios de Armazéns Rurais, principalmente via programas de financiamento para armazenagem, e que, estejam em consonância ao perfil do produtor rural e taxas de juros compatíveis. Juntamente, o próprio perfil do produtor rural condiz ao modelo, já que, produtores rurais menores que não tenham condições de ter a própria estrutura de armazenagem são condicionantes para fazer parte do modelo de Condomínio de Armazém Rural e desfrutar das demais vantagens que a ação coletiva traz.

Como dimensionamento do modelo rural Condomínio de Armazém ainda se sugere que a ação coletiva deva atender as necessidades de produtividade e capacidade estática de armazenagem dos produtores sócios, tenha possibilidade de expansão, e seja viável financeiramente para todos os integrantes.

Considerando as perspectivas dos Condomínios de Armazéns e algumas descobertas dessa pesquisa, identificam-se demandas dos próprios condôminos e perspectivas ainda com outros tipos de Condomínios Rurais, como Condomínios de Energia para reduzir custos energéticos e vistas a sustentabilidade; e, Condomínios de Silagem, para compartilhar máquinas, gerar maior eficiência e reduzir custos. Ambos os modelos ainda não existem, apenas os Condomínios de Agroenergia, que transformam dejetos de animais em bioenergia, dessa forma, sugerem-se estudos técnicos e de viabilidade econômico-financeiro sobre o assunto.

4.2 Os Condomínios de Armazéns Rurais sob a ótica da Teoria da Lógica da Ação Coletiva: uma reflexão a partir da Análise de Conteúdo

A teoria da Lógica da Ação Coletiva é clara ao demonstrar que a partir do momento que indivíduos tenham objetivos econômicos, e que esses sejam comuns a todos, uma ação coletiva pode surgir. É nítido esse argumento aos Condomínios de Armazéns Rurais.

O grupo pequeno de produtores rurais com objetivos econômicos comuns é presente no modelo de ação coletiva rural, por meio da armazenagem. Os produtores rurais que tinham o sonho de ter a própria estrutura de armazenagem, como também, usufruir de vantagens do sistema condominial e da armazenagem, além de driblar gargalos logísticos, estruturaram a ação coletiva rural presente no agronegócio brasileiro, por meio da divisão de cotas de armazenagem.

O modelo é de um grupo pequeno, entre 8 e 24 produtores rurais, e que produzem numa área de 4557,14 hectares em média, capaz de gerar receita através da venda da produção e armazenagem. Dessa forma, existe condição financeiro-econômica para viabilizar a estrutura de armazenagem e manter os custos do Condomínio ao longo prazo.

Além disso, os produtores que pertencem ao Condomínio já tinham experiência e/ou conhecimento em outras formas de ações coletivas, sendo que muitos condôminos já faziam parte de outros tipos de modelos coletivos. Contudo, o Condomínio de Armazém Rural, difere desses outros modelos, ao tornar a estrutura de armazenagem um bem comum para todos os produtores rurais sócios, além de promover a comercialização estratégica da produção, venda direta do produto, lucro superior com a venda, ser um modelo menos burocrático, maior poder de decisão sobre seu produto, redução de filas na carga/descarga do armazém e para entrar na unidade, e, os produtores são donos da própria estrutura de armazenagem, sendo que individualmente, esses pequenos e médios produtores não conseguiriam viabilizar a própria estrutura de armazenagem.

Nesse contexto, ser um grupo pequeno, restrito e fechado, como é dos Condomínios de Armazéns Rurais, é fator determinante para o sucesso da ação coletiva. Relações de confiança e amizade entre os sócios, com perfis e ideias semelhantes, contribuíram para o bom andamento das decisões e atividades do modelo.

Notadamente, a estruturação, boa organização e transparência, junto a uma figura neutra para administrar o modelo, e condições financeiro-econômicas, promovem a longevidade e expansão dos Condomínios de Armazéns Rurais, e, competição ao Agronegócio brasileiro.

Vale frisar que as condições políticas e econômicas do país podem incentivar a estruturação e expansão do modelo. Incentivos governamentais, como taxas de juros, crédito rural e programas de financiamento para a armazenagem e perfil dos

produtores rurais pequenos e médios, são estímulos a viabilização dos Condomínios Rurais.

Juntamente a Teoria da Lógica da Ação Coletiva, os Condomínios de Armazéns Rurais, sendo um grupo pequeno, apresentam mais benefícios em relação a grupos maiores. Olson (1965) argumenta que grupos pequenos atingem mais facilmente o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo.

Assim, os objetivos econômicos, a coesão e eficiência, o controle e agilidade das ações, o benefício coletivo, a promoção do interesse individual, os incentivos sociais, os resultados e ausência de *freeriders*, são mais satisfatórios em grupos pequenos. O grupo pequeno também apresenta menos opiniões, divergem menos, são mais fáceis de controlar e organizar, e, as decisões são mais ágeis e fáceis de serem tomadas. Portanto, grupos pequenos apresentam mais vantagens em relação a grupos maiores.

5. Considerações Finais

A partir da Teoria da Lógica da Ação Coletiva esse artigo discutiu e analisou aspectos da ação coletiva rural Condomínio de Armazém no contexto do Agronegócio Brasileiro. Nota-se aproximação do modelo rural Condomínio de Armazém com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva, principalmente visto a lógica e características de pequenos grupos.

Os Condomínios de Armazéns Rurais sob análise de formação de grupos proporcionam inúmeras vantagens, como a viabilização da estrutura de armazenagem de forma coletiva, fortalecimento e maior eficácia do negócio rural e dos produtores, inserção e integração em ambiente competitivo de mercado, benefícios econômicos e benefícios sociais, redução de custos, e, aumento do lucro.

Tal fato explica-se já que em pequenos grupos os objetivos econômicos, a coesão e eficiência, o controle e agilidade das ações, o benefício coletivo, os incentivos sociais, os resultados e a promoção do interesse individual são mais satisfatórios e não há presença de *freeriders*.

Ademais, a partir da Análise de Conteúdo foi possível analisar e discutir o modelo rural Condomínio de Armazém e da Teoria da Lógica da Ação Coletiva em seis categorias. A Categoria 1 descreveu o modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural. Os principais resultados revelam a armazenagem como núcleo do

objetivo comum a todos os produtores rurais condôminos, atividade esta que proporciona sob a ação coletiva demais benefícios como: viabilização da própria estrutura de armazenagem, diluição de custos, materialização com maior força e eficácia de objetivos econômicos, obtenção de maior lucro (venda direta e comercialização estratégica), redução de custos e de gargalos logísticos, e agregação de valor no produto final. Além disso, o modelo Condomínio de Armazém é um grupo pequeno, restrito e fechado, com perfil de produtores que variam entre pequenos e médios para região Sul, e que já conheciam e/ou tinham experiência em outros modelos de ações coletivas rurais, como também, relações de confiança e ideias semelhantes entre si.

A Categoria 2 revelou a percepção e características quanto às diferentes ações coletivas rurais brasileiras. No Agronegócio Brasileiro existem diferentes ações coletivas rurais, especificamente, destacam-se as Cooperativas e Associações Rurais que atuam em atividades de armazenagem, agrícola, pecuária e de crédito rural. Além disso, existem os Condomínios Rurais, ação coletiva rural pouco conhecida e de menor proporção, os quais atuam em diferentes atividades rurais, como na armazenagem, leiteira, suína, cafeeira e agro energética. Nota-se a predominância da cultura Associativista e Cooperativista na região Sul do país, o qual proporciona a criação e desenvolvimento de ações coletivas na região. E percebe-se a importância da união e formação de grupos coletivos para o crescimento e desenvolvimento locais e do Agronegócio, de forma que os objetivos individuais sob a ação coletiva são mais facilmente alcançados e mais eficientes, promovendo vantagens para o indivíduo, para o negócio e para a cadeia produtiva como um todo.

Quanto as principais diferenças entre os Condomínios de Armazéns e as demais ações coletivas rurais da Categoria 2, destacam-se para os Condomínios: a comercialização estratégica, a venda direta do produto, lucro superior com a venda, ser dono da própria estrutura de armazenagem, modelo menos burocrático e eficiente, maior poder de decisão do produtor rural, e, redução de filas para carregamento e descarregamento.

A Categoria 3 discutiu o papel dos Incentivos econômicos e Incentivos sociais para os Condomínios de Armazéns Rurais. Em relação aos Incentivos Econômicos, separou-se entre governamentais e mercadológicos. Os Incentivos Econômicos Governamentais são restritos aos Condomínios de Armazéns, devido as taxas de

juros pouco competitivas e altas para o perfil dos produtores rurais pequenos e médios. Além disso, as taxas de juros aumentaram ao longo dos anos, desestimulando a viabilização de novos armazéns e tornando “caros” os financiamentos para armazenagem. Vale lembrar, que o déficit de armazenagem ainda persiste no país, bem como, a falta de armazéns ocasiona em deixar de usufruir as vantagens da armazenagem e provoca estagnação no setor de armazenagem, de empresas de Silos e afins, e ações coletivas envolvidas.

Já os Incentivos Econômicos mercadológicos destacam-se o lucro a mais, proporcionado pela venda direta – sem intermediário –, e comercialização em qualquer época do ano. Os Incentivos Econômicos são primordiais para a formação e sobrevivência de grupos no mercado, como a própria atividade se manter e gerar lucro ao longo dos anos.

E dos Incentivos Sociais da Categoria 3 exemplificam-se nos Condomínios de Armazéns a união entre os produtores devido a ação coletiva que reflete no melhor relacionamento interpessoal, troca de conhecimentos, crescimento técnico e profissional, geração de empregos, e aprendizados. Assim, características pessoais de cunho social e psicológicos, como respeito e amizade, incentivam os indivíduos a se organizarem em grupos, como em grupos menores os incentivos sociais e ‘pressão social’ são mais facilmente atingidos e eficientes, o que favorece os Condomínios de Armazéns.

A Categoria 4 analisou as características das ações coletivas entre grupos pequenos e grupos grandes. Grupos pequenos apresentam mais vantagens em relação a grupos grandes, são mais eficientes e eficazes, os Incentivos Sociais funcionam melhor, e o benefício coletivo é atingido mais facilmente, teoria explicada devido ao atingimento mais fácil do ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo para Olson (2011). Além disso, grupos pequenos apresentam menos opiniões e assim divergem menos, são mais facilmente controlados e organizados, as decisões são mais ágeis e fáceis de serem tomadas.

Juntamente a esses aspectos da Categoria 4, as ações individuais em grupos menores são mais reconhecidas, os esforços individuais influenciarão mais os resultados finais do grupo do que em grupos grandes e não há presença de *freeriders*. Assim, em grupos pequenos os objetivos econômicos e sociais, o controle e agilidade das ações, a promoção dos interesses individuais, a coesão e eficiência, e, os resultados são mais satisfatórios do que em grupos grandes. Vale citar que

pode ocorrer competição no mercado entre grupos pequenos e grupos grandes, e que tais são benéficas para a organização ser eficiente e eficaz, e buscar melhorias.

A Categoria 5 determinou qualitativamente os condicionantes para os Condomínios de Armazéns Rurais, entre Econômicos, Sociais e Logísticos. Dos determinantes Econômicos para a ação coletiva rural o ganho econômico com a atividade destaca-se, a comercialização do produto – venda direta e lucratividade superior –, a agregação de valor, e o patrimônio na forma de armazém. Dos condicionantes logísticos existem os ganhos logísticos proporcionados pela ausência de filas, fluxo menor e proximidade da unidade armazenadora com a propriedade rural. E por fim, os condicionantes sociais destacam-se na união dos produtores rurais para criar e desenvolver a ação coletiva, a troca de informações, amadurecimento pessoal, fortalecimento da atividade e liberdade com a venda do produto.

Por fim, a Categoria 6 compreendeu as perspectivas do modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural no Brasil. O modelo aproxima-se principalmente de pequenos e médios produtores rurais e de locais com gargalos logísticos e déficit de armazenagem. Os produtores rurais que almejem usufruir das vantagens do Associativismo (das ações coletivas), como da própria armazenagem, também são alvos. Nota-se pouco conhecimento sobre o modelo de Condomínio fora da região de Palotina/PR e que o modelo não é conhecido em todo o país, como também por agentes governamentais e agentes envolvidos no Agronegócio.

Adicionalmente, percebe-se expansão da ação coletiva rural nos últimos anos e recente, principalmente na região Sul do país, que traz características marcantes do Associativismo e produtores rurais com o intuito de se unir.

6. Referências

ABITANTE, K.G. Co-integração entre os mercados spot e futuro: evidências dos mercados de boi gordo e soja. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 01, p. 075-096, jan/mar 2008 – Impressa em abril 2008.

ANJOS, F.S.; MOYANO ESTRADA, E.; CALDAS, N.V. Family farming and economic cooperation: the emergence and decline of agrarian condominiums in Southern Brazil. **Journal of Rural Social Sciences**, v. 26, n. 2, p. 30–51, 2011.

ALMEIDA, C. et al. Analysis of the socio-economic feasibility of the implementation of an agroenergy condominium in western Paraná – Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, 75, p. 601–608, 2017.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: Tecnologia Agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/URGS, 1999.

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos do Agronegócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

BAPTISTA, S.G.; CUNHA, M.B. Estudos de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARICHELLO, R. **Concepção de condomínios de agroenergia: análise e proposta de metodologia para aplicação em áreas de concentração da suinocultura**. 2015. 231 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2015.

BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Financiamentos**. Disponível em: <www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento>. Acesso em dezembro de 2019.

CAPPELLARI, G. et al. Absorptive Capacity: Components And Organizational Mechanisms For Its Development. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 6, 2019.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

DAVIS, J.A.; GOLDBERG, R.A. **A Concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957. p. 4-24.

FILIPPI, A.C.G. **Caracterização e análise da viabilidade de Condomínios de Armazéns Rurais: um estudo Multicaso**. 2017, 204 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FILIPPI, A.C.G. et al. Análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para os Condomínios de Armazéns Rurais. **Informe Gepec**, v. 22, n. 1, p. 43-62, 2018.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P. Análise da viabilidade econômico-financeira de condomínios de armazéns rurais: um estudo multicaso. **Custos e @gronegócio on line**, v. 14, n. 3, Jul/Set - 2018.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P. Novas formas de organização rural: os Condomínios de Armazéns Rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 270-287, 2019.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P.; DINIZ, J.D.A.S. Motivações Para A Estruturação De Condomínios Rurais No Setor De Armazenagem: Uma Revisão Sistemática. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 11, p. 1061, 2018.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P.; CARVALHO, J.M.; REIS, S. A.; CUNHA, C.A. New configurations in Brazilian agribusiness: rural warehouse condominiums. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, v. 10, p. 41-63, 2019.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2009.

FONSECA, V.S.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Edição Especial, art. 3, p. 51-75, 2010.

FRANKE, W. Aspectos jurídicos decorrentes da conceituação da cooperativa como extensão das economias cooperativadas. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, n. 12, p. 11-46, 1982. In: BIALOSKORSKI NETO, S. Gestão do Agribusiness cooperativo. In: Batalha, M; Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, p. 515-545, 1977.

GABAN, A.C; GUARNIERI, P. Identificação de gargalos na logística agroindustrial: revisão sistemática da literatura. In: 53º CONGRESSO DA SOBER, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015.

GARRIDO, L.R.; SEHNEM, S. Gestão associativa no empreendimento rural. **Revista de Administração**, v.5, n.8, p. 65-88, jun. 2006.

GOLAFSHANI, N. Understanding reliability and validity in qualitative research. **The qualitative report**, v. 8, n. 4, p. 597-606, 2003.

GULLO, M.C.R. **Fundo estadual de apoio ao desenvolvimento dos pequenos estabelecimentos rurais-FEAPER: uma análise dos 10 anos, com ênfase no problema da inadimplência**. 2001. 147p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

IGLÉCIAS, W. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política- as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. **Revista de sociologia e política**, n. 28, p. 75-97, 2007.

KIYOTA, N.; PERONDI, M.A.; VIEIRA, J.A.N. Generational succession strategy of family farming: the case of condominium Pizzolatto. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 1, p. 192-211, 2012.

MAEDA, M.Y.; SAES, M.S.M. A lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leópolis. **XII SEMEAD-Seminários em Administração**, 2009.

MANZINI, E.J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em Educação. **Revista Percorso – NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012.

MARTINS, R.S. et al. Decisões estratégicas na logística do agronegócio: compensação de custos transporte-armazenagem para a soja no estado do Paraná. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 53-78, Mar. 2005.

MEDAETS, J.P.P.; CECHIN, A.D. A ação coletiva como facilitador da inovação no manejo orgânico: o caso do Sistema Participativo de Garantia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 118-136, 2019.

MOYANO-ESTRADA, E.; dos ANJOS, F. S. New forms of economic cooperation in family agriculture: the case of condomínios in Santa Catarina, Brazil. **Journal of Rural Cooperation**, v. 29, n. 1, 2001.

MOZZATO, A.R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v.15, n.4, p. 731-747, 2011.

OLIVEIRA, A.L.R. A logística agroindustrial frente aos mercados diferenciados: principais implicações para a cadeia da soja. **Informações Econômicas**, SP, v. 41, n. 6, jun. 2011.

OLIVO, C.J. **Sustentabilidade de condomínios rurais formados por pequenos agricultores familiares: análise e proposta de modelo de gestão**. 2000. 269 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

OLIVO, C.J.; POSSAMAI, O. Análise da sustentabilidade de Condomínios Rurais formados por agricultores familiares. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, ano VIII, jan/dez 2000.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action**: publicgoods and the theory of groups. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Edusp, 2011.

ORTEGA, A.C.; JESUS, C.M. Território, certificação de procedência e a busca da singularidade: o caso do Café do Cerrado. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, outubro de 2011.

DE PAULA, G. et al. Suinocultores da agricultura familiar do município de Marechal Cândido Rondon (PR). **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p.19-26, 2011.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 119-140, 2015.

SAES, M.S.M. Organizações e Instituições. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. 3ª reimpr. da 1ª ed. de 2000. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SILVA, M.G.; DIAS, M.M.; SILVA, S.P. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 229-248, 2014.

TESCHE, R.W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores**

de leite do município de Sete de Setembro/RS. 2008, p. 147. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 54, v.3, p. 413-436, 2016a.

WENNINGKAMP, K.R.; SCHMIDT, C.M. Teorias da ação coletiva no campo do Agronegócio: uma análise a partir de teses e dissertações (1998-2012). **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, n. 35, p. 307-343, jul/set 2016b.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, p. 385-420, Setembro, 2005.

ARTIGO 3: FATORES DETERMINANTES DO MODELO DE AÇÃO COLETIVA CONDOMÍNIO DE ARMAZÉM RURAL

Resumo: Esse artigo investigou quais motivos determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural, do tipo Condomínio de Armazém Rural por meio de uma análise quantitativa sob perspectiva dos produtores rurais e Teoria da Lógica da Ação Coletiva. Nesse intuito, foram realizadas Análise Estatística, Análise de Correspondência Múltipla e de Correlação. Os resultados indicam os principais fatores motivadores para o modelo Condomínio de Armazém Rural por meio de variáveis Sociais, Logísticas, Políticas, Econômicas, Gestão e da Lógica da Ação Coletiva. Dentre esses, a Lógica da Ação Coletiva resultou em maior carga para as dimensões e maior número de variáveis determinantes, sendo decisórias: (i) Ações Coletivas menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo; (ii) os produtores rurais agem em comum para promover interesses; (iii) num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados; e, (iv) quanto menor o grupo coletivo, mais perto o indivíduo estará de atingir os benefícios coletivos. Já as correlações evidenciam relações mais fortes entre redução de custo com frete e redução de custo com transporte (0,833); e, entre a falta de linhas de financiamento para pequenos e médios produtores e falta de linhas de financiamento para a armazenagem agrícola (0,741).

Palavras-chave: Análise de Correspondência Múltipla. Determinantes. Lógica da Ação Coletiva. Condomínios de Armazéns Rurais.

Abstract: *This article investigated what reasons determine the choice of the Rural Collective Action model, of the Rural Warehouse Condominium type through a quantitative analysis from the perspective of rural producers and Collective Action Logic Theory. For this purpose, Statistical Analysis, Multiple Correspondence Analysis and Correlation were performed. The results indicate the main motivating factors for the Rural Warehouse Condominium model through Social, Logistic, Political, Economic, Management and Collective Action Logic variables. Among these, the Logic of Collective Action resulted in a greater burden for the dimensions and a greater number of determining variables, being decisive: (i) Lesser Collective Actions are easier to promote collective interest; (ii) rural producers act in common to*

promote interests; (iii) in a small collective group, individual efforts will influence results more; and, (iv) the smaller the collective group, the closer the individual will be to achieving collective benefits. The correlations show stronger relationships between cost reduction with freight and cost reduction with transport (0.833); and, between the lack of financing lines for small and medium producers and the lack of financing lines for agricultural storage (0.741).

Keywords: *Multiple Correspondence Analysis. Determinants. Collective Action Logic. Rural Warehouse Condominiums.*

1. Teoria da Lógica da Ação Coletiva e Condomínios de Armazéns Rurais: quais fatores são determinantes?

Grupos de indivíduos com objetivos comuns, que tenham ao menos algum tipo de objetivo comum, como o econômico, tendem a promover esses interesses através do coletivo. É esse desfecho que resume o que Mancur Olson (1965) apresentou em sua teoria sobre a Lógica da Ação Coletiva e discutido no Artigo 2.

Assim, a Teoria da Lógica da Ação Coletiva descreve que a partir do momento que existe um certo número de indivíduos com mesmo interesse comum ou coletivo, a ação individual independente não terá condições de promover o interesse comum ou não será capaz de promover tal objetivo adequadamente. Dessa forma, o grupo, sob a forma de Ação Coletiva terá mais chances de promover o interesse comum e será capaz de atingir efetivamente tal objetivo.

Os Condomínios de Armazéns Rurais evidenciam-se nesse cenário. É nítido observar que o novo modelo rural brasileiro emerge a partir de interesses individuais do campo que se materializam sob interesses coletivos numa mesma Ação, ao passo do principal objetivo, que não é o único visto outros objetivos comuns e vantagens que os Condomínios proporcionam, da viabilização da estrutura de armazenagem.

Complementarmente, vale destacar uma diferenciação entre grupos pequenos e grupos grandes na Teoria da Lógica da Ação Coletiva. Segundo Olson (1965), grupos pequenos apresentam vantagens em relação a grupos grandes. Quanto menor for o grupo, mais perto ele ficará de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo e mais provável o indivíduo agir para obter uma quantidade

mínima desse benefício. Em síntese, quanto menor for o grupo, mais ele promoverá seus interesses coletivos, e dessa forma, uma organização com menor número de integrantes será mais eficaz e eficiente.

Olson (1965) descreve também que em grupos menores, os incentivos sociais e econômicos são indutores para tornar a Ação Coletiva mais eficiente e eficaz. Isso ocorre pela pressão social e porque incentivos sociais funcionam melhor em pequenos grupos, visto todos se conhecerem uns aos outros. Essa é uma das características que Olson (1965) defende para que Grandes organizações tenham repartições e divisões, ou seja, garantir melhor funcionamento a partir de pequenos grupos. Os Condomínios de Armazéns Rurais se enquadram como pequenos grupos e esse artigo determinou através de procedimentos e técnicas quantitativas quais motivos promovem a Lógica da Ação Coletiva por esse novo modelo de Ação Coletiva Rural Brasileira.

2. Metodologia

Fundamentado na Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965), esse artigo investigou quais motivos determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural Condomínio de Armazém, cujo procedimento técnico *survey* foi o instrumento questionário (**Apêndice B**), e analisado através da Estatística e Análise de Correspondência Múltipla.

O questionário foi elaborado a partir da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965) e com base em Filippi (2017), trabalhos primários sobre os assuntos e que estruturaram a base teórica do questionário. Quanto a escala, foi usada escala Likert (1932) de 5 pontos (1-5): (i) discordo totalmente (1); (ii) discordo (2); (iii) nem discordo, nem concordo (3); (iv) concordo (4); e, (v) concordo totalmente (5).

Likert (1932) desenvolveu uma escala capaz de medir respostas e atitudes através de pontos, que variam de 1 a 5 para respostas qualitativas que aparentemente não poderiam ser medidas. Sua técnica é usada em larga escala nas Ciências Sociais e principalmente para medir atitudes sociais, em que, a técnica associa números aos níveis de concordância (LIKERT, 1932; COSTA; ORSINI; CARNEIRO, 2018). Corrar, Paulo e Dias Filho (2012) relatam que a escala Likert

também visa registrar a relação de preferência ou concordância com as afirmações e o grau da relação de preferência ou concordância.

Quanto à variação escolhida nesse questionário, optou-se entre 1 a 5, isto é, a escala original. Segundo Barboza et al. (2018) o uso de escalas com qualquer número de pontos é capaz de gerar bons resultados para pesquisas, sendo que a decisão final será do pesquisador quanto ao número de pontos.

Além disso, a escala Likert de 5 pontos é de fácil interpretação aos respondentes. De acordo com Dalmoro e Vieira (2014), a escala de cinco pontos é precisa, sendo mais fácil e mais veloz quanto ao seu uso, comparado a uma escala de sete ou três pontos, sendo que a escala de três pontos os resultados são menos confiáveis e tem menor capacidade de demonstrar a opinião do entrevistado com precisão. Vale lembrar que a escala original de 5 pontos é diferente da escala intervalar de 7 pontos (PIRES; COSTA FILHO, 2008).

Ademais, o questionário foi desenvolvido e dividido em seis blocos, perguntas fechadas: (i) social; (ii) logística e infraestrutura; (iii) econômico; (iv) político; (v) lógica da ação coletiva; e, (vi) gestão e qualidade. Cada bloco há diferentes perguntas/afirmações para os entrevistados responderem, divididos em códigos (S1, S2, S3, S4, S5, S6 e S7 etc), conforme exemplificado pelo bloco “Social”(Quadro 15). Logo, a fim de operacionalizar a análise dos dados foi usado o pacote computacional *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22.

Quadro 15 – Bloco Social do Questionário.

Bloco	Código	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	nem discordo, nem concordo	concordo	concordo totalmente
			1	2	3	4	5
Social	S1	O Condomínio de Armazém Rural gera empregos					
	S2	O Condomínio de Armazém Rural é mais competitivo.					
	S3	O Condomínio de Armazém Rural fortalece a atividade rural.					
	S4	O Condomínio de Armazém Rural possibilita enfrentar crises sociais e econômicas.					
	S5	O Condomínio de Armazém Rural facilita o acesso a novas tecnologias/modernização.					
	S6	O Condomínios de Armazém Rural permite ter a própria estrutura de armazenagem.					
	S7	Há facilidade com o trabalho através do Condomínio de Armazém Rural.					

Quanto à coleta de dados, ocorreram nos meses de julho, agosto e setembro de 2019, com agendamento prévio e autorização dos Condomínios de Armazéns Rurais, nas cidades de Palotina, Mercedes e Francisco Alves, estado do Paraná; e,

na cidade de Ipiranga do Sul, estado do Rio Grande do Sul. Os questionários foram enviados via e-mail para os gerentes dos Condomínios, impressos e aplicados com os produtores rurais dos Condomínios de acordo com a disponibilidade de cada condômino, sendo que a recolha dos questionários se deram nas datas das visitas, dias 16/09/2019, 23/09/2019, 24/09/2019 e 25/09/2019, aproveitando a aplicação das entrevistas do Artigo 2. Posteriormente foi realizada tabulação dos dados no Excel, operacionalização no SPSS e análises.

A amostra foi definida por conveniência e acessibilidade, conforme explicado na sessão introdutória dessa tese, isto é, não existe cadastro e nem informações sobre localização dos Condomínios e foi observado maior concentração deles na região de Palotina/PR. Tal amostra foi constituída de 74 questionários respondidos, isto é, um retorno de 65,49%, de um total de 113 condôminos. Para o tamanho da amostra é recomendável pelo menos 50 observações, sendo 100 casos para resultados mais robustos (HAIR et al., 2009). Assim, amostras entre 50 e 100 casos são suficientes. O Quadro 16 detalha a ficha técnica e amostragem dos Condomínios de Armazéns Rurais.

Quadro 16 – Ficha Técnica e amostragem dos Condomínios de Armazéns Rurais.

Data visita	Cidade/Estado	Nome do Condomínio	Número de condôminos	Questionários respondidos
16/09/2019	Ipiranga do Sul(RS)	A	24	14
23/09/2019	Mercedes(PR)	B	19	13
23/09/2019	Palotina(PR)	C	8	2
24/09/2019	Francisco Alves(PR)	D	16	11
24/09/2019	Palotina(PR)	E	14	9
25/09/2019	Palotina(PR)	F	15	12
25/09/2019	Palotina(PR)	G	17	13
TOTAL QUESTIONÁRIOS			113	74
Retorno da % questionários respondidos				65,49%

Subsequentemente, os dados foram analisados através de estatística descritiva e Análise de Correspondência Múltipla (ACM) com auxílio do SPSS, sendo complementarmente, verificada frequência das respostas (FIELD, 2009; TRIOLA, 2017), confiabilidade e correlações.

A Análise de Correspondência Múltipla é uma técnica estatística multivariada interdependente de dados que objetiva analisar simultaneamente as associações entre variáveis de um estudo (HAIR et al., 2009). Carvalho (2008) descreve que além de ser útil para abordagens simultâneas de múltiplos indicadores, a técnica é

particularmente apropriada para o tratamento de variáveis qualitativas num processo de quantificação.

Na Análise Multivariada, analisando simultaneamente múltiplas variáveis – medidas de indivíduos ou objetos sob estudo – em um único relacionamento ou conjunto de relações, pode apresentar diferentes tipos, que são divididas entre (a) técnicas dependentes, caso que existe uma variável dependente e outra variável remanescente independente: Análise de Correlação Canônica, Análise Multivariada de Variância, Regressão Múltipla, Análise Conjunta, Análise Discriminante Múltipla e Modelos Lineares de Probabilidade; ou, (b) técnicas independentes, as quais todas as variáveis são analisadas em um conjunto único: Análise Fatorial, Análise Fatorial Confirmatória, Análise de Agrupamentos, Escalonamento Multidimensional e Análise de Correspondência (HAIR et al., 2009). Nessa tese, é utilizada a Análise de Correspondência, pois é a mais adequada para o estudo, visto a estrutura das relações serem entre objetos e os atributos medidos serem não-métricos. A equação 1 evidencia a variável estatística para estudos multivariados (HAIR et al., 2009):

$$\text{Valor da variável estatística} = w_1X_1 + w_2X_2 + w_3X_3 + \dots + w_nX_n \quad (1)$$

Onde: A variável estatística de n variáveis ponderadas (X_1 até X_n), X_n é a variável observada e w_n é o peso determinado pela técnica multivariada.

Dessa forma, o resultado representa uma combinação do “conjunto inteiro” de variáveis que atingirá da melhor forma o objetivo da análise multivariada (HAIR et al., 2009).

Adicionalmente, a Análise de Correspondência resulta no mapeamento perceptual de objetos para necessidades de pesquisas em “*quantificar dados qualitativos*” que são encontrados em variáveis nominais. O resultado pode ser observado graficamente através de um “mapa perceptual” com dimensões, que é uma representação visual das relações/percepções que um entrevistado tem sobre objetos em duas ou mais dimensões, visando retratar correspondência de categorias ou variáveis (HAIR et al., 2009). Nessa representação gráfica, pode haver perfis aglomerados de variáveis, oposições entre elas, e/ou proximidade/distância da origem. A distância entre os pontos demonstra relações de semelhança ou diferença e correspondências ou não (CARVALHO, 2008).

Vale ressaltar que uma dimensão é a representação da percepção de um indivíduo no que se refere a atributos ou combinações destes (HAIR et al., 2009). Sendo, que as dimensões mais representativas são as duas primeiras, já que apresentam valores de inércia maiores, e, portanto, quanto mais perto do limite superior que varia entre 0 e 1, mais a variância é explicada, isto é, quando mais próxima de 1 mais a dimensão é representativa e determinante, e, graficamente quanto mais projeções distantes e do ponto de origem, mais fortes são indicadores do motivo que quer se explicar (CARVALHO, 2008). Assim, são apresentados nos resultados a tabela com as Medidas de Discriminação – indicador que avalia a contribuição de cada variável na definição de dimensões –, e considerado posteriormente o valor de 0,3 como corte ou próximas de 1, para determinar quais as afirmações são as mais representativas nessa pesquisa, bem como, o mapa perceptual.

Além disso, a Análise de Correspondência pode ser (i) simples, forma de análise de correspondência (relação) entre duas variáveis; ou, (ii) múltipla, forma de análise da relação entre três ou mais variáveis. Nessa tese, é adequada à Correspondência Múltipla e busca estudar a correspondência num conjunto de variáveis.

Ademais, para a análise de confiabilidade dos dados foi usado o Alfa de Cronbach. De acordo com Hair et al. (2009) e Corrar, Paulo e Dias Filho (2012) o Alfa de Cronbach visa avaliar a consistência da escala e revela ausência de erro aleatório, sendo que varia entre 0 e 1, com 0,7 o mínimo aceitável e quanto mais próximo de 1, maior é a fidedignidade das dimensões do construto (*survey*) e satisfatória para aplicar a análise multivariada. Assim, o Alfa de Cronbach revela a confiabilidade do questionário aplicado numa pesquisa, dando relevância para a pesquisa e consistência nas mensurações (HAIR et al., 2009; CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012), e indica a qualidade de ajuste do modelo por dimensão, se as dimensões apresentam bom ajustamento (CARVALHO, 2008). A equação 2 evidencia o modelo matemático do Alfa de Cronbach (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012):

$$\alpha = \frac{k(cov/var)}{1 + (k - 1)(cov/var)} \quad (2)$$

Onde: k é o número de variáveis consideradas; cov é a média das covariâncias; e, var é a média das variâncias.

Após encontradas as variáveis mais significativas para o modelo rural, foi elaborada uma matriz de correlações entre elas. A matriz de correlação mostra as relações entre variáveis e o quão forte pode ocorrer a associação de determinada variável com outra (RIBAS; VIEIRA, 2011). Assim, quanto mais próximo de 1, mais intensa é a correlação de uma variável com outra. Caso seja positiva, a correlação é diretamente proporcional, isto é, o respondente concorda com uma afirmação e concorda com outra também. Caso seja negativa, a correlação é inversamente proporcional, isto é, o respondente concorda com uma afirmação, mas não concorda com outra.

Juntamente com a análise de correlação, foi determinado o Coeficiente de Correlação Intraclasse para saber a consistência ou concordância dos valores (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012). Quanto mais próximo de 1, mais forte a consistência.

4. Resultados

4.1 Estatística Descritiva

Os Quadros a seguir evidenciam a frequência de respostas dos produtores rurais pertencentes aos Condomínios de Armazéns Rurais aplicados através de *survey* (Apêndice B). Com base nas frequências das respostas, alguns resultados se destacam dentre os blocos. O Quadro 17 evidencia a percepção dos condôminos no bloco social.

Quadro 17 – Frequência das respostas dos condôminos bloco social.

Bloco	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
		1	2	3	4	5
Social	O Condomínio de Armazém Rural gera empregos	0,0%	0,0%	0,0%	45,9%	54,1%
	O Condomínio de Armazém Rural é mais competitivo.	0,0%	1,4%	2,7%	31,1%	64,9%
	O Condomínio de Armazém Rural fortalece a atividade rural.	0,0%	0,0%	1,4%	32,4%	66,2%

O Condomínio de Armazém Rural possibilita enfrentar crises sociais e econômicas.	2,7%	2,7%	12,3%	46,6%	35,6%
O Condomínio de Armazém Rural facilita o acesso a novas tecnologias/modernização.	0,0%	2,7%	12,2%	50,0%	35,1%
O Condomínio de Armazém Rural permite ter a própria estrutura de armazenagem.	0,0%	0,0%	0,0%	31,1%	68,9%
Há facilidade com o trabalho através do Condomínio de Armazém Rural.	0,0%	1,4%	4,1%	47,3%	47,3%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quanto às características sociais, as respostas dos condôminos evidenciam maior unanimidade quanto a: i) o Condomínio proporciona maior geração de empregos; ii) o modelo rural é mais competitivo; iii) o Condomínio fortalece a atividade rural, e, iv) através do Condomínio os produtores rurais podem ter a própria estrutura de armazenagem.

Tais respostas representam respectivamente 54,1%, 64,9%, 66,2% e 68,9%, sendo aspectos sociais que se destacam na visão dos produtores rurais que fazem parte do modelo rural Condomínio de Armazém Rural. Ter a própria estrutura de armazenagem é um dos principais objetivos do modelo rural Condomínio de Armazém Rural, assim, percebe-se que a frequência de respostas é alta entre os condôminos (68,9%), juntamente com o fortalecimento da atividade em conjunto e o modelo ser mais competitivo no mercado visto as vantagens e benefícios que a ação coletiva proporciona.

O Quadro 18 evidencia a percepção dos condôminos no bloco logística e infraestrutura.

Quadro 18 – Frequência das respostas dos condôminos bloco logística e infraestrutura.

Bloco	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
		1	2	3	4	5
Logística e Infraestrutura	O Condomínio de Armazém Rural reduz custos com transporte.	0,0%	12,2%	18,9%	33,8%	35,1%
	O Condomínio de Armazém Rural reduz custo de fretes.	0,0%	9,5%	20,3%	41,9%	28,4%
	O Condomínio de Armazém Rural reduz custos de armazenagem.	1,4%	5,5%	17,8%	47,9%	27,4%
	O Condomínio de Armazém Rural reduz tempo ocioso perdido em filas de armazéns de terceiros.	0,0%	1,4%	4,1%	24,3%	70,3%
	Regiões com déficit de armazenagem são potenciais para criação de Condomínios de Armazéns.	0,0%	1,4%	5,5%	43,8%	49,3%
	Condomínios de Armazéns Rurais reduzem a distância entre a unidade armazenadora e o local produtivo.	0,0%	1,4%	20,3%	48,6%	29,7%

	O Condomínio de Armazém Rural reduz o déficit em armazenagem.	0,0%	0,0%	2,7%	55,4%	41,9%
	As operações logísticas de distribuição são mais simples com os Condomínios de Armazéns Rurais.	0,0%	4,1%	21,6%	62,2%	12,2%
	Há redução de gargalos (problemas) logísticos com os Condomínios de Armazéns Rurais.	0,0%	1,4%	16,2%	59,5%	23,0%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Para a característica logística e infraestrutura, os Condomínios de Armazéns Rurais se destacam com: i) a redução do déficit em armazenagem; ii) as operações logísticas de distribuição são simplificadas e, iii) ocorre redução de gargalos logísticos, com respectivamente, 55,4%, 62,2% e 59,5% de resposta para os condôminos.

Diferentemente para os produtores rurais, os Condomínios de Armazéns Rurais apresentam baixa frequência para a redução dos custos com transporte e redução de custo com frete, com 12,2% e 9,5% apenas. Tal fato ocorre já que o modelo de Condomínio de Armazém Rural tem como principal atividade logística a armazenagem, dessa forma, implica pouco em outros aspectos logísticos, como no transporte e frete, de forma que o custo do frete se insere no custo do transporte. Assim, os respondentes não percebem que o Condomínio proporciona redução significativa para os custos de transporte e frete, mas principalmente, para reduzir gargalos logísticos, como o déficit em armazenagem e as operações logísticas de distribuição.

O Quadro 19 evidencia a percepção dos condôminos no bloco político.

Quadro 19 – Frequência das respostas dos condôminos bloco político.

Bloco	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
		1	2	3	4	5
Político	Faltam políticas públicas para os Condomínios de Armazéns Rurais.	0,0%	17,6%	20,3%	41,9%	20,3%
	Faltam linhas de financiamento para os Condomínios de Armazéns Rurais.	6,8%	34,2%	13,7%	37,0%	8,2%
	Faltam linhas de financiamento para a armazenagem agrícola.	6,8%	32,4%	24,3%	29,7%	6,8%
	Faltam linhas de financiamento para pequenos e médios produtores.	9,5%	31,1%	24,3%	24,3%	10,8%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Dos aspectos políticos, 62,2% dos condôminos concordam que faltam políticas públicas específicas para os Condomínios de Armazéns Rurais. Quanto as linhas de financiamento, os condôminos tiveram a frequência de respostas divididas, em torno de 40,2% dos condôminos acham que não faltam linhas de financiamento para os Condomínios, para a armazenagem agrícola e para pequenos e médios produtores. Em compensação, 38,93% dos condôminos, consideram que faltam linhas de financiamento, principalmente para os Condomínios de Armazéns Rurais.

Atualmente, a principal linha de financiamento para armazenagem é o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), e que na visão de alguns condôminos não supre todas as condições que eles necessitam, principalmente com ênfase no modelo relativamente novo que são os Condomínios de Armazéns Rurais. Vale frisar ainda a particularidade da capacidade estática, área e produtividade do perfil dos produtores rurais que fazem parte desse modelo, no tocante para elaboração e foco de políticas públicas específicas para esse público alvo e para armazenagem, juntamente ao custo alto para viabilizar a composição do modelo.

O Quadro 20 evidencia a percepção dos condôminos no bloco econômico.

Quadro 20 – Frequência das respostas dos condôminos bloco econômico.

Bloco	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
		1	2	3	4	5
Econômico	O Condomínio de Armazém Rural reduz custos.	0,0%	1,4%	6,8%	66,2%	25,7%
	O Condomínio de Armazém Rural aumenta o lucro.	0,0%	0,0%	1,4%	40,5%	58,1%
	O Condomínio de Armazém Rural agrega valor ao produto.	1,4%	0,0%	8,1%	33,8%	56,8%
	O Condomínio de Armazém Rural facilita a comercialização da produção.	0,0%	0,0%	8,2%	49,3%	42,5%
	O Condomínio de Armazém Rural permite a compra coletiva de insumos.	0,0%	4,1%	18,9%	45,9%	31,1%
	O Condomínio de Armazém Rural permite inserir o negócio em economias de larga escala.	0,0%	4,1%	24,3%	58,1%	13,5%
	A implantação de um Condomínio de Armazém Rural é de alto custo.	1,4%	2,7%	16,2%	50,0%	29,7%
	A aquisição de sementes e insumos através do Condomínio de Armazém Rural reduz custos.	0,0%	4,1%	18,9%	62,2%	14,9%
	Elimina-se a figura do intermediário (atravessador) na comercialização do produto.	0,0%	10,8%	17,6%	47,3%	24,3%
	O custo para viabilizar o Condomínio de Armazém Rural é diluído entre todos os sócios.	0,0%	0,0%	1,4%	44,6%	54,1%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quanto aos aspectos econômicos destaca-se que o modelo Condomínio de Armazém Rural reduz custos, com 92% de concordância entre os sócios; aumenta o lucro, com 98,6% de concordância; agrega valor ao produto, com 90,5% de concordância; facilita a comercialização da produção, com 91,8%; e, o custo para viabilizar o empreendimento é diluído entre todos os sócios, com quase 100% de concordância. Tais características são de suma importância para a viabilização econômico-financeira e sucesso do modelo, já que, a atividade econômica deve ser rentável e lucrativa para todos os sócios, como a divisão das vantagens e benefícios já que fazem parte de uma ação coletiva.

Nesse sentido, o modelo ainda gera uma das principais vantagens, que é o aumento do lucro para cada sócio através da venda da produção por meio do Condomínio de Armazém Rural, sendo caracterizada pela comercialização sem intermediário, o produto de maior qualidade e sem gargalos logísticos, aspectos esses que contribuem para o lucro superior aos produtores rurais através do modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural.

O Quadro 21 evidencia a percepção dos condôminos no bloco gestão e qualidade.

Quadro 21 – Frequência das respostas dos condôminos bloco gestão e qualidade.

Bloco	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
		1	2	3	4	5
Gestão e Qualidade	Práticas de Gestão e reuniões garantem o sucesso do modelo.	0,0%	0,0%	0,0%	44,6%	55,4%
	Existe padronização de sementes para garantir a qualidade do produto nos Condomínios.	0,0%	16,2%	21,6%	48,6%	13,5%
	Existe maior agilidade para entregar o produto/vender com o Condomínio de Armazém Rural.	0,0%	1,4%	5,4%	58,1%	35,1%
	O relacionamento interpessoal entre os condôminos pode gerar desentendimentos.	1,4%	8,1%	20,3%	52,7%	17,6%
	Pode existir corrupção nos Condomínios de Armazéns Rurais.	6,8%	6,8%	18,9%	54,1%	13,5%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Adicionalmente, no quesito Gestão e Qualidade, os condôminos foram unânimes que práticas de gestão e reuniões garantem o sucesso do modelo. Tais

medidas asseguram que o Estatuto do Condomínio seja cumprido, como também, o bom relacionamento entre os sócios, funcionários e clientes. Além disso, as reuniões auxiliam com a tomada de decisões para comercialização da produção, plantio, compra coletiva de insumos, funcionamento do modelo, e, possíveis ampliações.

Nota-se ainda para gestão do empreendimento, que 93,2% dos condôminos concordam que existe maior agilidade para entregar o produto/vender com o Condomínio de Armazém Rural. Um dos principais motivos para isso é a eficiência na carga e descarga do armazém, sem que haja formação de filas. Aspecto esse que facilmente geram gargalos logísticos, como atrasos e filas, em épocas de pico de safra em outros armazéns.

Por fim, o Quadro 22 apresenta as frequências mais significativas para o bloco da Lógica da Ação Coletiva, organizadas de acordo com a intensidade para discordar ou concordar com as variáveis.

Quadro 22 – Frequência das respostas dos condôminos Teoria da Lógica da Ação Coletiva.

Bloco	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
		1	2	3	4	5
Teoria da Lógica da Ação Coletiva	Os Condomínios de Armazéns Rurais só funcionam com pequenos produtores rurais.	22,2%	44,4%	22,2%	8,3%	2,8%
	Os produtores rurais participam apenas do modelo de ação coletiva do tipo Condomínio de Armazém.	8,2%	41,1%	20,5%	24,7%	5,5%
	O Condomínio de Armazém Rural proporciona vantagens aos sócios.	0,0%	0,0%	0,0%	57,5%	42,5%
	O Condomínio de Armazém Rural reduz as desvantagens do meio rural aos sócios.	2,8%	8,3%	4,2%	68,1%	16,7%
	O objetivo comum dos Condomínios de Armazéns Rurais é a estrutura de armazenagem.	1,4%	8,2%	8,2%	58,9%	23,3%
	Por ser um grupo pequeno os Condomínios apresentam mais vantagens em relação a grupos maiores.	6,8%	24,3%	24,3%	29,7%	14,9%
	Organizações menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo.	2,7%	17,6%	20,3%	45,9%	13,5%
	Há objetivos econômicos comuns entre os produtores rurais do Condomínio de Armazém Rural.	0,0%	1,4%	4,1%	64,9%	29,7%
	Há interesses comuns entre os produtores rurais do Condomínio de Armazém Rural.	0,0%	0,0%	5,5%	67,1%	27,4%
	Os produtores rurais agem em comum para promover interesses.	1,4%	2,7%	15,1%	61,6%	19,2%
	As organizações perecem quando não promovem os interesses de seus sócios.	0,0%	11,1%	13,9%	47,2%	27,8%
	Grupos menores tem mais vantagens em relação a grupos maiores.	4,1%	32,9%	30,1%	23,3%	9,6%
	Num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados finais.	1,4%	23,3%	16,4%	43,8%	15,1%

O grupo coletivo Condomínio de Armazém Rural tem maior eficiência.	0,0%	0,0%	9,5%	66,2%	24,3%
Quanto menor for o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos.	2,7%	23,0%	24,3%	41,9%	8,1%
O esforço individual de alguém num grupo menor será mais efetivo.	0,0%	21,9%	21,9%	46,6%	9,6%
Incentivos econômicos e sociais promovem a formação de grupos.	1,4%	2,7%	21,9%	56,2%	17,8%
Respeito, amizade e prestígio promove a formação de grupos.	0,0%	0,0%	1,4%	44,6%	54,1%
A pressão social em grupos faz com que regras e obrigações sejam mais facilmente cumpridas.	0,0%	4,1%	12,2%	62,2%	21,6%
Grupos menores atingem mais facilmente o benefício coletivo.	1,4%	21,9%	21,9%	39,7%	15,1%
Os objetivos econômicos comuns se materializam com maior força e eficácia através da ação coletiva.	0,0%	2,7%	5,4%	56,8%	35,1%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Do quadro de frequência sobre a Lógica da Ação Coletiva, a variável mais representativa para discordar “*Os Condomínios de Armazéns Rurais só funcionam com pequenos produtores rurais*” foi a que chamou mais a atenção, com 56,6% de respostas que discordam. Tal constatação, obtida com a resposta dos condôminos, reflete a diversidade do perfil dos produtores rurais que formam o Condomínio, entre pequenos e médios, de acordo com a região. Além disso, o modelo rural sendo composto não só por pequenos produtores, com exceção de grandes produtores que poderiam ter a própria estrutura de armazenagem, viabiliza financeiramente toda a estrutura de armazenagem e gastos com o modelo. Estrutura de armazenagem essa, que é um dos principais objetivos comuns do modelo, conforme 82,2% de concordância.

Além disso, em relação a grupos menores e grupos maiores, os produtores rurais discordam em 31,1% que grupos menores apresentam mais vantagens em relação a grupos maiores; 25,7% discordam que quanto menor for o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos; e, 21,9% discordam que o esforço individual num grupo menor será mais efetivo.

Na Teoria da Lógica da Ação Coletiva, conforme Olson (1965), grupos menores apresentam mais vantagens em relação a grupos maiores, pois o grupo ficará mais próximo de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo. No modelo de grupos menores e para o caso dos Condomínios de Armazéns Rurais isso se deve porque os grupos menores são mais eficientes e eficazes, os Incentivos Sociais funcionam melhor, o benefício coletivo é atingido mais facilmente,

apresentam menos opiniões e assim divergem menos, são mais facilmente controlados e organizados, as decisões são mais ágeis e fáceis de serem tomadas.

Vale lembrar que o modelo rural traz consigo diversas vantagens de uma ação coletiva, e, portanto, a viabilização financeira não é a única indutora para criar um Condomínio de Armazém Rural. Assim, outras vantagens são proporcionadas para grandes produtores também, como sociais, econômicas e políticas. Tal fato evidencia-se em 100% de concordância entre os condôminos que o Condomínio de Armazém Rural proporciona vantagens aos sócios, as quais, grande maioria são devido a Ação Coletiva quanto a existir objetivos e incentivos econômicos e sociais comuns, e, a promoção e interesses comuns, sendo destaque para os produtores a importância de ter objetivos econômicos comuns entre eles, com 94,6% de concordância.

Nesse sentido, quanto à Lógica da Ação Coletiva, destacam-se tais benefícios de maior concordância entre os produtores rurais: (i) o Condomínio de Armazém Rural reduz as desvantagens do meio rural aos sócios, com 84,7% de concordância; (ii) o grupo coletivo Condomínio de Armazém Rural tem maior eficiência, com 90,5% de concordância; e, (iii) os objetivos econômicos comuns se materializam com maior força e eficiência através da ação coletiva, com 92% de concordância.

Outras características que convergem com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva e tem alta concordância entre os condôminos são as relações de respeito, amizade e prestígio que auxiliam na promoção da formação de grupos, com 98,6%; e, a pressão social em grupos que faz com que regras e obrigações sejam mais facilmente cumpridas, com 83,8%.

Adicionalmente, em torno de 74% consideram que os incentivos econômicos e os incentivos sociais promovem a formação de grupos. Esses dois aspectos são de destaque para a estruturação de Condomínios de Armazéns Rurais e para os condôminos, visto que do ponto de vista econômico uma atividade necessita gerar lucro para se manter, juntamente ao fato dos Condomínios poderem comercializar a própria produção e em qualquer época do ano, mais a renda superior com a venda do produto, e diluição do custo em viabilizar a estrutura de armazenagem no grupo. Objetivos econômicos comuns que se materializam com maior força e eficácia através da ação coletiva, conforme pesquisa e Teoria.

No caso dos incentivos sociais, é nítida a união dos produtores através dos Condomínios que proporcionam melhor relacionamento interpessoal, troca de

conhecimentos, crescimento técnico e profissional, geração de empregos e aprendizados. Através delas ainda existe o respeito e amizade entre os produtores e facilidade para cumprir regras e obrigações por meio da '*pressão social*' numa ação coletiva para alcançar o benefício coletivo.

Por fim, quase 50% dos produtores rurais responderam que discordam quanto a participar apenas de uma ação coletiva, como o Condomínio. A maioria dos condôminos, além de participar dos Condomínios de Armazéns, também participa de outras ações coletivas rurais na região, como Cooperativas.

De alguma forma, os diferentes tipos de ações coletivas rurais geram competição benéfica entre elas, e entre outros empreendimentos e empresas. Com o atual cenário cada vez mais competitivo e dinâmico, os grupos e organizações precisam ser eficientes e eficazes para ganhar mercado. Assim, as Ações Coletivas Rurais são importantes para os produtores rurais, que geram vantagens, fortalecimento, crescimento e desenvolvimento da atividade rural.

4.2 Análise de Correspondência Múltipla

Após inserir os dados obtidos dos questionários da pesquisa no programa estatístico SPSS foram obtidas a primeira sumarização do modelo (tabela 1) e as Medidas de Discriminação (Quadro 23) com todas as variáveis, sem a seleção de variáveis com cargas representativas.

Tabela 1 – Sumarização do modelo completo.

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para	
		Total (autovalor)	Inércia
1	,941	13,154	,235
2	,922	10,570	,189
Total		23,725	,424
Média	,932	11,862	,212

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A sumarização do modelo evidencia que o Alfa de Cronbach estão bem próximos de 1, com a dimensão 1 resultando em 0,941 e a dimensão 2 resultando em 0,922. O resultado do Alfa de Cronbach mostra forte fidedignidade das dimensões do constructo, ausência de erro aleatório e bom ajustamento tanto para a dimensão 1, como para dimensão 2. Assim, a análise do Alfa de Cronbach confirma alta confiabilidade e consistência para a análise multivariada.

Quadro 23 – Medidas de Discriminação com dados completos.

	Dimensão		Média
	1	2	
Social - Gera empregos	,080	,017	,049
Social - é mais competitivo	,282	,009	,146
Social - fortalece a atividade rural	,332	,426	,379
Social - possibilita enfrentar crises sociais e econômicas	,351	,297	,324
Social - facilita o acesso a novas tecnologias/modernização	,157	,006	,081
Social - permite ter a própria estrutura de armazenagem	,174	,047	,111
Social - Há facilidade com o trabalho	,313	,003	,158
Logística e infraestrutura - Reduz custo c/ transporte	,261	,190	,225
Logística e infraestrutura - Reduz custo c/ fretes	,208	,289	,249
Logística e infraestrutura - Reduz custos de armazenagem	,350	,093	,221
Logística e infraestrutura - reduz tempo ocioso perdido em filas de armazéns de terceiros	,218	,027	,123
Logística e infraestrutura - tem potencial de sua criação em regiões com déficit de armazenagem	,143	,134	,138
Logística e infraestrutura - reduz a distância entre a unidade armazenadora e o local produtivo	,333	,127	,230
Logística e infraestrutura - reduz o déficit em armazenagem	,203	,114	,159
Logística e infraestrutura - as operações logísticas de distribuição são mais simples	,186	,073	,130
Logística e infraestrutura - há redução de gargalos (problemas) logísticos	,262	,041	,152
Político - faltam políticas públicas	,081	,117	,099
Político - faltam linhas de financiamento	,148	,249	,199
Político - faltam linhas de financiamento para a armazenagem agrícola	,217	,363	,290
Político - faltam linhas de financiamento para pequenos e médios produtores	,218	,281	,250
Econômicos - reduz custos	,326	,016	,171
Econômicos - aumenta lucro	,379	,051	,215
Econômicos - agrega valor ao produto	,431	,044	,238
Econômicos - facilita a comercialização da produção	,402	,021	,211
Econômicos - permite a compra coletiva de insumos	,377	,037	,207
Econômicos - permite inserir o negócio em economias de larga escala	,168	,101	,135
Econômicos - sua implantação é de alto custo	,214	,465	,339
Econômicos - a sua aquisição de sementes e insumos reduz custos	,111	,102	,106
Econômicos - elimina-se a figura do intermediário (atravessador) na comercialização do produto	,018	,032	,025
Econômicos - o custo para sua viabilização é diluído entre os sócios	,327	,037	,182
Gestão e qualidade - prática de gestão e reuniões garantem o sucesso do modelo	,053	,004	,028
Gestão e qualidade - existe padronização de sementes para garantir a qualidade do produto	,055	,124	,089
Gestão e qualidade - existe maior agilidade para entregar o produto/vender	,160	,037	,098
Gestão e qualidade - o relacionamento interpessoal entre os condôminos pode gerar desentendimentos	,053	,429	,241
Gestão e qualidade - pode existir corrupção	,069	,130	,099
Lógica da ação coletiva - só funcionam com pequenos produtores rurais	,171	,139	,155
Lógica da ação coletiva - os produtores rurais participam apenas do modelo de ação coletiva	,209	,223	,216
Lógica da ação coletiva - proporciona vantagens aos sócios	,221	,091	,156

Lógica da ação coletiva - reduz as desvantagens do meio rural aos sócios	,182	,448	,315
Lógica da ação coletiva - o seu objetivo comum é a estrutura de armazenagem	,328	,170	,249
Lógica da ação coletiva - Sendo um grupo pequeno apresentam mais vantagens do que grupos maiores	,298	,382	,340
Lógica da ação coletiva - organizações menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo	,310	,623	,466
Lógica da ação coletiva - há objetivos econômicos comuns entre os produtores rurais	,254	,152	,203
Lógica da ação coletiva - há interesses comuns entre os produtores rurais	,184	,275	,230
Lógica da ação coletiva - os produtores rurais agem em comum para promover interesses	,271	,531	,401
Lógica da ação coletiva - as organizações perecem quando não promovem os interesses dos seus sócios	,335	,351	,343
Lógica da ação coletiva - grupos menores possuem mais vantagens com relação a grupos maiores	,397	,445	,421
Lógica da ação coletiva - num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados	,337	,650	,494
Lógica da ação coletiva - o seu grupo coletivo tem maior eficiência	,213	,153	,183
Lógica da ação coletiva - quanto menor o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos	,234	,503	,368
Lógica da ação coletiva - o esforço individual num grupo menor será mais efetivo	,083	,319	,201
Lógica da ação coletiva - incentivos econômicos e sociais promovem a formação de grupos	,345	,081	,213
Lógica da ação coletiva - respeito, amizade e prestígio promove a formação de grupos	,221	,045	,133
Lógica da ação coletiva - a pressão social em grupos faz com que regras sejam mais facilmente cumpridas	,218	,136	,177
Lógica da ação coletiva - grupos menores atingem mais facilmente os objetivos coletivos	,294	,246	,270
Lógica da ação coletiva - os objetivos econômicos comuns se materializam com mais força e eficácia pela ação coletiva	,389	,074	,231
Total ativo	13,154	10,570	11,862

Fonte: Resultados da Pesquisa.

As medidas de discriminação mostram as percepções dos entrevistados quanto as afirmações que lhe foram questionadas através da Análise de Correspondência, para as duas primeiras dimensões 1 e 2. Assim o quadro 23 apresenta os indicadores que avaliam a contribuição de cada variável na definição de dimensões.

Quanto mais próxima de 1, maior é a representatividade para determinar os motivos de escolha do modelo de Ação Coletiva Rural do tipo Condomínio de Armazém Rural, na perspectiva dos produtores rurais e de acordo com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva.

Assim, das características sociais se destacam: (1) fortalecimento da atividade rural; (2) possibilita enfrentar crises sociais e econômicas; e, (3) existe

facilidade com o trabalho. Do bloco Logística e Infraestrutura são determinantes: (4) reduz custo com transporte; (5) reduz custo com frete; e, (6) reduz custos de armazenagem. Da parte política são percepções mais representativas: (7) faltam linhas de financiamento para a armazenagem agrícola; e, (8) faltam linhas de financiamento para pequenos e médios produtores. Quanto aos Econômicos, destacam-se: (9) agregação de valor ao produto; (10) facilidade na comercialização da produção; e, (11) a implementação é de alto custo. De Gestão e Qualidade sobressai o (12) relacionamento interpessoal entre os condôminos que pode vir a gerar desentendimentos. E por fim, especificamente na Lógica da Ação Coletiva, são representativos: (13) organizações menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo; (14) os produtores rurais agem em comum para promover os interesses; (15) num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados; e, (16) quanto menor for o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos.

Adicionalmente, a nova sumarização do modelo de Correspondência Múltipla, após selecionadas as variáveis de cargas significativas, mostra o Alfa de Cronbach bem próximo a 1, tanto na dimensão 1 (0,923), quanto na dimensão 2 (0,871) (tabela 2). Isso indica forte fidedignidade das dimensões do constructo, alta confiabilidade e consistência da análise multivariada.

Tabela 2 – Sumarização do modelo após selecionadas as variáveis significativas.

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para	
		Total (autovalor)	Inércia
1	0,923	7,408	0,463
2	0,871	5,458	0,341
Total		12,866	0,804
Média	0,901	6,433	0,402

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O quadro 24 agrupa os principais determinantes do modelo após eliminação das variáveis com cargas menores (Quadro 24).

Quadro 24 – Variáveis representativas para determinação do modelo de Condomínios de Armazéns Rurais.

		Dimensão		Média
		1	2	
SOCIAL	1. Fortalece a atividade rural	0,922	0,304	0,613
	2. Possibilita enfrentar crises sociais e econômicas	0,529	0,540	0,534
	3. Há facilidade com o trabalho	0,036	0,385	0,211

LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA	4. Reduz custo c/ transporte	0,156	0,583	0,370
	5. Reduz custo c/ fretes	0,200	0,507	0,353
	6. Reduz custos de armazenagem	0,015	0,603	0,309
POLÍTICO	7. Faltam linhas de financiamento para a armazenagem agrícola	0,311	0,298	0,304
	8. Faltam linhas de financiamento para pequenos e médios produtores	0,079	0,369	0,224
ECONÔMICO	9. Agrega valor ao produto	0,045	0,290	0,168
	10. Facilita a comercialização da produção	0,071	0,359	0,215
	11. Sua implantação é de alto custo	0,923	0,177	0,550
GESTÃO E QUALIDADE	12. O relacionamento interpessoal entre os condôminos pode gerar desentendimentos	0,916	0,162	0,539
LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA	13. Organizações menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo	0,685	0,288	0,486
	14. Os produtores rurais agem em comum para promover interesses	0,918	0,219	0,569
	15. Num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados	0,928	0,309	0,619
	16. Quanto menor o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos	0,676	0,065	0,371
	Total ativo	7,408	5,458	6,433

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Ainda das cargas mais representativas nas dimensões é possível observar variáveis de destaque em cada bloco e um número maior de variáveis determinantes no bloco da Lógica da Ação Coletiva. Do bloco Social, o modelo de Ação Coletiva Rural Condomínio de Armazém Rural promove o fortalecimento da atividade rural, sendo determinante em 0,922 na dimensão 2. Isso mostra a união entre os produtores rurais condôminos através do modelo de ação coletiva e as vantagens que ele possibilita – comercialização da produção, aumento do lucro, redução de gargalos logísticos etc –, gerando crescimento e desenvolvimento para todos envolvidos na ação coletiva e do Agronegócio.

Nesse sentido, o desenvolvimento da atividade rural através de uma ação coletiva é mais eficiente e eficaz caso fosse individual. Característica que se evidencia na Teoria da Lógica da Ação Coletiva e no modelo de Condomínio. Essa vantagem também foi notada por Wenningkamp e Schmidt (2016b), já que a ação coletiva rural auxilia o desenvolvimento local e regional. Portanto, fortalece como um todo a atividade rural da região.

Quanto ao critério Logística e Infraestrutura, os condôminos correspondem principalmente quanto a redução de custos, e de custos de armazenagem com determinação de 0,603 na dimensão 2. Essa variável é nítida para motivar uma ação coletiva do tipo Condomínio, já que, um dos principais objetivos do modelo é

viabilizar o armazém num grupo pequeno, e conseqüentemente, os custos são reduzidos entre eles, já que não necessitam mais usar armazéns de terceiros e enfrentar gargalos logísticos da distribuição, juntamente ao fato de que são donos do armazém e isso se torna patrimônio deles.

Os parâmetros Político e Econômico, de alguma forma, estão relacionados às variáveis de maior determinação para o modelo de Condomínio. A viabilização econômico-financeira de um armazém é inviável individualmente para pequenos e médios produtores da região, como se observa determinante em 0,923 na dimensão 1 “*sua implantação é de alto custo*”. Em uma ação coletiva, o armazém se torna viável para esse perfil de produtores rurais, pois há diluição dos custos e financiamento entre todos os sócios. Assim, é nítida a importância de programas de financiamento para tal público especificamente, de pequenos e médios produtores rurais, com o intuito de impulsionar o crescimento e desenvolvimento da atividade rural, driblar os gargalos logísticos, e obter as vantagens dessa ação coletiva.

Para Gestão e Qualidade, o relacionamento interpessoal entre os condôminos pode gerar desentendimentos, obteve 0,916 na dimensão 1. Para tanto, é importante boas práticas de gestão e administração neutra no modelo para evitar essa condição, proporcionando bom andamento das atividades e convívio entre os sócios.

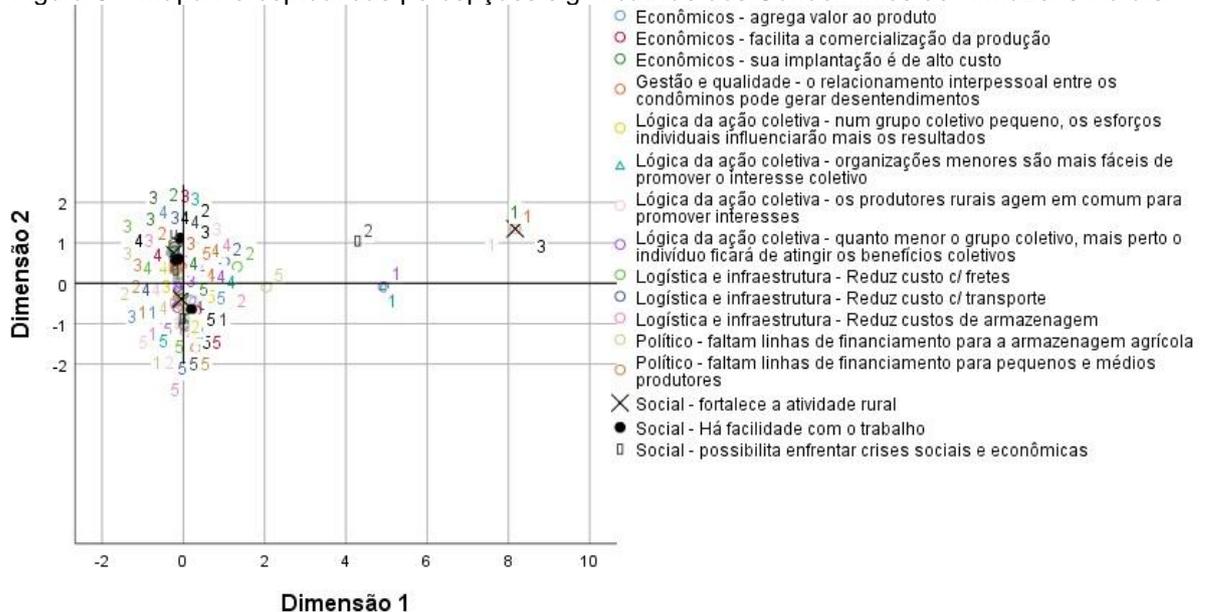
Por fim, as variáveis do bloco Lógica da Ação Coletiva foram as que obtiveram as dimensões mais altas e com maior número de variáveis, sendo determinantes de destaque para o modelo rural dos Condomínios “*os produtores rurais agem em comum para promover interesses*” e “*num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados*”, com 0,918 e 0,928 respectivamente na dimensão 1. Olson (1965) descreve que um dos principais propósitos para a ação coletiva é ter um objetivo comum, que no caso dos produtores rurais do Condomínio é ter a própria estrutura de armazenagem. Claro, que junto a esse, outras vantagens e interesses dos produtores são promovidos, bem como, cada produtor dará o seu melhor para influenciar o resultado final e os associados participam mais ativamente das atividades. Então, através da ação coletiva alcançar esses objetivos são mais eficientes e eficazes.

Vale frisar, as outras duas variáveis desse bloco da Ação Coletiva, já que se aproximam da Teoria da Lógica da Ação Coletiva quanto a grupos menores e são determinantes também para o modelo rural: “*organizações menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo*” e “*quanto menor o grupo coletivo, mais perto o*

indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos”, obtendo 0,685 e 0,676 na dimensão 1, respectivamente. Na Lógica da Ação Coletiva, grupos menores têm mais vantagens que grupos maiores, já que, atingem mais facilmente o benefício coletivo, promovem com mais facilidade o interesse individual, coesão e eficiência são melhores, há incentivos sociais – amizade, prestígio, respeito etc – entre os sócios, ausência de *freeriders* (OLSON, 1965), e, os resultados são mais satisfatórios devido a facilidade controle e agilidade das ações no grupo menor (MAEDA; SAES, 2009).

Por fim, é apresentado graficamente as relações entre as variáveis significativas e representantes por meio do Mapa Perceptual (figura 8).

Figura 8 – Mapa Perceptual das percepções significativas dos Condomínios de Armazéns Rurais.



Fonte: Resultados da Pesquisa.

O mapa perceptual evidencia as percepções dos entrevistados sobre as variáveis mais significativas e como se dá as relações entre elas, isto é, as relações entre as questões e o quanto distante elas estão umas das outras, quanto mais perto mais relação há, e quanto mais longe menor a relação. Na Figura 8 se observa as variáveis dispostas em quatro quadrantes, sendo a Dimensão 1 representada na horizontal e a Dimensão 2 representada na vertical.

Os números representam o grau de concordância das percepções dos entrevistados das variáveis. Assim, nota-se uma maior aglomeração de percepções “nem concordo e nem discordo” representada pelo número 3 no quadrante superior

esquerdo, e de “concordo totalmente” representada pelo número 5 no quadrante inferior direito. E “discordo totalmente” representada pelo número 1 no quadrante inferior esquerdo.

Além disso, quem concorda com algum bloco também concorda com outro bloco (econômico, gestão e qualidade, lógica da ação coletiva, logística e infraestrutura, e, político). Exceções são “5 político -faltam linhas de financiamento para armazenagem agrícola” tem alguns entrevistados que concordam totalmente com isso, porém discordam que “1 - reduz o custo da logística” e discordam que “possibilita enfrentar crises sociais” e discordam que na lógica da ação coletiva organizações menores são mais fáceis de promover interesses coletivos. São relações inversas.

4.3 Correlação

Na seção anterior, foi possível analisar quais os principais motivos que determinam a escolha pelo modelo de Ação Coletiva Rural Condomínio de Armazém Rural por meio da Análise de Correspondência Múltipla. A partir das variáveis mais significativas, foi possível elaborar uma matriz de correlação entre elas, mostrando as relações e o quão forte ocorre a associação de uma variável com outra (Tabela 4). Além disso, a tabela 3 mostra o Coeficiente de Correlação Intraclasse.

Tabela 3 – Coeficiente de Correlação Intraclasse.

	Correlação intraclasse	Intervalo de Confiança 95%		Teste F com Valor True 0			
		Limite inferior	Limite superior	Valor	df1	df2	Sig
Medidas únicas	0,152	0,101	0,223	3,857	69	1035	0,000
Medidas médias	0,741	0,643	0,822	3,857	69	1035	0,000

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O Coeficiente de Correlação Intraclasse resultou em 0,741, indicando alta consistência dos dados. A matriz de correlação então é apresentada na tabela 4.

Tabela 4 – Matriz de Correlação para os Fatores Determinantes dos Condomínios de Armazéns Rurais.

	S3	S4	S7	L1	L2	L3	P3	P4	E3	E4	E7	D4	O7	O10	O13	O15
S3	1,000	0,451	0,284	0,188	0,172	0,245	-0,065	0,092	0,218	0,302	0,182	0,138	0,137	0,122	0,040	0,104
S4	0,451	1,000	0,274	0,585	0,581	0,459	0,019	0,036	0,177	0,383	0,098	0,199	0,090	0,400	0,119	0,346

S7	0,284	0,274	1,000	0,379	0,242	0,214	0,006	0,103	0,164	0,350	0,073	0,052	0,078	0,258	-0,064	0,134
L1	0,188	0,585	0,379	1,000	0,833	0,591	0,152	0,136	0,202	0,281	0,254	0,234	0,086	0,411	-0,014	0,181
L2	0,172	0,581	0,242	0,833	1,000	0,573	0,239	0,227	0,267	0,197	0,166	0,250	0,004	0,328	-0,101	0,101
L3	0,245	0,459	0,214	0,591	0,573	1,000	0,068	0,225	0,194	0,197	0,069	0,336	-0,017	0,290	0,011	0,210
P3	-0,065	0,019	0,006	0,152	0,239	0,068	1,000	0,741	0,266	0,119	-0,061	0,130	-0,344	-0,095	-0,349	-0,115
P4	0,092	0,036	0,103	0,136	0,227	0,225	0,741	1,000	0,332	0,201	-0,010	0,111	-0,441	-0,033	-0,366	-0,053
E3	0,218	0,177	0,164	0,202	0,267	0,194	0,266	0,332	1,000	0,346	0,150	0,114	-0,051	0,096	-0,167	0,115
E4	0,302	0,383	0,350	0,281	0,197	0,197	0,119	0,201	0,346	1,000	0,237	-0,045	-0,086	0,157	-0,138	-0,058
E7	0,182	0,098	0,073	0,254	0,166	0,069	-0,061	-0,010	0,150	0,237	1,000	0,040	0,213	0,282	-0,038	-0,163
D4	0,138	0,199	0,052	0,234	0,250	0,336	0,130	0,111	0,114	-0,045	0,040	1,000	0,076	0,311	0,085	0,103
O7	0,137	0,090	0,078	0,086	0,004	-0,017	-0,344	-0,441	-0,051	-0,086	0,213	0,076	1,000	0,387	0,497	0,390
O10	0,122	0,400	0,258	0,411	0,328	0,290	-0,095	-0,033	0,096	0,157	0,282	0,311	0,387	1,000	0,307	0,292
O13	0,040	0,119	-0,064	-0,014	-0,101	0,011	-0,349	-0,366	-0,167	-0,138	-0,038	0,085	0,497	0,307	1,000	0,464
O15	0,104	0,346	0,134	0,181	0,101	0,210	-0,115	-0,053	0,115	-0,058	-0,163	0,103	0,390	0,292	0,464	1,000

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Da Tabela 4, é possível notar que a maior parte das correlações são diretamente proporcionais e existem algumas associações mais fortes entre as variáveis, como na redução de custo com frete (L2) e redução de custo com transporte (L1), resultando em 0,833; e, faltam linhas de financiamento para pequenos e médios produtores (P4) e faltam linhas de financiamento para a armazenagem agrícola (P3), resultando em 0,741.

Da primeira associação mais forte, L1 e L2, como o custo do frete está embutido no custo de transporte, caso um deles diminua, o outro também irá diminuir. Além disso, os Condomínios ficam próximos das áreas agrícolas dos associados, a distâncias de no máximo 50 km, e, em locais estratégicos que facilitam o escoamento e distribuição da produção. Tais condições proporcionam a redução dos custos de transporte para os condôminos.

Além disso, existe correlação alta para necessidade de linhas de financiamento com ênfase em determinados perfis de produtores rurais, como pequenos e médios, e para armazenagem, com condições que atendam melhor financeiramente esse grupo rural, gerando crescimento e desenvolvimento do Agronegócio.

Adicionalmente, há outras quatro associações representativas. Entre redução de custo de transporte (L1) e redução de custo de armazenagem (L3) com 0,591; redução de custo de transporte (L1) e possibilidade de enfrentar crises sociais e econômicas (S4) com 0,585; redução de custo com frete (L2) e possibilidade de possibilidade de enfrentar crises sociais e econômicas (S4) com 0,581; e, redução

de custo de frete (L2) com redução de custo de armazenagem (L3) com 0,573. Essas associações indicam que o modelo rural proporciona a redução de custos logísticos (frete, transporte e armazenagem), e no caso da armazenagem por terem a própria estrutura podem usufruir do espaço e das vantagens que ela gera, como a comercialização estratégica, em qualquer época do ano. Condições essas que fortalece os produtores para enfrentar crises sociais e econômicas.

Por fim, para as variáveis da Lógica da Ação Coletiva, as correlações mais fortes são: num grupo coletivo pequeno os esforços individuais influenciarão mais os resultados (O13) com organizações menores são mais fáceis de promover os interesses coletivos (O7) resultou em 0,497. E num grupo coletivo pequeno os esforços individuais influenciarão mais os resultados (O13) com quanto menor o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos (O15), resultou em 0,464. Tais relações vão de encontro com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Olson (1965), grupos menores apresentam mais vantagens que grupos grandes, já que conseguem atingir mais facilmente os interesses e os resultados são mais satisfatórios, eficientes e eficazes.

5. Considerações Finais

Esse artigo investigou quais motivos determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural Condomínio de Armazém Rural por meio de uma análise quantitativa sob perspectiva dos produtores rurais e Teoria da Lógica da Ação Coletiva.

A estatística descritiva analisou a frequência das respostas dos produtores rurais pertencentes aos Condomínios de Armazéns Rurais dentre os blocos Social, Logística e Infraestrutura, Político, Econômico, Gestão e Qualidade, e, Lógica da Ação Coletiva. Quanto as características Sociais o modelo se destaca com maior geração de emprego, fortalecimento da atividade rural, viabilidade da própria estrutura de armazenagem por meio do grupo, e, a ação coletiva é mais competitiva.

Para a característica Logística e Infraestrutura, revelam-se redução de déficit em armazenagem, simplificação das operações logísticas de distribuição e redução de gargalos logísticos. Já para redução de custos de transporte e frete o modelo rural não é tão representativo, já que a atividade principal do coletivo é a

armazenagem, e esta não exerce influência marcante nos custos de transporte e frete.

Quanto aos aspectos Políticos, evidencia-se a falta de políticas públicas específicas para o modelo rural de Condomínios de Armazéns Rurais, e com vistas ao perfil de produtor rural menor e para armazenagem agrícola.

Quanto ao bloco Econômico destaca-se entre todos os grupos com níveis de concordância em torno de 90% em que o Condomínio de Armazém Rural aumenta o lucro, agrega valor ao produto, facilita a comercialização da produção e o modelo rural promove a diluição do custo entre todos os sócios.

Para Gestão e Qualidade os condôminos foram unânimes que boas práticas de gestão e reuniões garantem o sucesso do modelo. Além disso, 93,2% concordam que existem maior agilidade para entregar/vender o produto através do Condomínio de Armazém Rural, devido a agilidade na carga e descarga do armazém e por não enfrentarem filas nos armazéns.

Já no último bloco da Lógica da Ação Coletiva, os condôminos discordam em 56,6% que o modelo funcione apenas com pequenos produtores rurais. O modelo de Condomínio contempla pequenos, como médios produtores rurais da região, e seu funcionamento se dá de forma efetiva devido a essa diversidade de perfis, principalmente para custear os gastos de toda estrutura.

Em relação a grupos menores, a percepção dos condôminos resultou entre 22% a 31% para discordar que grupos menores têm mais vantagens que grupos maiores; que quanto menor o grupo coletivo mais perto o indivíduo consegue atingir o benefício coletivo; e, o esforço individual num grupo menor será mais efetivo. Na Teoria da Lógica da Ação Coletiva, grupos menores apresentam mais vantagens que grupos maiores, já que o grupo ficará mais próximo de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo, grupos menores são mais eficientes e eficazes, existem menos opiniões e divergências, são mais facilmente controlados e organizados, e, as decisões são mais ágeis e fáceis.

Além disso, o modelo na visão dos condôminos e confrontado com a teoria revela vantagens além da viabilização da estrutura em conjunto, como: redução das desvantagens do meio rural; maior eficiência do grupo; os objetivos econômicos se materializam com maior força e eficiência; e, a pressão social faz com que as regras e obrigações sejam mais facilmente cumpridas.

Juntamente as vantagens, as relações de amizade e prestígio, e, os incentivos econômicos e incentivos sociais, promovem a formação de grupos segundo os condôminos. Na Teoria da Lógica da Ação Coletiva essas características também se apresentam e motivam a estruturação de grupos.

Adicionalmente, a Análise de Correspondência Múltipla permitiu analisar simultaneamente as associações entre as variáveis da pesquisa. Entre os blocos, a Lógica da Ação Coletiva foi o que obteve maior representativa de cargas nas dimensões e maior número de variáveis determinantes, sendo decisórias para a estruturação das ações coletivas Condomínios de Armazéns: (i) Ações Coletivas menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo; (ii) Os produtores rurais agem em comum para promover interesses; (iii) Num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados; e, (iv) Quanto menor o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos.

Dos outros blocos, a Análise de Correspondência Múltipla também identificou variáveis determinantes para a ação coletiva dos Condomínios de Armazéns, como (v) o fortalecimento da atividade rural e possibilidade de enfrentar crises sócias e econômicas; (vi) redução de custos de armazenagem e de transporte; (vii) falta de linhas de financiamento para armazenagem agrícola e de pequenos e médios produtores rurais; (viii) facilidade na comercialização do produto; e, (ix) alto custo de implantação.

Por fim, as Correlações entre os principais motivos que determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural Condomínio de Armazém evidenciam as relações mais fortes entre essas associações, sendo diretamente proporcionais na maior parte e entre a redução de custo com frete (L2) e redução de custo com transporte (L1), resultando em 0,833; e, entre a falta de linhas de financiamento para pequenos e médios produtores (P4) e falta de linhas de financiamento para a armazenagem agrícola (P3), resultando em 0,741.

6. Referências

BARBOZA, S. I. S. et al. Variações de Mensuração pela Escala de Verificação: uma análise com escalas de 5, 7 e 11 pontos. **Teoria e Prática em Administração**, v. 3, n. 2, p. 99-120, 2013.

CARVALHO, H. **Análise multivariada de dados qualitativos**: utilização da análise de correspondência múltiplas com o SPSS. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

CORRAR, L.J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J.M. **Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

COSTA, F. J.; ORSINI, A. C. R.; CARNEIRO, J. S. Variações de Mensuração por Tipos de Escalas de Verificação: Uma Análise do Construto de Satisfação Discente. **Revista Gestão. Org**, v. 16, n. 2, p. 132-144, 2018.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista gestão organizacional**, v. 6, n. 3, 2014.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Bookman Artmed, 2009.

FILIPPI, A.C.G. **Caracterização e análise da viabilidade de Condomínios de Armazéns Rurais: um estudo Multicaso**. 2017, 204 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. Bookman Editora, 2009.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**. v. 22, n. 140, p. 44-53, 1932.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action**: public goods and the theory of groups. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

PIRES, P.J.; COSTA FILHO, B.A. da. Fatores do índice de prontidão à tecnologia (TRI) como elementos diferenciadores entre usuários e não usuários de internet

banking e como antecedentes do modelo de aceitação de tecnologia (TAM). **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 429-456, 2008.

RIBAS, J.R; VIEIRA, P.R.C. **Análise Multivariada com o uso do SPSS**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2011.

TRIOLA, M.F. **Introdução à Estatística**. 12ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Essa tese analisou os motivos que definem a escolha pelo modelo rural Condomínios de Armazéns Rurais através da teoria da Lógica da Ação Coletiva. Através dos objetivos específicos se atingiu o objetivo geral: (a) Levantamento do estado da arte sobre Condomínios Rurais, nacional e internacional, com base em uma revisão sistemática de literatura; (b) Identificação dos aspectos de ações coletivas nos Condomínios de Armazéns Rurais sob a perspectiva da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965); e, (c) Investigação dos motivos que determinam a escolha da Ação Coletiva Condomínio de Armazém Rural.

Os resultados revelam aproximação do modelo rural Condomínios de Armazéns Rurais com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva, principalmente para pequenos grupos, visto que os objetivos individuais sob a ação coletiva são mais facilmente alcançados e mais eficientes, promovendo vantagens para o indivíduo, para o negócio e para a cadeia produtiva. Tal fato explica-se já que em pequenos grupos os objetivos econômicos, a coesão e eficiência, o controle e agilidade das ações, o benefício coletivo, os incentivos sociais, os resultados e a promoção do interesse individual são mais satisfatórios e não há presença de *free riders*.

Tais características se sobressaem em grupos pequenos, como é o caso dos Condomínios de Armazéns Rurais, visto a lógica da teoria, isto é, maior facilidade em atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo.

Ademais, o primeiro objetivo específico identificou que os Condomínios de Armazéns Rurais são uma ação coletiva rural empreendedora, organizacional, viável financeiramente e recente no Agronegócio Brasileiro, que geram vantagens provenientes do sistema de armazenagem e condominial, como redução do déficit de armazenagem e outros gargalos logísticos, redução de custos de armazenagem e logísticos, benefícios na comercialização da produção, e, aumento do lucro.

Além disso, os resultados demonstram que a literatura nacional e internacional sobre os Condomínios Rurais é restrita e escassa, e, existe maior concentração de Condomínios Rurais no Paraná/Brasil. As revisões sistemáticas ainda exibem diversificação e expansão do modelo rural entre diferentes segmentos no Agronegócio e em estudos sobre redes e governanças e Agroenergia, gerando aumento da competitividade do negócio rural, vantagens e benefícios, e resolução de problemas decorrentes do campo.

O segundo objetivo específico revela que os Condomínios de Armazéns Rurais sob análise de formação de grupos proporcionam inúmeras vantagens, como a viabilização da estrutura de armazenagem de forma coletiva, fortalecimento e maior eficácia do negócio rural e dos produtores, inserção e integração em ambiente competitivo de mercado, benefícios econômicos e benefícios sociais, redução de custos, e, aumento do lucro.

Em relação a ação coletiva Condomínio de Armazém Rural, a armazenagem é o núcleo de objetivo comum do modelo rural, sendo que o modelo sob ação coletiva gera a viabilização da estrutura de armazenagem, diluição dos custos, materialização dos objetivos econômicos, obtenção de maior lucro, venda direta da produção, comercialização estratégica, redução de custos, e, agregação de valor no produto final.

O modelo de Condomínios Rurais ainda é pouco conhecido no país e concentra-se nas atividades de armazenagem, leiteira, suína e agroenergética, com influência de outras ações coletivas rurais, como Cooperativismo e cultura Associativista, o que favorece a criação e desenvolvimento do modelo.

Vale ressaltar, que o sucesso do grupo pequeno depende da eficiente e eficácia da sua estruturação e organização, bem como, amparo financeiro para sobreviver. No caso dos Condomínios de Armazéns Rurais, os produtores rurais sócios já pertenciam e/ou conheciam modelos de ações coletivas, e compartilhavam relações de amizade entre si. Dessa forma, já tinham conhecimento prático e prévio sobre ação coletiva, o que facilitaria o sucesso do modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural.

Nesse sentido, as principais diferenças dos Condomínios de Armazéns de outras ações coletivas figuram: i) a comercialização estratégica; ii) a venda direta do produto; iii) o lucro superior com a venda; iv) ser dono da própria estrutura de armazenagem; v) modelo menos burocrático e eficiente; vi) maior poder de decisão do produtor rural, e, vii) redução de filas para carregamento e descarregamento dos produtos rurais.

Quanto aos Incentivos Econômicos Governamentais, os mesmos são restritos aos Condomínios de Armazéns, devido as taxas de juros pouco competitivas e altas para o perfil dos produtores rurais que fazem parte do modelo. Tal fato pode desestimular a viabilização de novos armazéns. Já os Incentivos Econômicos

mercadológicos evidenciam-se no lucro superior do modelo, proporcionado pela venda direta – sem intermediário –, e comercialização em qualquer época do ano.

Para os Incentivos Sociais são percebidos nos Condomínios de Armazéns por meio da união entre os produtores rurais em uma ação coletiva que reflete o melhor relacionamento interpessoal, troca de conhecimentos, crescimento técnico e profissional, geração de empregos, e aprendizados. Características sociais e psicológicas, como respeito e amizade, incentivam os indivíduos a se organizarem em grupos, como também em grupos menores os incentivos sociais e “pressão social” são mais facilmente atingidos e eficientes, devido à proximidade e maior facilidade de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo. Fato que se reflete nos Condomínios de Armazéns Rurais.

Além disso, as ações individuais em grupos menores são mais bem reconhecidas, os esforços individuais influenciarão com mais ênfase os resultados finais do grupo do que em grandes grupos, além de não existir a presença de *freeriders*. Dessa forma, em grupos pequenos os objetivos econômicos e sociais, o controle e agilidade das ações, a promoção dos interesses individuais, a coesão e eficiência, e, os resultados são mais satisfatórios do que em grandes grupos.

Ademais, quanto aos determinantes qualitativos dos Condomínios de Armazéns Rurais evidenciam-se sob econômicos, sociais e logísticos, sendo destaques: a comercialização estratégica e venda direta, aumento do lucro, ser dono do próprio produto e liberdade com a venda, facilidade e mais eficiência com o fluxo de carregamento e descarregamento, e, ausência de filas nas unidades armazenadoras.

Por fim, através da análise descritiva, o modelo se destaca no fortalecimento da atividade rural, redução de custos de armazenagem, implantação de alto custo para o perfil dos produtores, viabilidade da própria estrutura de armazenagem, possíveis complicações no relacionamento interpessoal dos condôminos, o armazém sob ação coletiva é mais competitivo, simplificações das operações logísticas de distribuição, e, restrição de políticas públicas específicas para o modelo rural de Condomínios, para o perfil do pequeno produtor e armazenagem.

Quanto a análise de correspondência múltipla foi analisado simultaneamente as associações entre as variáveis da pesquisa. A Lógica da Ação Coletiva foi o bloco que obteve maior representativa de cargas nas dimensões e maior número de variáveis determinantes, sendo decisórias para a estruturação das ações coletivas

Condomínios de Armazéns: (i) Ações Coletivas menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo; (ii) Os produtores rurais agem em comum para promover interesses; (iii) Num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados; e, (iv) Quanto menor o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos.

Dos outros blocos, a Análise de Correspondência Múltipla também identificou variáveis determinantes para a ação coletiva dos Condomínios de Armazéns, como (v) o fortalecimento da atividade rural e possibilidade de enfrentar crises sócias e econômicas; (vi) redução de custos de armazenagem e de transporte; (vii) falta de linhas de financiamento para armazenagem agrícola e de pequenos e médios produtores rurais; (viii) facilidade na comercialização do produto; e, (ix) alto custo de implantação.

Por fim, as Correlações entre os principais motivos que determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural Condomínio de Armazém evidenciam as relações mais fortes entre essas associações, sendo diretamente proporcionais na maior parte e entre a redução de custo com frete (L2) e redução de custo com transporte (L1), resultando em 0,833; e, entre a falta de linhas de financiamento para pequenos e médios produtores (P4) e falta de linhas de financiamento para a armazenagem agrícola (P3), resultando em 0,741.

Como estudos futuros sugerem-se: (i) analisar e discutir o modelo de Condomínios Rurais sob o enfoque da Teoria de Custos de Transação; (ii) estudos de análise técnica e de viabilidade econômica financeira de Condomínios de Silagem e Solar; (iii) elaborar metodologia de mensuração do custo (valor) da quota de armazenagem, visto possibilidade de saída de sócio do modelo, venda da quota ou sucessão familiar; (iv) mensurar a redução de custos logísticos com o modelo de Condomínio de Armazém Rural; (v) mensurar as margens de comercialização agrícola através dos Condomínios de Armazéns Rurais; e, (vi) aplicar a Análise de Correspondência Múltipla com outros grupos coletivos ou Organizações Rurais.

Dentre as limitações desse estudo restringem-se aos Condomínios de Armazéns localizados na região de Palotina/PR e, bem como estado do Rio Grande do Sul. Ademais o trabalho não intenciona generalizar os resultados, tendo em vista os critérios e procedimentos de determinação da amostra. Denota-se que a abordagem do estudo é quali-quantitativa o que também limita a extrapolação dos resultados a outras realidades e contextos. O trabalho também se limita à análise

dos resultados segundo a Teoria da Lógica Coletiva de Olson (1965), assim sendo, confrontações com outras teorias organizacionais podem conduzir a resultados diversos.

Por fim essa tese contribui ao disseminar o modelo de ação coletiva rural Condomínio de Armazém Rural, integrar a pesquisa com a Teoria da Lógica da Ação Coletiva, fornecer insumos para tomada de decisão, e, contribuir com a literatura.

BIBLIOGRAFIA

ABITANTE, K.G. Co-integração entre os mercados spot e futuro: evidências dos mercados de boi gordo e soja. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 01, p. 075-096, jan/mar 2008 – Impressa em abril 2008.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura:**Tecnologia Agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/URGS, 1999.

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos do Agronegócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. **Desafio Online**, v. 2, n. 2, p. 141-159, 2014.

BUAINAIN, A.M. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

CAPPELLARI, G. et al. Absorptive Capacity: Components And Organizational Mechanisms For Its Development. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 6, 2019.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Série histórica:** Produção vs Capacidade de Armazenamento. 2018.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

CUNHA, C.A.; WANDER, A.E.; SILVA NETO, W.A. Integração entre mercados de bezerros dos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, Brasil. **Revista Espacios**, v. 37, n.13, 2016.

DAVIS, J.A.; GOLDBERG, R.A. **A Concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1957. p. 4-24.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja**. 2018. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1>>. Acesso em: abril de 2018.

FILIPPI, A.C.G. **Caracterização e análise da viabilidade de Condomínios de Armazéns Rurais: um estudo Multicaso**. 2017, 204 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FILIPPI, A.C.G. et al. Análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para os Condomínios de Armazéns Rurais. **Informe Gepec**, v. 22, n. 1, p. 43-62, 2018.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P. Análise da viabilidade econômico-financeira de condomínios de armazéns rurais: um estudo multicaso. **Custos e @gronegócio on line**, v. 14, n. 3, Jul/Set - 2018.

FILIPPI, A. C. G.; GUARNIERI, P. Novas formas de organização rural: os Condomínios de Armazéns Rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 270-287, 2019.

FILIPPI, A.C.G.; GUARNIERI, P.; CARVALHO, J.M.; REIS, S. A.; CUNHA, C.A. New configurations in Brazilian agribusiness: rural warehouse condominiums. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, v. 10, p. 41-63, 2019.

FRANKE, W. Aspectos jurídicos decorrentes da conceituação da cooperativa como extensão das economias cooperativadas. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo,

n. 12, p. 11-46, 1982. In: BIALOSKORSKI NETO, S. Gestão do Agribusiness cooperativo. In: Batalha, M; Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, p. 515-545, 1977.

FREDERICO, S. Desvendando o agronegócio: financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), [S.l.], n. 27, p. 47-62, apr. 2010.

GABAN, A.C; GUARNIERI, P. Identificação de gargalos na logística agroindustrial: revisão sistemática da literatura. In: 53º CONGRESSO DA SOBER, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015.

GARRIDO, L.R.; SEHNEM, S. Gestão associativa no empreendimento rural. **Revista de Administração**, v.5, n.8, p. 65-88, jun. 2006.

GENTIL, L.V.; MARTIN, S. Armazenagem da produção: É viável para o produtor rural? **Revista Agroanalysis**. Mercado e Negócios. p. 28-29. Maio de 2014.

GOLAFSHANI, N. Understanding reliability and validity in qualitative research. **The qualitative report**, v. 8, n. 4, p. 597-607, 2003.

IGLÉCIAS, W. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política - as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. **Revista de sociologia e política**, n. 28, p. 75-97, 2007.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Balança Comercial e Corrente de Comércio**, Consolidado 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=84>>. Acesso em: abril de 2020.

MENDONÇA, T.G.; LIMA, J.E.; LÍRIO, V.S.; PEREIRA, V.F. Integração espacial no mercado brasileiro de soja em grão, no período 1994-2008. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 29, n;55, p. 235-258, mar. 2011.

MEDAETS, J.P.P.; CECHIN, A.D. A ação coletiva como facilitador da inovação no manejo orgânico: o caso do Sistema Participativo de Garantia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 118-136, 2019.

NOGUEIRA JUNIOR, S.; TSUNECHIRO, A. Produção agrícola e infra-estrutura de armazenagem no Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v.35, n.2, fev. 2005.

OLIVEIRA, A.L.R. A logística agroindustrial frente aos mercados diferenciados: principais implicações para a cadeia da soja. **Informações Econômicas**, SP, v. 41, n. 6, jun. 2011.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action**: public goods and the theory of groups. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

PORTO, J.R.S. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, n. 25, p. 24-46, 2014.

RIBEIRO, A.C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 119-140, 2015.

SAES, M.S.M. Organizações e Instituições. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. 3ª reimpr. da 1ª ed. de 2000. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SHIMOYAMA, N. A comercialização da batata no Brasil. Associação Brasileira de Batata do Brasil. **Revista Batata Show**. Nº 08, Ano 3 – Dezembro/2003. Disponível em: < http://www.abbabatatabrasileira.com.br/revista08_001.htm>. Acesso em junho de 2017.

SILVA, M.G.; DIAS, M.M.; SILVA, S.P. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de

Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 229-248, 2014.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª edição revisada e atualizada. Florianópolis, 2001. 121 p.

WENNINGKAMP, K.R.; SCHMIDT, C.M. Teorias da ação coletiva no campo do Agronegócio: uma análise a partir de teses e dissertações (1998-2012). **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, n. 35, p. 307-343, jul/set 2016b.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, p. 385-420, Setembro, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. Agribusiness systems analysis: origin, evolution and research perspectives. **Rev. Adm. (São Paulo)**, São Paulo. v. 52, n. 1, p. 114-117, Mar. 2017.

TRIOLA, M.F. **Introdução à Estatística**. 12ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA ESTRUTURADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Aluna: **Amanda Cristina GabanFilippi** (doutoranda): amandagaban@hotmail.com
Orientadores: prof. Dr. Cleyzer Adrian da Cunha e Profa. Dra. Patricia Guarnieri

Título da Tese: A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS

Objetivo Geral: Analisar os Condomínios de Armazéns Rurais como novo modelo de Ação Coletiva Rural através da teoria da Lógica da Ação Coletiva.

Objetivos Específicos:

- Levantamento do estado da arte sobre Condomínios Rurais, nacional e internacional, com base em uma revisão sistemática de literatura;
- Identificar aspectos de ações coletivas nos Condomínios de Armazéns Rurais sob a perspectiva da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Olson;
- Investigar quais motivos determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural, do tipo Condomínio de Armazém Rural.

Caracterização do entrevistado: <u>gerente</u> dos Condomínios de Armazéns Rurais	
Condomínio/localização: () PR () RS	Idade: _____ anos Profissão: _____
Tamanho do Condomínio: _____ ha	Tamanho total propriedade dos condôminos: _____ ha

- Como você descreve/caracteriza o modelo de ação coletiva rural do tipo Condomínio de Armazém Rural?
- Quem faz parte do modelo de ação coletiva rural do tipo Condomínio de Armazém Rural:
() pequeno produtor () médio produtor () grande produtor
- Quais formas de ação coletiva rural você conhece:
() Cooperativa () Cerealista () Associação Rural () Condomínio Rural/Agropecuário () Outro:

- Quais tipos de Condomínios Rurais você conhece/já ouviu falar?
() armazenagem () leite () agroenergia () flores () bovina () suína () florestal
() outro: _____
- Qual o principal fator motivador para constituir um Condomínio de Armazém Rural?
- Quais outros fatores você considera que são incentivos importantes para constituir um Condomínio de Armazém Rural?
- Qual a sua percepção sobre a implantação do modelo de ação coletiva rural Condomínio de Armazém Rural em outras regiões do país? E na região Sul do país?
- Qual a sua opinião sobre a importância das ações coletivas rurais para o Agronegócio Brasileiro? Explique.
- Você acha que as ações coletivas rurais funcionam melhor com pequenos grupos? Explique.

10. Você acha que o modelo de ação coletiva rural Condomínio de Armazém Rural tem vantagens em relação a outros modelos coletivos rurais? Como?
11. Os condôminos participam apenas dos Condomínios de Armazéns Rurais ou de outras formas de ações coletivas rurais?
12. Descreva as razões pelas quais os Condomínios de Armazéns Rurais apresentam mais vantagens em relação a grupos maiores?
13. Como você percebe num grupo pequeno coletivo, os esforços individuais em relação aos resultados finais?
14. Qual a sua opinião sobre a diferença entre as vantagens considerando grupos pequenos e grupos maiores? Você considera que grupos menores têm mais vantagens em relação a grupos maiores?
15. Qual a sua opinião sobre o papel dos Incentivos Econômicos para a formação de grupos? Explique.
16. Qual a sua opinião sobre o papel dos Incentivos Sociais para a formação de grupos? Explique.
17. Qual a sua opinião sobre o papel da “pressão social” em grupos para a criação de regras e obrigações sejam mais facilmente cumpridas?
18. O modelo de ação coletiva Condomínio de Armazém Rural esta sendo visitado/procurado? Qual o público que lhes procura? De qual região, cidade ou estado vêm? Quais as principais demandas e interesses?
19. Qual a sua opinião sobre a afirmação: “grupos menores atingem mais facilmente o benefício coletivo”?
20. O que você acha que torna o modelo de Condomínios de Armazéns Rurais diferente de outras Organizações Rurais Brasileiras?

APÊNDICE B – ROTEIRO QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

QUESTIONÁRIO

Aluna: **Amanda Cristina GabanFilippi** (doutoranda): amandagaban@hotmail.com / Orientadores: prof. Dr. Cleyzer Adrian da Cunha e Profa. Dra. Patricia Guarnieri

Título da Tese: A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS

Objetivo Geral: Analisar os Condomínios de Armazéns Rurais como novo modelo de Ação Coletiva Rural através da teoria da Lógica da Ação Coletiva.

Objetivos Específicos:

- (a) Levantamento do estado da arte sobre Condomínios Rurais, nacional e internacional, com base em uma revisão sistemática de literatura;
- (b) Identificar aspectos de ações coletivas nos Condomínios de Armazéns Rurais sob a perspectiva da Teoria da Lógica da Ação Coletiva de Olson;
- (c) Investigar quais motivos determinam a escolha do modelo de Ação Coletiva Rural, do tipo Condomínio de Armazém Rural.

Caracterização do entrevistado: <u>condômino</u> (Condomínios de Armazéns Rurais)	
Condomínio/localização: () PR () RS	Idade: _____ anos Grau escolaridade/Profissão: _____
Tamanho total propriedade do condômino: _____ ha	

Bloco	Código	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	nem discordo, nem concordo	concordo	concordo totalmente
			1	2	3	4	5
Social	S1	O Condomínio de Armazém Rural gera empregos					
	S2	O Condomínio de Armazém Rural é mais competitivo.					
	S3	O Condomínio de Armazém Rural fortalece a atividade rural.					
	S4	O Condomínio de Armazém Rural possibilita enfrentar crises sociais e econômicas.					
	S5	O Condomínio de Armazém Rural facilita o acesso a novas tecnologias/modernização.					
	S6	O Condomínios de Armazém Rural permite ter a própria estrutura de armazenagem.					
	S7	Há facilidade com o trabalho através do Condomínio de Armazém Rural.					
Logística e Infraestrutura	L1	O Condomínio de Armazém Rural reduz custos com transporte.					
	L2	O Condomínio de Armazém Rural reduz custo de fretes.					
	L3	O Condomínio de Armazém Rural reduz custos de armazenagem.					
	L4	O Condomínio de Armazém Rural reduz tempo ocioso perdido em filas de armazéns de terceiros.					
	L5	Regiões com déficit de armazenagem são potenciais para criação de Condomínios de Armazéns.					
	L6	Condomínios de Armazéns Rurais reduzem a distância entre a unidade armazenadora e o local produtivo.					
	L7	O Condomínio de Armazém Rural reduz o déficit em armazenagem.					
	L8	As operações logísticas de distribuição são mais simples com os Condomínios de Armazéns Rurais.					
	L9	Há redução de gargalos (problemas) logísticos com os Condomínios de Armazéns Rurais.					
Político	P1	Faltam políticas públicas para os Condomínios de Armazéns Rurais.					
	P2	Faltam linhas de financiamento para os Condomínios de Armazéns Rurais.					
	P3	Faltam linhas de financiamento para a armazenagem agrícola.					
	P4	Faltam linhas de financiamento para pequenos e médios produtores.					
Econômicos	E1	O Condomínio de Armazém Rural reduz custos.					
	E2	O Condomínio de Armazém Rural aumenta o lucro.					

	E3	O Condomínio de Armazém Rural agrega valor ao produto.							
	E4	O Condomínio de Armazém Rural facilita a comercialização da produção.							
	E5	O Condomínio de Armazém Rural permite a compra coletiva de insumos.							
	E6	O Condomínio de Armazém Rural permite inserir o negócio em economias de larga escala.							
	E7	A implantação de um Condomínio de Armazém Rural é de alto custo.							
	E8	A aquisição de sementes e insumos através do Condomínio de Armazém Rural reduz custos.							
	E9	Elimina-se a figura do intermediário (atravessador) na comercialização do produto.							
	E10	O custo para viabilizar o Condomínio de Armazém Rural é diluído entre todos os sócios.							
Gestão e Qualidade	D1	Práticas de Gestão e reuniões garantem o sucesso do modelo.							
	D2	Existe padronização de sementes para garantir a qualidade do produto nos Condomínios.							
	D3	Existe maior agilidade para entregar o produto/vender com o Condomínio de Armazém Rural.							
	D4	O relacionamento interpessoal entre os condôminos pode gerar desentendimentos.							
	D5	Pode existir corrupção nos Condomínios de Armazéns Rurais.							
Lógica da Ação Coletiva	O1	Os Condomínios de Armazéns Rurais só funcionam com pequenos produtores rurais.							
	O2	Os produtores rurais participam apenas do modelo de ação coletiva do tipo Condomínio de Armazém.							
	O3	O Condomínio de Armazém Rural proporciona vantagens aos sócios.							
	O4	O Condomínio de Armazém Rural reduz as desvantagens do meio rural aos sócios.							
	O5	O objetivo comum dos Condomínios de Armazéns Rurais é a estrutura de armazenagem.							
	O6	Por ser um grupo pequeno os Condomínios apresentam mais vantagens em relação a grupos maiores.							
	O7	Organizações menores são mais fáceis de promover o interesse coletivo.							
	O8	Há objetivos econômicos comuns entre os produtores rurais do Condomínio de Armazém Rural.							
	O9	Há interesses comuns entre os produtores rurais do Condomínio de Armazém Rural.							
	O10	Os produtores rurais agem em comum para promover interesses.							
	O11	As organizações perecem quando não promovem os interesses de seus sócios.							
	O12	Grupos menores tem mais vantagens em relação a grupos maiores.							
	O13	Num grupo coletivo pequeno, os esforços individuais influenciarão mais os resultados finais.							
	O14	O grupo coletivo Condomínio de Armazém Rural tem maior eficiência.							
	O15	Quanto menor for o grupo coletivo, mais perto o indivíduo ficará de atingir os benefícios coletivos.							
	O16	O esforço individual de alguém num grupo menor será mais efetivo.							
	O17	Incentivos econômicos e sociais promovem a formação de grupos.							
	O18	Respeito, amizade e prestígio promove a formação de grupos.							
	O19	A pressão social em grupos faz com que regras e obrigações sejam mais facilmente cumpridas.							
	O20	Grupos menores atingem mais facilmente o benefício coletivo.							
	O21	Os objetivos econômicos comuns se materializam com maior força e eficácia através da ação coletiva.							

APÊNDICE C – TERMO DE VISITA TÉCNICA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE VISITAS TÉCNICAS e TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Assunto: Solicitação de visitas técnicas acadêmicas e termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado (a) senhor (a),

Apresentamos a V.S^a a aluna AMANDA CRISTINA GABAN FILIPPI, matriculada no Curso de Doutorado em Agronegócio, da Universidade Federal de Goiás (UFG), que está desenvolvendo a pesquisa com vistas à elaboração de tese na área de Competitividade e Gestão do Agronegócio: A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA PARA OS CONDOMÍNIOS DE ARMAZÉNS RURAIS, área Interdisciplinar, Ciências Sociais Aplicadas, ano 2019.

A fim de complementar seu trabalho de pesquisa, a pesquisadora necessita realizar algumas atividades práticas acerca do seu estudo. Para tanto, venho, através deste, solicitar à empresa/organização a realização de visitas técnicas acadêmicas á pesquisadora supracitada, nas áreas de Logística e Armazenagem da empresa. Requer-se uma carga horária mínima de visitação na área, sendo que nesse tempo, o mesmo poderá desenvolver seus relatórios de atividades através da observação do funcionamento do sistema, contatos e entrevistas com os profissionais/produtores rurais da área de Logística e Armazenagem, além da análise documental.

Declaramos que, as informações coletadas através desses respectivos meios, serão utilizadas exclusivamente para fins desta pesquisa, ficando de domínio restrito à pesquisadora e seu orientador, como também informações pessoais dos entrevistados não serão divulgadas, bem como, essa pesquisa não envolve experimento com humanos (área saúde). A divulgação dessas informações, bem como das conclusões obtidas por meio da análise, dar-se-á somente mediante prévia autorização dos participantes, preservando assim o interesse da empresa e o respeito a padrões éticos.

No ensejo, aproveitamos para antecipar os sinceros agradecimentos pela atenção que for dispensada à solicitação do pesquisador.

Atenciosamente,

prof. Dr. Cleyzer Adrian da Cunha
Orientador do PPAGRO/UFG
e-mail: cleyzercunha@gmail.com

Profa. Dra. Patricia Guarnieri
Co-Orientadora da UnB
e-mail: patguarnieri@gmail.com

Amanda Cristina Gaban Filippi
Doutoranda e Pesquisadora do PPAGRO/UFG
Professora da Universidade de Brasília/UnB
e-mail: amandagaban@hotmail.com